

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A POLÍTICA FITOSSANITÁRIA DE COMBATE AO CANCRO
CÍTRICO NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

EMANUEL MARTINS DOS REIS

PRESIDENTE PRUDENTE

2008

EMANUEL MARTINS DOS REIS

**A POLÍTICA FITOSSANITÁRIA DE COMBATE AO CANCRO
CÍTRICO NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Estudos Agrários
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

EMANUEL MARTINS DOS REIS

**A POLÍTICA FITOSSANITÁRIA DE COMBATE AO CANCRO
CÍTRICO NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

COMISSÃO JULGADORA

ORIENTADOR: _____

2º

EXAMINADOR: _____

3º

EXAMINADOR: _____

Presidente Prudente, ____ de _____ de 2008

*Aos meus pais, por todos os
momentos felizes e difíceis, que
nunca deixaram faltar o amor e
a compreensão.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a contribuição direta e indireta de várias pessoas. Dessa forma, com o risco de sermos injustos ao expressarmos nossos agradecimentos nominalmente, procuraremos fazê-los de maneira conjunta:

Agradeço aos produtores rurais que tiveram a paciência de tocar no assunto “cancro cítrico”.

Aos engenheiros agrônomos e técnicos da Estação Experimental de Presidente Prudente, e aos funcionários das Casas da Agricultura das cidades de Regente Feijó, Anhumas e Indiana.

Aos funcionários do Museu de Presidente Prudente, que gentilmente nos recebiam todas as manhãs de quarta feira para nossas pesquisas nos jornais.

Aos funcionários da FCT/UNESP, que tanto nos ajudaram de todas as maneiras possíveis.

“As meninas da Pós”, que tiveram tanta paciência para agüentar esse tal de “MANELÃO”.

Aos Professores membros da Pós Graduação em Geografia, que compreenderam os motivos difíceis que passei junto à minha família, e dentro de suas possibilidades atenderam todos nossos pedidos.

Ao diretor da CEASA de Presidente Prudente, que nos recebeu prontamente, e também aos feirantes da AV. Manuel Goulart.

Ao pessoal do BLOCO – A1 da moradia estudantil que me agüentou até mesmo depois do Bacharelado, valeu pela força gente!

Ao pessoal do GEDRA, que por motivos de trabalho faltei a tantas reuniões.

Agradeço ao professor Antonio Nivaldo Hespanhol, pela orientação, paciência e apoio, por ter apostado na consecução deste trabalho que consistiu num desafio para ambos.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a citricultura paulista a partir do aparecimento da doença de citros denominada cancro cítrico no município de Presidente Prudente – SP, no ano de 1957. O combate ao cancro cítrico mobilizou os poderes públicos e privados no Estado de São Paulo, desencadeando o maior embargo fitossanitário da história da agricultura brasileira. As conseqüências desse embargo refletem até os dias atuais um quadro de exclusão frente aos poucos produtores da Região de Presidente Prudente – SP. Além disso, provocou um intenso debate na região a respeito do papel desempenhado pelo FUNDECITRUS, em suas ações de erradicação do cancro cítrico na região, promovendo assim de acordo com os produtores um tratamento desigual para os produtores da região em questão e os produtores da região nobre da citricultura ao Norte do Estado.

Palavras-chave: cancro cítrico; política fitossanitária; exclusão.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the citriculture State São Paulo starting from the emergence of the disease of citric denominated citrus canker in the municipal district of Presidente Prudente - SP, in the year of 1957. The combat to the citrus canker mobilized the public and private powers in the State of São Paulo, unchaining the largest seizure phytosanitary of the history of the Brazilian agriculture. The consequences of that seizure contemplate little by little until the current days a picture and exclusion front producing Region of Presidente Prudente - SP. Besides, it provoked an intense debate in the area regarding the paper carried out by FUNDECITRUS, in their actions of eradication of the citrus canker in the area, promoting like this in agreement with the producers an unequal treatment for the producing of the area in subject and the producing of the noble area of the citriculture to the North of the State.

Key words: citrus canker; political phytosanitary; exclusion.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1 - A CITRICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO | 15 |
| 1.1. A laranja no Brasil..... | 15 |
| 1.2. A citricultura no Estado de São Paulo..... | 17 |
| 2 - O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CITRÍCOLA PAULISTA | 29 |
| 2.1. O complexo agroindustrial citrícola..... | 30 |
| 2.2. As transformações no setor e a crise na citricultura..... | 38 |
| 2.3. Problemas fitossanitários..... | 41 |
| 3 - A CITRICULTURA E O CANCRO CÍTRICO | 44 |
| 3.1. O cancro cítrico..... | 44 |
| 3.2. Histórico do cancro cítrico no Brasil..... | 47 |
| 3.3. Ações para a erradicação do cancro cítrico..... | 52 |
| 3.4. Medidas para a prevenção do cancro cítrico..... | 55 |
| 4- A CITRICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE | 58 |
| 4.1. Breve histórico da ocupação da região de Presidente Prudente..... | 59 |
| 4.2. A agricultura para o café..... | 62 |
| 4.3. A constatação do cancro cítrico no município de Presidente Prudente | 68 |
| 4.4. A fase emergencial da campanha de erradicação do cancro cítrico ... | 72 |
| 4.5. Os desdobramentos da campanha de erradicação do cancro cítrico... | 76 |
| 5 - A CITRICULTURA MARGINAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE | 85 |
| 5.1. Perfil dos produtores..... | 87 |
| 5.1.2. Características gerais da produção de citrus na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 92 |
| 5.1.3. Percepção sócio-econômica dos produtores entrevistados..... | 96 |
| 5.2. A política fitossanitária na Microrregião Geográfica de Presidente... .. | 100 |

| | |
|---|-----|
| 5.3. O quadro excludente da citricultura na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 105 |
| 5.4. Elementos para a discussão de possíveis soluções para o quadro excludente da citricultura na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 113 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 117 |
| REFERÊNCIAS | 120 |
| DEMAIS BIBLIOGRAFIAS | 126 |
| ANEXOS | 130 |

LISTA DE FIGURAS

| Nº | P. |
|--|-----|
| 1- Localização do cinturão citrícola..... | 25 |
| 2- Representação da Agroindústria Citrícola do Estado de São Paulo..... | 31 |
| 3- Lesões Causadas Pelo Cancro Cítrico, A - B - C..... | 45 |
| 4- Ficha do Herbário da Seção de Fitopatologia do Instituto Biológico..... | 48 |
| 5- Raio do cancro..... | 50 |
| 6- localização da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente..... | 58 |
| 7- Mapa representando as áreas própria e impróprias do estado..... | 67 |
| 8- Primeira notícia na imprensa escrita a respeito do aparecimento do cancro cítrico..... | 69 |
| 9- Assinatura da Ata da Criação da Estação Experimental de Presidente Prudente..... | 80 |
| 10- O Secretário de Agricultura e Abastecimento e demais convidados caminham pela área Estação Experimental..... | 81 |
| 11- Vista geral da área plantada na Estação Experimental..... | 81 |
| 12- Vista geral da área onde foram erradicadas todas as plantas cítricas..... | 82 |
| 13- Saída da Estação Experimental..... | 83 |
| 14- Municípios onde foram aplicados questionários..... | 85 |
| 15- Faixa etária dos produtores entrevistados..... | 87 |
| 16- Escolaridade dos produtores entrevistados..... | 88 |
| 17- Local de residência anterior dos entrevistados..... | 89 |
| 18- Local de residência atual dos entrevistados..... | 90 |
| 19- Número de propriedades rurais dos entrevistados..... | 90 |
| 20- Propriedade rural localizada no município de Regente Feijó..... | 91 |
| 21- Pomar de mexerica variedade ponkam..... | 93 |
| 22- Uso de irrigação no pomar..... | 94 |
| 23- Colheita de limão variedade Taiti em propriedade rural localizada no município de Anhumas..... | 96 |
| 24- Charge..... | 102 |
| 25- Propriedade localizada no município de Presidente Prudente..... | 109 |
| 26- A mesma propriedade..... | 110 |
| 27- Outra propriedade no município de Presidente Prudente..... | 110 |

LISTA DE TABELAS

| Nº | P. |
|--|-----|
| 1 - Variedades de Laranjas Exportadas Nos Anos de 1932 e 1936..... | 19 |
| 2 -Exportações de laranja <i>in natura</i> : Brasil e estado de São Paulo 1927 a 1948.. | 20 |
| 3 - Exportações brasileiras de SLCC - suco de laranja concentrado congelado (toneladas)..... | 34 |
| 4 - Perfil das propriedades produtoras de citros..... | 35 |
| 5 - Produção de laranjas no Estado de São Paulo (1994 - 2002)..... | 35 |
| 6 - Variedades de citros/número de pés plantados/produção..... | 95 |
| 7 - Estimativa do consumo interno de suco de laranja industrializado /não industrializado. 1993 – 1996 (mil litros)..... | 115 |

LISTA DE QUADROS

| Nº | P. |
|--|-----|
| 1 – Estimativa do grau de integração vertical das empresas,1997..... | 26 |
| 2 – Principais fatos no período de formação do cinturão citrícola e fortalecimento do cai citrícola..... | 32 |
| 3 – Diversos agentes institucionais atuantes no cai citrícola..... | 37 |
| 4- Principais doenças e pragas da citricultura brasileira..... | 41 |
| 5 - Variedades e espécies mais resistentes ao cancro cítrico..... | 42 |
| 6 - Comparação de sintomas: cancro cítrico e outras doenças dos citros..... | 42 |
| 7 - Principais ações oficiais e critérios para erradicação do cancro..... | 53 |
| 8 – Fruticultura em presidente prudente nos anos de 1930 -1940 – laranja/limão..... | 65 |
| 9 – Utilização das terras nas propriedades..... | 92 |
| 10 - Produção de laranja - microrregião geográfica de presidente prudente, 1950 –1995/06..... | 112 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central o estudo da citricultura paulista a partir do aparecimento da doença de citros denominada “cancro cítrico¹” em 1957 no município de Presidente Prudente - SP, bem como a política fitossanitária decorrente das ações desencadeadas pelos órgãos públicos estaduais e federais responsáveis pela maior e mais extensa campanha de combate agrícola já feita no Brasil, a CANECC - Campanha Nacional para Erradicação do Cancro Cítrico, ligada ao Ministério da Agricultura.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar os efeitos do cancro cítrico na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Entre 1957 e 1982 toda região sofreu um rigoroso embargo fitossanitário, no qual foi proibido plantio de árvores e mudas cítricas de qualquer espécie, além disso, passou por um intenso processo de erradicação de todas as plantas cítricas. Passados 50 anos, a região ainda é tida como imprópria para a citricultura, o que gerou um quadro de abandono e intensa exclusão dos produtos por parte do Estado na figura de seus órgãos agrícolas oficiais.

Para analisar as consequências das ações fitossanitárias e seus desdobramentos na referida região, o recorte temporal foi delimitado a partir do ano de 1957 até 1999, durante esse período, a história da citricultura paulista passou por importantes alterações decorrentes da consolidação da indústria de sucos passando pela concentração geográfica da produção citrícola ao Norte do Estado a sua crise institucional e produtiva. Esperamos com essa pesquisa preencher uma lacuna no que diz respeito aos estudos relativos à citricultura, pois uma das dificuldades para consecução deste trabalho, foi a falta de referencial teórico inerente a Geografia, que abordem a temática por nós estudada.

Nesse sentido, a procura por material bibliográfico a respeito da citricultura na região em estudo, mostrou a quase inexistência de trabalhos

¹ “Cancro Cítrico” é uma doença causada pela bactéria *Xanthomonas axonopodis* pv. citri, que provoca lesões nas folhas, frutos e ramos e, conseqüentemente a queda dos frutos, folhas e produção FUNDECITRUS, 2003). O cancro cítrico será abordado no capítulo três deste trabalho.

voltados para essa realidade, isso é reflexo da pouca relevância da produção de citros desmotivando assim estudos a seu respeito.

Além disso, os estudos voltados para a temática do cancro cítrico em sua maioria correspondem a materiais técnicos específicos, são estudos principalmente voltados para a agronomia e genética, outros dão enfoque na engenharia de produção e economia, estes mais direcionados nos aspectos técnicos. Pouco material pesquisado focou a realidade da região estudada.

Outra dificuldade que apontamos é a de encontrar dados referentes à erradicação do cancro cítrico na região dentro do nosso recorte temporal, os números referentes à erradicação são de difícil acesso mesmo estando em mãos de instituições públicas. Dessa maneira os demais dados de fonte secundária referentes à nossa pesquisa foram levantados junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IEA - Instituto de Economia Agrícola, IAC - Instituto Agrônomo de Campinas/Centro de Citricultura Sylvio Moreira, IB - Instituto Biológico, além das Casas da agricultura dos municípios de: Álvares Machado, Anhumas, Regente Feijó e Presidente Prudente.

Para o levantamento de dados de fonte primária, efetuou-se primeiramente o reconhecimento da área delimitada, com visitas aos seis municípios selecionados. Nestas visitas, foram aplicados formulários² e roteiros de entrevistas, abordando questões concernentes à citricultura. A partir das entrevistas junto aos técnicos e engenheiros agrônomos das casas de agricultura dos municípios delimitados para a pesquisa de campo, e com base nas informações disponibilizadas por estes, foram selecionados os poucos produtores de citros ainda existentes na região, aos quais foram aplicados apenas 11 formulários. A seleção dos produtores foi feita com muita dificuldade, pois os produtores que ainda se dedicam a citricultura reduziram-se ao longo dos anos por conta dos altos índices de contaminação dos pomares cítricos na região e da política fitossanitária rígida para estes produtores.

Os dados e as informações coletadas nas entrevistas abertas bem como nos formulários aplicados, foram relacionados aos dados de fonte secundária o que possibilitou compor o quadro de exclusão dos produtores de citros na região, além de apresentar a realidade de abandono em relação aos órgãos

² O formulário aplicado aos produtores e os roteiros de entrevistas utilizados, encontram-se apresentados respectivamente nos Anexos I, II, III e IV.

públicos no que se refere à assistência técnica específica do cancro cítrico. Outra fonte importante de pesquisa que compôs esse quadro de exclusão foram as pesquisas feitas nos jornais de Presidente Prudente, "O IMPARCIAL" e "OESTE NOTÍCIAS", do ano de 1957 a 1999.

A busca por material técnico foi feita em órgãos e fundações voltadas especificamente à citricultura como o FUNDECITRUS - Fundo de Defesa da Citricultura, ABECITRUS - Associação Brasileira dos Exportadores de Citros, ASSOCITRUS - Associação Paulista de Citricultores, ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal, VIVECITRUS - Associação Paulista de Viveiros Certificados de Citros, entre outros.

Nesse sentido, considerando o que foi exposto, a presente pesquisa encontra-se estruturada além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta um pequeno histórico da implantação da citricultura no Brasil, bem como uma análise do desenvolvimento da citricultura no Estado de São Paulo, enfocando as principais regiões produtoras e a dinâmica da citricultura no Estado de São Paulo e no Brasil.

O segundo capítulo aborda o Complexo Agroindustrial - CAI Citrícola em seu período mais recente. No entanto fatos importantes inerentes à formação deste Complexo Agroindustrial em períodos anteriores à sua formulação também são apresentados.

No terceiro capítulo é analisada a problemática do "cancro cítrico", fazendo uma retrospectiva das ações para o combate à doença desde o seu surgimento na região de Presidente Prudente em 1957.

O quarto capítulo apresenta um histórico da citricultura na região de Presidente Prudente, bem como os impactos diretos gerados pelo aparecimento do cancro cítrico e seus desdobramentos.

O quinto e último capítulo apresenta a análise dos dados de fonte primária, obtidos a partir da aplicação de formulários aos produtores rurais vinculados a citricultura nos seis municípios delimitados. Além disso, é discutida a questão da política fitossanitária na região e suas conseqüências, traçando um quadro de exclusão dos produtores na referida região estudada.

CAPÍTULO 1 - A CITRICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Neste capítulo é feito um pequeno histórico da implantação da citricultura no Brasil e posteriormente analisa-se o desenvolvimento da mesma no Estado de São Paulo, enfatizando-se as principais regiões produtoras e a dinâmica da citricultura desde a sua origem até a sua constituição como importante atividade econômica no Estado de São Paulo e no Brasil.

1.1 . A Laranja no Brasil

De acordo com Moreira (1980), a citricultura é uma atividade de grande importância na economia brasileira. As primeiras plantas cítricas foram introduzidas no País pelas expedições colonizadoras, sendo que em 1540 já existiam laranjais espalhados pelo litoral, de norte a sul.

Segundo Hasse (1987), a partir de 1530 o governo colonial português decidiu efetivamente colonizar as terras brasileiras, repartindo o território da colônia entre uma dezena de seus homens de confiança, que tinham que povoar e produzir açúcar.

Com a chegada de novos habitantes apareceram as primeiras árvores frutíferas, e é a partir daí, que os estudiosos costumam situar o princípio da citricultura no Brasil. Os documentos e livros que retratam o Brasil do início da colonização citam a excelente adaptação climática das árvores cítricas na costa brasileira. Os primeiros registros de plantios de laranjas no Brasil foram feitos na Capitania de São Vicente (HASSE, 1987).

O primeiro relato de como se cultivava citros no Brasil data de 1587, em "Tratado Descritivo do Brasil", escrito por Gabriel Soares de Souza, um colonizador que se ocupou basicamente em descrever o Estado da Bahia. Para cada espécie e variedade cítrica, existente na época, o autor fez um relato. Já

no primeiro século as árvores cítricas estavam perfeitamente adaptadas ao clima brasileiro.

Relatos assim tornaram-se freqüentes como o do holandês Guilherme Piso (1611-1678), autor da "História Natural do Brasil", publicada em 1648 em Amsterdã; Clóvis Lugon em "A República Comunista Cristã dos Guaranis 1610 - 1768", ressalta que os índios guaranis cultivavam os citros sob a direção dos padres jesuítas (HASSE, 1987).

A onda de viagens científicas à América praticamente termina com Charles Darwin, que, em sua "Viagem à Volta do Mundo", relata ter encontrado, em 1832, nas ilhas da foz do rio Paraná, grandes quantidades de pessegueiros e laranjeiras. As sementes teriam sido levadas pela correnteza até encontrar terra firme onde germinaram. Não foram poucos os viajantes que como Darwin, mencionaram a existência de laranjeiras selvagens no interior do País. São árvores nascidas de sementes, o que levou muita gente a acreditar que a laranja é fruta nativa (HASSE, 1987).

De acordo com Hasse (1987), as plantas cítricas e em especial a laranjeira (*Citrus aurantium*, tb. dita *C. sinensis*), são nativas da Ásia, mas sua região de origem gera controvérsia, vários historiadores afirmam que os cítricos teriam surgido no leste asiático, nas regiões que incluem atualmente a: Índia, China, Butão, Birmânia e Malásia. A idéia de que a fruta seja de origem chinesa, é fundamentada pela referência da mesma em caracteres chineses datados por volta de 2.200 a.C. As mudas e as técnicas foram trazidas da Espanha, pelos colonizadores portugueses, para propiciar o abastecimento de vitamina C, antídoto do escorbuto que dizimava a maioria das tripulações no período dos descobrimentos e da colonização da América Latina.

Na primeira metade do século XIX o Brasil foi alvo de grande interesse dos pesquisadores europeus, surgindo na época muitos estudos sobre a flora brasileira. Muitos viajantes mencionaram a existência de laranjeiras selvagens no interior do Brasil, levando muitos a acreditar que a laranja era uma fruta nativa. Na realidade, a boa adaptação da laranja ao clima e ao solo brasileiros produziu uma variedade particular, reconhecida internacionalmente: a laranja Bahia, baiana ou "de umbigo", que teria surgido por volta de 1800 (HASSE, 1987).

Não é possível precisar a data, nem tampouco o responsável, mas foi a partir da laranja Bahia (*Citrus sinensis*), que a citricultura tornou-se um ramo importante da agricultura no Brasil. Nesta fase ainda incipiente, na qual o homem trabalha sobre uma “criação espontânea da natureza”, a evolução da citricultura é lenta, mas as mudas passaram a ser disputadas pelo país e vão se espalhando aos poucos numa escala considerável.

Em 1873, aproveitando os serviços diplomáticos norte-americanos instalados no Brasil, os técnicos em citricultura de *Riverside*, na Califórnia, receberam três mudas de laranja Bahia. Delas saíram as mudas que, posteriormente, se espalharam pelos EUA e outras partes do mundo com o nome de Washington Navel. Tem mais de um século, portanto, o intercâmbio citrícola entre os dois países, e a laranja Bahia foi uma base fundamental (FUNDECITRUS, 2004).

Durante o século XIX, a citricultura brasileira ainda não tinha um caráter comercial. Esse período preliminar de evolução coincidiu com mudanças intensas no Brasil. Entre 1822 e 1889 o país declarou a sua independência e proclamou a república. Respectivamente na economia, caiu o açúcar e subiu o café; no trabalho, saiu o escravo e entrou o imigrante.

O café foi caminhando para o interior de São Paulo e a laranja foi seguindo o seu rastro, ocupando espaço como cultura acessória. A produção de laranja das fazendas era usada para consumo interno e o excedente era vendido nas cidades. No início do século XX, a citricultura começou a ser encarada como "opção agrícola". Em São Paulo, como subsídio aos agricultores, o governo estadual distribuía mudas. Mais tarde, com a crise do café, a citricultura foi ganhando um espaço maior (HASSE, 1987).

Em princípios do século XX, a cultura da laranja não era considerada um grande negócio, mas havia alguma perspectiva de exportação. Em 1910, depois de algumas tentativas, se firmaram as exportações para a Argentina. O cultivo e a exportação de laranja, passou a ser um negócio que não apenas dava notoriedade, mas também renda. A partir deste período a história da laranja no Brasil se confunde com a da citricultura no Estado de São Paulo.

1.2. A CITRICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO

De acordo com Martinelli Junior (1987), a Cultura de Citros penetrou no Estado de São Paulo inicialmente no Vale do Paraíba, nas regiões de Limeira, Sorocaba e Campinas. O surgimento da cultura de Citros nestas regiões pode ser atribuído a questões de ordem: econômica, climáticas e geológicas.

Economicamente a cultura da laranja foi substituindo a cultura do café, usufruindo de sua infra-estrutura operacional e financeira, além disso, por ser uma cultura tipicamente de consumo urbano, sua demanda aumentava cada vez mais, resultado do processo crescente de urbanização no Brasil a partir dos anos de 1930.

A respeito das condições climáticas e geológicas, o Estado de São Paulo apresenta em quase toda sua totalidade áreas favoráveis ao cultivo de citros, dentre estas condições podemos citar:

- Temperaturas não muito baixas (menor que 15 °C);
- Pluviosidade média anual em torno de 1.200 mm.
- Solos de origem sedimentar;
- Topografia de preferência plana ou com tolerância a pouco grau de inclinação (MARTINELLI JUNIOR 1987).

No início do século XX, a produção de citros destinava-se quase que exclusivamente ao consumo de subsistência, sendo comercializado apenas o excedente em mercados e feiras livres.

O estudo feito por Ceron (1969), a respeito da citricultura em Limeira, ressalta que no período de implantação da cultura de citros deu-se inicialmente por pequenos pomares destinados ao abastecimento de fazendas de café e do centro urbano, posteriormente o cultivo toma caráter comercial de exportação.

De acordo com Martinelli Junior (1987), a citricultura de cunho comercial nasce no Estado de São Paulo na região de Limeira, aproveitando a infra-estrutura do café, lavoura que se encontrava em decadência. A esse respeito, Ceron (1969, p.34) afirma que:

“Depois, de 1929, quando a crise cafeeira se abatia sobre São Paulo, a importância da economia do café, para o município de Limeira, descia a níveis mínimos. Cafezais eram cortados e substituídos pela cana-de-açúcar, laranja e algodão.”

Essa implantação e expansão da citricultura no Estado de São Paulo, resultaram da iniciativa de fazendeiros e comerciantes de Limeira, pois boa parte destes empregaram capital e experiências adquiridas na cultura do café. O mesmo ocorreu nas regiões de Campinas e Sorocaba (CERON, 1969).

Com o aumento da área cultivada o volume desse excedente foi se tornando significativo como nos mostra Ceron (1969, p.39):

“Em 1911, [...] era iniciada pelos “donos de bancas do mercado de São Paulo” a primeira exportação para Buenos Aires, tendo as frutas em virtude da falta de seleção e embalagem, chegando em mau estado.”

Posteriormente, “no ano de 1926, realiza-se a primeira exportação de São Paulo para a Europa”. [...] É a partir desse ano que se dá o grande surto exportador com o consumo de laranja brasileira na Europa Ocidental [...] (CERON 1969, p.39).

De acordo com Ceron (1969), mesmo com as crescentes exportações de laranja e com o respectivo aumento de casas comerciais, não se tinham ainda bases sólidas para a implantação da citricultura na região de Limeira. Um fator importante demonstrando problemas na comercialização dos citros, foi a variedade plantada na região, a variedade bahia não atendia as exigências dos consumidores externos, pois:

[...] o consumidor europeu preferia laranjas com teor de acidez relativamente elevado e, quanto ao tamanho do fruto, os médios ou pequenos, [...] as laranjas produzidas em Limeira preenchiam características exatamente contrárias aquelas apresentadas [...] (CERON 1969, p. 44).

Além disso, a variedade apresentava desvantagens como menor resistência no pé após amadurecida, baixa resistência a longos percursos e alta suscetibilidade à podridão. A tabela 1 nos dá uma idéia da supremacia da variedade bahia em relação às outras variedades em quantidade de caixas produzidas.

Tabela 1 – Variedades de laranjas exportadas nos anos de 1932 e 1936 (total de caixas)

| VARIETADE | 1932 (caixas) | % | 1936 (caixas) | % |
|------------|---------------|-------|---------------|-------|
| Bahia | 314.784 | 88,58 | 361.517 | 74,50 |
| Pêra | 5.662 | 1,59 | 96.700 | 19,92 |
| Tangerinas | 25.960 | 7,30 | 9.765 | 2,01 |

| | | | | |
|--------|---------|--------|---------|--------|
| Outras | 8.941 | 2.53 | 17.246 | 3,57 |
| Totais | 355.347 | 100,00 | 485.228 | 100,00 |

Fonte: Ceron (1969 p. 44)

A possibilidade de colocação da laranja em mercados externos levou os citricultores a darem maior atenção à cultura e aos problemas em contrados nas plantações.

Após passar por séria crise em 1937 com o aparecimento nos laranjais da doença denominada "tristeza"³, que eliminou grande parte das árvores no Estado de São Paulo e com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, em 1939, que paralisou quase todo o tráfego marítimo, a citricultura paulista ressurgiu a partir de meados da década de 50. A tabela 2 mostra evolução das exportações de laranja *in natura* no Brasil e Estado de São Paulo entre os anos de 1927 a 1948.

**Tabela 2 - Exportações de laranja *in natura*:
Brasil e Estado de São Paulo, 1927 a 1948**

| CAIXAS EXPORTADAS (1.000 cxs) | | |
|-------------------------------|---------|-----------|
| ANOS | BRASIL | SÃO PAULO |
| 1927 | 359,8 | 43,2 |
| 1930 | 812,2 | 195,7 |
| 1933 | 2.554,2 | 1.134,7 |
| 1936 | 3.216,7 | 1.054,7 |
| 1939 | 5.631,9 | 2.791,0 |
| 1942 | 1.281,4 | 0,178 |
| 1945 | 1.396,7 | 0,133 |
| 1948 | 2.845,2 | 0,370 |

Fonte: Adaptado – Martinelli Junior (1987 p. 98).

Como podemos observar na tabela 2, são nítidas as quedas das exportações de laranja no Brasil e no Estado de São Paulo pós 1939, esse período corresponde ao início da 2ª Guerra Mundial. No entanto essa queda brusca nas exportações de laranja do Estado de São Paulo, foram motivadas

³ A doença "tristeza", [...] era transmitida por um pulgão-preto denominado "Toxoptera citricidus", oriundo, provavelmente da África do Sul, por meio de mudas importadas daquele país. [...] a doença consistia numa espécie de entupimento da copa das plantas, causando a morte por falta de alimentos. [...] A "tristeza", foi constatada no estado, pela primeira vez, em 1937, teve conseqüências que se estenderam até o ano de 1950".[...] A solução encontrada foi a substituição dos "cavalos", (MARTINELLI JUNIOR, 1987 p. 99).

pelo ataque da doença “tristeza”, responsável por perdas nos laranjais paulistas que levou os números das exportações quase a zero nos anos de 1940. A “tristeza” teve conseqüências desastrosas para a citricultura paulista, que se estenderam até os anos de 1950 (MARTINELLI JUNIOR, 1987).

No início dos anos de 1950 a doença foi controlada através da erradicação quase total dos laranjais contaminados, reposição das plantas por variedades mais resistentes e utilização de porta-enxertos de limão cravo.

No final da década de 1950, surgiu uma nova doença que afetou a citricultura no Estado, tratava-se do “cancro cítrico”⁴, que resultou na eliminação de mais de 300 mil árvores nas regiões afetadas. Des de sua descoberta em 1957 na região de Presidente Prudente, o cancro cítrico gerou intenso programa regional e depois nacional de erradicação, inclusive com a criação em 1977 do Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura) encarregado de obter e aplicar recursos das partes interessadas; produtores, industriais e comerciantes (MAIA, 1996).

O cancro cítrico ocasionou grandes danos aos citricultores das regiões afetadas, por conta da erradicação total dos pomares e da implantação de barreiras sanitárias pelo governo, o que só colaborou para o aumento da concentração da produção na região Norte do Estado, fazendo com que a citricultura comercial se restringisse às regiões situadas a margem direita do rio Tietê, aparentemente isentas.

O fator primordial para a cultura continuar se expandindo na década de 60 deveu-se à instalação de unidades processadoras de suco de laranja concentrado e congelado, de larga aceitação no exterior, marcando uma nova etapa em seu desenvolvimento. O comércio da laranja se restringia a té então, à venda da fruta *in natura* aos mercados interno e externo.

De acordo com MAIA (1996), a primeira exportação de suco concentrado congelado de laranja foi realizada em 1962, com volume de 235 toneladas, gerando 84 mil dólares, a partir desse ano, as exportações se elevaram significativamente. Desde 1982 o Estado de São Paulo tornou -se o principal exportador de suco concentrado no mercado internacional. Os principais compradores são os Estados Unidos e a União Européia (UE).

⁴ O Cancro Cítrico é abordado no Capítulo 3

No início da década de 1970, a indústria de suco demandava cerca de 20 a 25 milhões de caixas de laranja, passando para 138 milhões no início da década de 1980. Ao longo desta década a demanda industrial continuou se expandindo acentuadamente, atingindo, na safra agrícola de 1990/91, a quantidade de 210 milhões de caixas. “A consolidação da indústria processadora, na década de 1970, marcou uma nova etapa no desenvolvimento da citricultura” (MAZZALI 2000, p. 116).

Segundo Mazzali (2000), o capital investido no setor industrial de suco, era oriundo basicamente, de empresas que exportavam, anteriormente, o produto *in natura*.

[...] as conexões com grupos estrangeiros que participavam do mercado internacional de frutas e sucos possibilitou a essas empresas a visualização de novas oportunidades de acumulação, a partir do mercado internacional de suco concentrado congelado (SIFFERT, 1992, *apud* MAZZALI, 2000, p. 116).

A rentabilidade do setor tem representado um papel crucial na expansão da produção, e assim a determinação dos preços da caixa de laranja é de fundamental importância tanto para os citricultores como para a indústria. A elevada participação da laranja no custo total do suco justifica a importância em garantir o fornecimento da matéria-prima nas quantidades e qualidade desejáveis a preços julgados adequados à indústria (MAIA, 1996).

O citricultor tinha nas décadas de 1960 e 1970, um pequeno poder de barganha. Como outro produtor agrícola qualquer, podia ser classificado como um reclamante residual, ou seja, na cadeia de comercialização todos o precediam, absorvendo sua respectiva parcela, cabendo ao citricultor o que restasse. No entanto com o tempo, eles se tornaram fortes, através da efetiva organização no intuito de melhorar essa situação e aumentar seu poder de barganha (AMARO, 1980, *apud* MAIA (1996). Como resultado, passaram a ser realizadas negociações para determinação do preço da caixa de laranja recebido pelo produtor e a serem estabelecidas normas, nos contratos de compra e venda da produção por intermédio das associações representativas dos segmentos envolvidos. De acordo com Maia (1996, p. 14):

Até a safra 1985/86, estabelecia-se um preço fixo por caixa de laranja, acertado em reuniões, onde muitas vezes era necessária a intervenção do Governo para se chegar a um

acordo. Os citricultores questionavam os valores, tendo como argumento o fato de que só a indústria era favorecida com as elevações momentâneas da cotação do suco no mercado internacional, geralmente causadas pela ocorrência de geadas na Flórida.

Desde a implantação da indústria processadora em meados da década de 1960, a prática usual de venda da produção se pautava no modelo do “contrato a preço fixo”, onde as partes negociavam ano após ano com a indústria, fixando antecipadamente o preço da caixa de laranja de 40,8kg, ainda nos laranjais, baseado em uma estimativa de safra (MAIA, 1996).

No entanto, esse tipo de contrato a “preço fixo” era vantajoso para o produtor somente no sentido de ter segurança no destino de sua produção, porém o mesmo não era beneficiado quando havia uma elevação do preço do suco durante o período da safra, isso gerou vários conflitos⁵ entre produtores e indústria processadora (MAIA, 1996).

Quando se iniciou a safra 1986/87 foi introduzido o “Contrato de Participação⁶” (ou padrão) que passa a prever o atrelamento dos preços da laranja recebidos pelos produtores às cotações internacionais do suco. Os pontos fundamentais do contrato se relacionam às cotações do suco concentrado de laranja na bolsa de Valores de Nova Iorque que refletem o livre comércio internacional, à taxa de câmbio no Brasil, às despesas industriais e comerciais desde a fruta na árvore até o produto colocado no mercado norte americano (Flórida) e o rendimento da fruta, ou seja, quantidade de caixas necessárias para se obter uma tonelada de suco concentrado congelado (AMARO, 1980, *apud* MAIA, 1996).

De acordo com Paulillo (2000), a partir dos anos de 1990, o setor citrícola passa por uma crise institucional, caracterizada pela intensificação da

⁵ Os conflitos eram gerados basicamente pela busca de um preço “justo” entre os produtores e a indústria processadora, como o poder de barganha dos produtores era pequeno essas discussões eram debatidas/resolvidas no âmbito da Cacex (Carteira de Comércio Exterior), um exemplo de intervenção do Estado no setor citrícola. Para maiores detalhes a respeito da atuação da Cacex no setor citrícola ver; PAULILLO, 2000.

⁶ C.f. MAIA, 1996. No contrato padrão os preços são determinados através de uma equação que leva em consideração os preços do suco na Bolsa de Nova Iorque, a remuneração da produção industrial e de comercialização; este formado pelos custos internos e externos (colheita, frete, tarifas portuárias etc.) e a taxa de rendimento da fruta, que é obtido pelo número de caixas de laranja necessárias para a produção de uma tonelada de suco concentrado industriais, custos, etc.

assimetria de poder entre a indústria e a citricultura. Os fatores desencadeadores desta crise foram:

[...] a) a quebra do contrato-padrão por empresas industriais e produtores de laranja, acertando preços inferiores aos preços de referência do contrato; b) o repasse industrial do impacto depressivo do mercado internacional de suco para a citricultura, por meio da taxa de rendimento fixada e das planilhas de custos de industrialização e comercialização do contrato padrão; e c) a queda dos poderes de negociação das associações de representação de interesses dos citricultores (PAULILLO, 2000. p.124).

Todo o processo de transformações institucionais no setor citrícola desde sua regulação estatal, a constituição do CAI – citrícola⁷ (anos 1960 e 1970), a auto-regulação citrícola (anos 1980) e a ocorrência da crise institucional a partir dos anos 1990, marcaram a história da citricultura no Estado de São Paulo. O final dos anos 1990 marcou a acentuada exclusão dos pequenos citricultores e o crescimento das grandes e médias propriedades no cinturão citrícola que abrange 330 municípios das regiões Administrativas de, Barretos, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio preto e Sorocaba, no Estado de São Paulo, e ainda 17 municípios no Triângulo Mineiro (PAULILLO, 2000), (Figura 1).

Outro processo observado nesse período, foi a estratégia de verticalização para trás⁸ da indústria processadora citrícola, um processo de ampliação dos pomares próprios de laranja, que se inicia no fim dos anos de 1980 e intensificou-se no início dos anos de 1990. Esse processo constitui um importante fator de modificação nas relações do CAI citrícola, pois essa estratégia da indústria processadora mudou a relação de fornecimento de matéria-prima para a indústria, causando para o produtor, a perda de grande parte do poder de barganha dos preços da laranja, tendo ainda que arcar com a queda de rentabilidade, levando os pequenos e médios produtores a reduzir drasticamente a produção e os tratos aos laranjais, diante disso muitos abandonaram a citricultura.

De acordo com Paulillo 2000. p. 137:

A justificativa da indústria processadora para a verticalização foi que a concorrência entre as empresas (tradicionais e novas) promoveria a elevação dos preços das caixas de

⁷ CAI – Complexo Agroindustrial Citrícola é abordado no Capítulo 2 deste trabalho.

⁸ C.f. PAULILLO, L.F. 2000.

laranja; com isso alegaram o efeito em cascata sobre o preço final do suco. Para evitá-lo, as empresas plantariam em seus pomares próprios.

Para Mazzali (2000), além da concorrência entre as empresas processadoras a verticalização para trás representou também uma necessidade na busca da elevação do padrão de produtividade/qualidade da produção citrícola, perante as novas configurações do mercado internacional nos anos de 1990.

[...] enorme potencial financeiro da indústria processadora, a entrada no seguimento agrícola emergiu como uma estratégia destinada a garantir, em curto espaço de tempo, um padrão técnico e, por conseqüência, custos de produção da matéria-prima compatíveis com os novos condicionantes da concorrência internacional (MAZZALI, 2000. p.141).

A verticalização para trás beneficiou principalmente as indústrias, reduzindo o poder de barganha dos produtores e associações. O quadro 1 apresenta o grau de verticalização para trás das maiores empresas de processamento do citrícola no ano de 1997.

Quadro 1 – Estimativa do grau de integração vertical das empresas, 1997

| Empresa | Grau de Integração Vertical |
|-----------------|------------------------------------|
| Citrosuco | 30% |
| Cutrale | 30% a 40% |
| Cargill | 30% |
| Coimbra-Frutesp | 15% |
| Citrovita | 50% |
| Royal Citrus | 40% |
| Nova América | 25% |

Fonte: Paulillo, L.F. (2000, p.73).

Diante desse processo em que a indústria se fortaleceu frente aos

produtores, a verticalização para trás coloca-se como um fator importante para a explicação do fortalecimento dos recursos de poder das grandes empresas processadoras de suco. As empresas agem a partir de uma regulação prévia (matéria-prima, preços etc), de acordo com seus interesses e recursos, dessa maneira o resultado final foi a intensificação da assimetria de poder entre a indústria processadora e os citricultores.

Segundo Paulillo (2000), com o fim do contrato padrão, as indústrias processadoras passaram a utilizar a terceirização agroindustrial e conseqüentemente a redução dos direitos trabalhistas nas áreas do cinturão citrícola, isto só ampliou mais o caráter excludente no CAI citrícola, “[...] a partir de 1995, os produtores adotaram a prestação de serviços para as atividades de colheita. Conseqüentemente, a utilização de cooperativas de mão-de-obra foi intensa” (PAULILLO, 2000. p. 139).

A principal justificativa para essa terceirização foi a quebra do contrato padrão, pois o produtor deveria arcar com os custos da colheita e transporte, isso ocasionou um grande custo imediato à maioria dos pequenos e médios produtores que foram pegos de surpresa, pois anteriormente as indústrias processadoras arcavam com essas despesas. Toda mão-de-obra utilizada nos pomares foi deslocada para as cooperativas de mão-de-obra rural⁹, que de cooperativas só tinham o nome, pois na verdade o que ocorreu, foi um cerceamento dos direitos trabalhistas¹⁰ dos trabalhadores rurais.

As cooperativas de mão-de-obra começaram a se proliferar após a aprovação de um projeto de lei, em 1994, que introduzia um parágrafo único no artigo 422 da CLT, no qual a não existência de vínculo trabalhista entre os trabalhadores e as cooperativas, assim como entre os trabalhadores e aqueles que tomam os serviços da cooperativa. Grande parte dessas cooperativas foram criadas por antigos funcionários das empresas processadoras, passando a ser os administradores, enquanto outras foram surgindo ao longo do cinturão citrícola, administradas pelos “gatos¹¹”, sem atender os princípios mínimos do cooperativismo (PAULILLO, 2000).

⁹ C.f. PAULILLO, L.F. 2000. Para maiores detalhes desta prática adotada pelo CAI citrícola.

¹⁰ Perda de vínculo empregatício, férias, descanso semanal remunerado, descanso durante a jornada de trabalho, aviso prévio, fundo de garantia, aposentadoria, seguro saúde, etc.

¹¹ Nome popular dado à pessoa que recruta trabalhadores, servindo de intermediário entre o empregador e o peão/bóia-fria.

Assim, o trabalhador rural estava inserido em uma situação que no ponto de vista hierárquico tornara-se empregado da indústria ou do produtor, porém juridicamente era trabalhador cooperado na condição de autônomo.

[...] o vínculo do trabalhador rural com as cooperativas de mão-de-obra representou grandes perdas. A falta de conhecimento e consciência coletiva dos trabalhadores rurais permitiu o avanço das cooperativas de mão-de-obra, a queda de seus direitos trabalhistas e a redução de suas condições de sobrevivência. (PAULILLO, 2000. p. 143)

Num primeiro momento foi vantajoso para os produtores utilizarem as cooperativas de mão-de-obra, porém, nas safras posteriores acarretaram problemas jurídicos de ordem trabalhista para os produtores, que afetaram tanto o rendimento líquido do produtor quanto suas propriedades, por meio de ações trabalhistas. As cooperativas de mão-de-obra a partir de 1997 foram combatidas na esfera jurídica e por sindicatos de trabalhadores, essas ações judiciais foram enfraquecendo essa prática, no entanto não foram reduzidas à zero.

De acordo com Paulillo (2000), a opção adotada pelos produtores para não utilizarem as cooperativas de mão-de-obra tem sido a constituição de condomínios rurais de produtores, juridicamente os trabalhadores são contratados para o condomínio, por contrato de safra ou trabalho permanente de acordo com as necessidades do produtor.

Fica a cargo do produtor o ônus do condomínio pelos dias trabalhados e o número de trabalhadores utilizados no período, nesse estão inseridos os encargos trabalhistas. Para Paulillo (2000, p. 145):

O surgimento de condomínios de propriedades citrícolas apresenta, de resultado imediato, a volta dos direitos trabalhistas nos pomares e a melhora das condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais do território citrícola. Entretanto, poderá apresentar, a longo prazo novas formas de inclusão para os produtores de laranja.

O poder da indústria processadora de suco mostra-se praticamente inabalável, o reduzido poder de barganha dos produtores em relação à indústria processadora, induziu os mesmos a se filiarem as cooperativas de mão-de-obra e posteriormente arcar com os problemas oriundos dessa prática.

Fica claro que os meados dos anos de 1990 deixaram profundas

modificações no setor citrícola; desde sua base técnica e operacional, refletindo nas relações de trabalho e relação do produtor com indústria de sucos.

CAPÍTULO 2 - O Complexo Agroindustrial Citrícola Paulista

Neste capítulo é analisado o Complexo Agroindustrial - CAI Citrícola em seu período mais recente.

De acordo com Müller (1989), estudos referentes a um sistema ou a um complexo agroindustrial ¹² (CAI), contemplam as análises de movimentos crescentes entre a agricultura e a indústria, esta por sua vez demandando cada

¹² C.f. Cano (1985), Costa & Mazzali (1995), Delgado (1985), Graziano da Silva (1981) e (1996), Guimarães (1979), Müller (1989), Sorj (1986), Szmrecsányi (1990) e Kageyama *et al.* (1990). Para uma análise mais detalhada sobre os Complexos Agroindustriais destacam -se estas obras.

vez mais produtos industriais em seu processo produtivo e a indústria, consumindo e transformando, de forma ampliada, produtos de origem agrícola.

Na segunda metade dos anos 1960 o processo de tecnificação da agricultura aprofundou-se, graças à intervenção do Estado brasileiro, o que resultou no estreitamento das relações entre agricultura e indústria, com a subordinação da agricultura à indústria, configurando-se o que se convencionou denominar de complexo agroindustrial. Müller (1980, p.7) define CAI como:

“Um conjunto composto pela sucessão de atividades principais e acessórias vinculadas à produção e transformação de um ou mais produtos agrícolas. Dentre as atividades principais incluem-se a geração destes produtos, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas. Dentre as etapas acessórias, incluem-se a coleta, armazenamento, transporte, distribuição dos produtos industriais e agrícolas e financiamento.”

De acordo com Graziano da Silva (1996), as transformações apresentadas por este setor, foram resultantes de um processo iniciado com a crise do complexo rural, este caracterizado por possuir uma dinâmica considerada simples, engendrada numa restrita quantidade de produtos exportáveis e regulamentada pela demanda do mercado externo e sua substituição pelo complexo agroindustrial, caracterizado pela maior integração ou subordinação da agricultura à indústria e pela mudança de ênfase do mercado externo para o interno. Como nos mostra Graziano da Silva (1996):

O processo histórico de passagem da agricultura brasileira do chamado 'complexo rural' para uma dinâmica comandada pelos 'complexos agroindustriais' - CAIs: a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.1).

A evolução da agricultura brasileira em seu período mais recente pode ser analisada levando em conta dois períodos: O primeiro¹³ vai de 1930

¹³ Neste primeiro período a expansão da agricultura brasileira ocorreu por meio da incorporação de novas áreas, aproveitando-se das fronteiras agrícolas próximas aos pólos mais urbanizados da Região Centro-Sul, Graziano da Silva (1996).

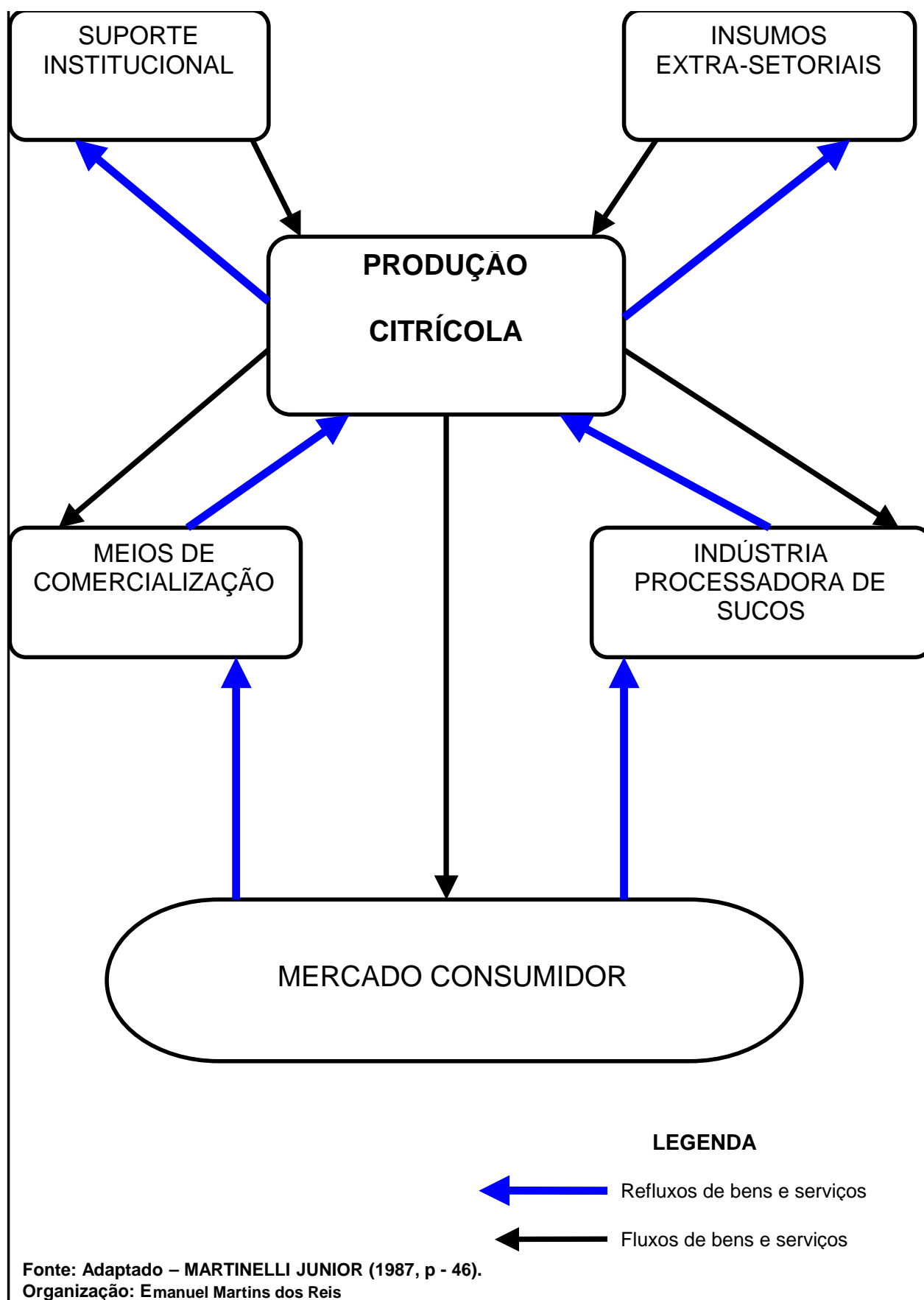
até meados da década de 1960, quando se inicia o segundo período ¹⁴ marcado, pela incorporação tecnológica, fator esse que muda profundamente as formas de produzir nesse setor (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Desse período em diante grande parte do que foi produzido no campo tornou-se matéria-prima para a agroindústria, ao passo que as mesmas se desenvolveram e incorporaram mais tecnologia em seu processo de produção tornando-o cada vez mais complexo e dependente de capital. Esse processo de modernização da agricultura via CAI consistiu basicamente no aprofundamento do capitalismo no campo, apoiado pelo Estado brasileiro.

2.1. O Complexo Agroindustrial Citrícola

De acordo com Martinelli Junior (1987), o surgimento e consolidação da agroindústria citrícola no Estado de São Paulo deu-se por estar inserido no contexto mais geral de modernização da agricultura brasileira, ampliando e transformando sua base técnica produtiva com a utilização de máquinas e insumos modernos (Figura 2).

¹⁴ O segundo período foi caracterizado por uma superação do então modelo de incorporação de novas áreas, o que resultou no estreitamento das relações entre a agricultura e a indústria e, conseqüentemente, nas formas de produzir no campo como nos mostram Müller (1989) e Graziano da Silva (1996).

Figura 2 - Representação da Agroindústria Citrícola do Estado de São Paulo



O processo de formação e a conseqüente consolidação do CAI Citrícola¹⁵ ao longo das décadas de 1960 a 1980, foi favorecido por diversos fatores como; o baixo custo da terra e da mão-de-obra, condições favoráveis de solo e clima que permitem boa produtividade e a produção sem irrigação, pela infra-estrutura existente e pelo aparato institucional e tecnológico existente.

O quadro 2, mostra os principais fatos relacionados ao período de fortalecimento da área do Cinturão Citrícola e conseqüentemente o fortalecimento do CAI Citrícola no Estado de São Paulo.

Quadro 2 – Principais Fatos no Período de Formação do Cinturão Citrícola e Fortalecimento do CAI Citrícola

| ANOS | FATOS OCORRIDOS |
|-------------|---|
| Anos – 1960 | Linhas de crédito rural beneficiam a ampliação dos pomares no Cinturão Citrícola |
| 1970 | Criação do Comitê de Exportação de Sucos Cítricos junto à Cacex |
| 1974 - 76 | Crise na citricultura e início do processo de reorganização de seu Complexo Agroindustrial – CAI Citrícola |
| 1976 | O Estado mantém papel de coordenador das relações entre citricultores e a indústria de suco concentrado |
| 1978 | Criação do Fundo Paulista de Defesa da Citricultura - Fundecitrus |
| Anos -1980 | Redução das ações diretas do Estado (fim dos subsídios); cresce o foco em pesquisas e divulgações (ações indiretas) |

Fonte: Adaptado – Paulillo (2000, p. 91).

De acordo com Paulillo (2000), nesse contexto, a participação do Estado na formação do CAI citrícola, foi no sentido de modernizar rapidamente a atividade citrícola e volta-la para o mercado internacional de suco concentrado congelado – SLCC, entre os anos de 1960 e 1970. As medidas do Estado Foram:

- a) financiamento a produtores de laranja, a juros subsidiados;
- b) financiamento a curto prazo para a manufatura de artigos de exportação e como adiantamento sobre contratos de câmbio, a juros subsidiados;
- c) financiamento de médio e longo prazos para implantação ou expansão industrial, capital de giro e sustentação de estoques, a juros subsidiados;
- d) isenção de IPI e ICM sobre o valor das mercadorias exportadas;
- e) subsídios à exportação, ou seja restituição dos valores impostos citados no item anterior, e a exclusão da

¹⁵ C.F. Maia (1996), Martinelli Junior (1987), Neves (1995), Neves & Zylberstajn (1995), Paulillo (2000), Sala (2003), Vieira (1998). As características, estrutura e o processo de formação e consolidação do CAI Citrícola são estudados em detalhe por estes autores.

base de cálculo do imposto de renda do lucro auferido em exportações (PAULILLO, 2000. p. 90).

A partir dos anos de 1980 o CAI citrícola é marcado pelo fim da fase da regulação estatal através de seus subsídios; como em todos os setores da agricultura, e dá início a um processo de reestruturação produtiva e industrial, como aponta Mazzali (2000, p. 33):

“As transformações que se operaram no âmbito da estrutura do gasto público e do aparelho estatal, a partir do início dos anos 80 e com mais vigor no final da década, puseram dois pontos em evidência: de um lado, um ajuste de natureza convencional assentado na ótica da indisciplina fiscal e na ideologia neoliberal com ênfase no ‘Estado mínimo’ e, de outro, a incapacidade de atacar de frente a dívida e a insuficiência de poupança”.

Nesse contexto, o que se verificou foi o enfraquecimento da capacidade intervencionista do Estado brasileiro. O CAI citrícola foi marcado por diversos acontecimentos nos anos 1990, sendo acometido por diversas crises, esse período mais recente é analisado nos subitens que compõem este capítulo.

O Complexo Agroindustrial - CAI Citrícola é um dos mais consolidados e importantes do país. Segundo o FUNDECITRUS, o complexo como um todo teve um faturamento em 1999 de cerca de US\$ 3,5 bilhões, sendo mais de US\$ 1 bilhão em exportações. Apenas a produção agrícola gerou uma receita de US\$ 900 milhões (Revista do FUNDECITRUS - Mai/Jun, 2000).

As exportações do complexo citrícola englobam: suco de laranja, frutas frescas e subprodutos como óleos essenciais e farelo de polpa cítrica peletizada. O principal produto, o suco de laranja, que no passado era direcionado prioritariamente para os Estados Unidos da América e Canadá, atualmente é direcionado principalmente para a Europa, em função da recuperação dos pomares da Flórida. No final dos anos 90, além do suco de laranja concentrado congelado (SLCC), algumas indústrias iniciaram a produção e a exportação de suco de laranja não concentrado (SLNC), o qual vem crescendo na preferência dos consumidores europeus e norte americanos (Revista do FUNDECITRUS - Mai/Jun 2000).

A tabela 3 apresenta o destino das exportações de suco ao longo da década de 1990, indicando o crescimento das exportações para a União

Europa e uma tendência de estabilização dos volumes totais exportados.

TABELA 3 - Exportações Brasileiras de SLCC - Suco de Laranja Concentrado Congelado (toneladas)

| ANO SAFRA | UNIAO EUROPEIA | NAFTA | ÁSIA | OUTROS | TOTAL |
|-----------|----------------|---------|---------|--------|-----------|
| 1990/91 | 402.000 | 303.000 | 68.000 | 12.000 | 786.000 |
| 1991/92 | 500.000 | 341.000 | 90.000 | 21.000 | 952.000 |
| 1992/93 | 608.000 | 325.000 | 84.000 | 29.000 | 1.045.000 |
| 1993/94 | 544.000 | 364.000 | 102.000 | 25.000 | 1.034.000 |
| 1994/95 | 631.000 | 216.000 | 146.000 | 31.000 | 1.024.000 |
| 1995/% | 709.000 | 190.000 | 98.000 | 33.000 | 1.031.000 |
| 1996/97 | 789.000 | 193.000 | 125.000 | 30.000 | 1.138.000 |
| 1997/98 | 867.000 | 204.000 | 108.000 | 38.000 | 1.217.000 |
| 1998/99 | 756.000 | 210.000 | 93.000 | 37.000 | 1.096.000 |
| 1999/00 | 725.438 | 252.938 | 113.303 | 39.913 | 1.130.998 |
| 2000/01 | 845.781 | 264.674 | 99.176 | 24.643 | 1.234.274 |
| 2001/02 | 748.471 | 131.096 | 124.525 | 51.174 | 1.055.266 |

Fonte: ABECITRUS – SECEX - www.abecitrus.com.br / acessado em 25/11/03

Mesmo o Brasil detendo a maior produção de laranja, com cerca de 30% da produção mundial, a exportação de frutas cítricas *in natura* ainda é muito reduzida, com uma média anual de US\$ 26 milhões e 110 mil toneladas, com a laranja representando 85%. A Europa é também o maior importador seguida pelos países do Oriente Médio. As exportações não apresentam números maiores devido a falta de frutas com a qualidade e aparência exigidas pelo mercado além de altas taxas alfandegárias (AMARO, 1999).

Praticamente todo o parque citrícola e a maior parte das indústrias processadoras se concentram no noroeste do Estado de São Paulo, e, em parte do Triângulo Mineiro, numa região denominada de Cinturão Citrícola Brasileiro. De acordo com o censo realizado pelo FUNDECITRUS em 1995/96, existiam no cinturão citrícola, 27.867 propriedades comerciais (AMARO. MAIA, 1997).

As propriedades foram classificadas em pequenas, médias e grandes, conforme a tabela 4. Ainda segundo este levantamento, 58% das propriedades são dedicadas apenas à citricultura, sendo que 32% cultivavam somente

laranja.

As outras espécies de citros cultivadas são tangerinas e tangeres, limões, limas ácidas e pomelos, num total aproximadamente de 15 milhões de plantas (6,4% do total). Das propriedades que se dedicam a outras atividades (42%), se destacam a pecuária, cana-de-açúcar, milho, café e fruticultura (manga, goiaba, abacate e uva). A produção de laranjas representa cerca de 92% da produção de citros.

As variedades principais de laranja são Pêra (41%), Natal (26%), Valência (23%) e Hamlin (7%). O volume produzido é destinado predominantemente para a industrialização (cerca de 70%) e o restante para consumo interno (29%) e exportação de frutas *in natura* (1%), AMARO. MAIA, (1997).

TABELA 4 - Perfil das propriedades produtoras de citros

| Porte | Número de propriedades | % | Área média (hectares) | N.o médio de árvores | Total de árvores (milhões) | % |
|------------------------------------|------------------------|-----|-----------------------|----------------------|----------------------------|-----|
| Pequeno 201 a 20.000 árvores | 25.638 | 92 | 80 | 4.149 | 105,3 | 46 |
| Médias 20.000 a 100.000 árvores | 1.951 | 7 | *ND | 38.885 | 75,9 | 31 |
| Grandes Mais de 100.000 árvores | 279 | 1 | Mais de 400 | 222.645 | 62,1 | 23 |
| Total | 27.867 | 100 | *ND | 8.405 | 234,2 | 100 |

*ND - não disponível

Fonte: Adaptado – FUNDECITRUS; AMARO. Maia (1997) *apud* Sala (2003, p. 95).

A tabela 5 apresenta a evolução da produção de laranjas no cinturão citrícola ao longo da década de 1990.

TABELA 5 - Produção de laranjas no Estado de São Paulo (1994 - 2002)

| PRODUÇÃO DE LARANJAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (milhões de cxs de 40,8 kg) | | | | | |
|---|----------|---------------|------|-----------------|------|
| ANO SAFRA | PRODUÇÃO | PROCESSAMENTO | % | MERCADO INTERNO | % |
| 94/95 | 311,0 | 242,7 | 78,0 | 65,0 | 22,0 |
| 95/96 | 357,3 | 259,1 | 73,4 | 95,0 | 26,6 |
| 96/97 | 363,0 | 268,1 | 73,9 | 93,0 | 26,1 |
| 97/98 | 428,0 | 318,0 | 74,4 | 110,0 | 25,7 |
| 98/99 | 330,0 | 279,0 | 84,5 | 51,0 | 15,5 |
| 99/00 | 388,0 | 280,0 | 72,2 | 108,0 | 27,8 |
| 00/01 | 355,0 | 265,0 | 74,6 | 90,0 | 25,4 |

| | | | | | |
|------------|-------|-------|------|-------|------|
| 2001/02(*) | 328,0 | 220,0 | 67,1 | 104,6 | 31,9 |
|------------|-------|-------|------|-------|------|

(*) - Do total produzido, 3,4 milhões de caixas foram destinadas à exportação de frutas *in natura*.

FONTE: Adaptado - ABECITRUS / IEA – *apud* Sala (2003, p. 95).

Em levantamento realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo sobre a estrutura fundiária citrícola em 1995 aponta a tendência de concentração no setor entre 1985 e aquele ano. A partir de 1996/97 este levantamento não foi realizado (PAULILLO, 2000). Tal tendência de concentração se deu por vários fatores entre eles; o fim do contrato padrão em 1995, este contrato significou um avanço nas relações entre os citricultores e a indústria, pois reduziu os conflitos existentes motivados pelo preço da laranja, e posteriormente o repasse de encargos financeiros referentes à colheita e transporte. A heterogeneidade de interesses dos produtores de laranja e dispersão territorial da citricultura, por si só constitui um fator de fortalecimento da concentração da produção do setor Citrícola.

No Cinturão Citrícola estão as principais indústrias processadoras do país, responsáveis pela exportação do suco de laranja concentrado congelado (SLCC) e seus subprodutos. Apesar do número de indústrias processadoras ter crescido nos últimos anos, existe uma forte concentração do setor, sendo que as "**5 C's**" - **C**argill, **C**itrosuco, **C**itrovita, **C**oinbra e **C**utrale, são responsáveis por mais de 75% da produção. A concentração se reflete tanto no campo econômico, pois as empresas mantêm um forte poder de negociação junto aos produtores, como no campo político, por meio da ABECITRUS, as indústrias estabelecem estratégias e políticas para defesa de seus interesses comuns (PAULILLO, 2000).

Diversas associações foram criadas ao longo dos anos, porém não obtiveram os resultados desejados e acabaram sendo abandonadas ou pouco valorizadas pelos produtores. Vieira (1998) estudou as entidades representativas dos produtores e suas ações para obter melhores condições de negociação com a indústria e o grau de participação dos produtores. De acordo com o referido autor cerca de 51 % dos produtores não participam de qualquer associação e 23% não têm informação ou opinião a respeito. Este quadro aumenta ainda mais a assimetria de poder entre os produtores e a indústria. Como alternativa para aumentar o poder de barganha na

comercialização da safra, diversos produtores têm ingressado em *pools*¹⁶, que agruparam mais de 36% dos produtores na safra 96/97.

É grande a assimetria de poder entre a indústria e os citricultores, o CAI Citrícola constituiu ao longo do tempo uma sólida estrutura tecnológica e institucional e uma vasta rede para comercialização de produtos cítricos e de fornecedores de insumos, equipamentos e serviços. Existem também instituições de pesquisa e uma ampla rede oficial para apoio à citricultura e à indústria que tem possibilitado grandes avanços tecnológicos.

No campo institucional foram estabelecidas associações de empresas, de citricultores, de trabalhadores e de fornecedores com a finalidade de organizar os diversos agentes e instituir e aperfeiçoar mecanismos de regulação. O quadro 3 relaciona alguns destes agentes institucionais do complexo citrícola.

QUADRO 3 – Diversos agentes institucionais atuantes no CAI Citrícola

| Infra-estrutura de Pesquisa/Insumos/Máquinas & Equipamentos | |
|--|---|
| IEA - Instituto de Economia Agrícola | ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos |
| IAC - Instituto Agrônomo de Campinas/Centro de Citricultura Sylvio Moreira | ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores |
| IB - Instituto Biológico | SIACESP - Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo |
| ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz | ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal |
| EMBRAPA Fruticultura | SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola |
| FUNDECITRUS - Fundo de Defesa da Citricultura | UNESP - Universidade do Estado de São Paulo/Jaboticabal |
| ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos | UNESP - Universidade do Estado de São Paulo/Botucatu VIVECITRUS - Associação Paulista de Viveiros Certificados de Citros |
| Produção/Industrialização | |
| ABECITRUS - Associação Brasileira dos Exportadores de Citros | FAESP - Federação da Agricultura do Estado de São Paulo |
| ASSOCITRUS - Associação Paulista de Citricultores | FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo |
| COPERCITRUS - Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo | |
| Comercialização/Serviços/Informações | |
| ABECITRUS - Associação Brasileira dos Exportadores de Citros | GCONCI - Grupo de Consultores em citros |
| ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados | IEA - Instituto de Economia Agrícola |
| APAS - Associação Paulista de Supermercados | ITAL - Instituto de Tecnologia de Alimentos |
| BM&F - Bolsa de Mercadorias & Futuros | IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada | NYBOT - New York Board of Trade |
| FGV - Fundação Getúlio Vargas/Agroanalysis | |
| FNP Consultoria & Comércio | USDA - United States Department of Agriculture |

¹⁶ Grupos de produtores que reúnem para a venda em conjunto, obtendo assim maior poder de barganha com a indústria processadora.

Fonte: Adaptado - IEA - www.iea.sp.gov.br – *apud* Sala (2003 p. 98).

Segundo Paulillo (2000), a estrutura institucional e tecnológica e a delimitação geográfica do Cinturão Citrícola facilitam a proximidade geográfica dos atores e o estabelecimento de mecanismos de poder e redes políticas, o que permite caracterizar o cinturão citrícola como um "território institucional". Por este conceito, apresentado por Rhodes & Marsh, *apud* Paulillo (2002), "o território é o resultado de uma construção social e política, na qual os agentes individuais e coletivos trocam recursos de poder e articulam interesses". Esta abordagem é utilizada pelo autor para propor novos mecanismos de governança que contribuam para a superação dos problemas institucionais do CAI Citrícola, começando pelos problemas fitossanitários.

Entre os mecanismos propostos pelo autor está a criação de um selo de procedência para a laranja produzida no Cinturão Citrícola, o qual poderia valorizar a fruta produzida na região, tanto no mercado interno como no externo. A estrutura institucional e tecnológica do CAI Citrícola reúne, certamente, as condições necessárias para este fim, considerando, principalmente, os institutos de pesquisa, entidades representativas e o poder público.

2.2. As transformações no setor e a crise na citricultura

Os problemas fitossanitários enfrentados pela citricultura atualmente podem ser considerados a parte mais visível e sensível de uma crise enfrentada pela citricultura desde o início da década de 1990. Esta crise reduziu fortemente a rentabilidade dos citricultores, levando muitos a diminuir o controle sanitário de seus pomares e outros até a mudar de atividade.

Muitos pomares ficaram abandonados, tomando-se foco para a proliferação de doenças. Por outro lado, o afrouxamento da fiscalização sanitária por parte do governo, facilitou o trânsito de frutas e mudas provenientes de outros estados e regiões com histórico de cancro cítrico, contribuindo para a propagação da doença e agravando a situação. Outro fator agravante foi o surgimento de uma nova praga nos laranjais, a larva minadora, que ataca folhas e brotos, facilitando a penetração da bactéria causadora do

cancro cítrico.

Dentre os principais fatores que originaram a crise da citricultura podemos destacar a queda dos preços do suco de laranja no mercado internacional no início dos anos 1990, em razão do excesso de oferta de suco e da recuperação dos pomares na Flórida. Enquanto na safra 90/91 Estados Unidos, México e Canadá (NAFTA) absorveram 38,5% das exportações, na safra 01/02, este percentual caiu para 12,4%. As indústrias se viram forçadas a aumentar as exportações para o mercado europeu, que neste período passaram de 51,1 % para 70,9%, (ABECITROS, 2004).

Segundo Amaro (1999), *apud* Sala (2003), as indústrias reformularam suas estratégias de produção em busca da redução de custos, promovendo alterações significativas no setor. Algumas empresas aumentaram sua capacidade de produção e investiram em automação e mudanças organizacionais. Outras foram adquiridas e algumas saíram do mercado, porém a mudança mais significativa foi o fim do contrato padrão para compra da fruta, passando a vigorar o sistema de fruta posta na fábrica, quando o produtor assume a responsabilidade pela colheita e transporte, com negociações individuais. Esta nova condição reduziu os preços pagos pela fruta e aumentou os custos de produção, reduzindo a rentabilidade dos produtores.

A área plantada, o número de árvores e a produção de frutas, após terem crescido até 1999-2000 foram reduzidos em 2000-2001, indicando a concentração do setor.

O fim do contrato padrão aumentou a assimetria de poder entre a indústria e os citricultores, acentuando a queda de rentabilidade que deflagrou um processo de concentração e exclusão na citricultura, reduzindo o número de pequenos produtores nos últimos anos. Os investimentos em tratamentos culturais e controle fitossanitário foram reduzidos e muitos pomares foram abandonados. Como consequência, os problemas fitossanitários acabaram se tornando um grande constrangimento para toda a cadeia citrícola brasileira, tanto pela ameaça à produtividade dos pomares, como pela imposição de barreiras sanitárias para a exportação de suco e frutas *in natura*, pelos países importadores. Por outro lado, a falta de representatividade das associações e sindicatos e a forte dispersão de interesses dos produtores, associados à falta de políticas públicas para o setor, acentuaram a assimetria de poder e

retardaram a tomada de ações para fortalecimento do setor. Diante de tal cenário concordamos com Paulillo (2000, p.82):

Os fatores de debilidade estrutural dos citricultores são os seguintes: a) heterogeneidade de tipos e interesses; b) dispersão territorial; e c) elevado número de produtores. De forma contrária, o poderio estrutural da indústria processadora é proporcionado pelos seguintes fatores: a) homogeneidade de tipos e interesses; b) concentração industrial; e c) reduzido número de empresas.

Outro fator que contribuiu para reduzir o poder de barganha dos produtores foi o aumento do grau de verticalização das indústrias para trás, aumentando seus pomares próprios, com índices estimados entre 15 e 50%, dependendo da empresa (AZEVEDO, 1996, *apud* PAULILLO, 2000). “[...] A verticalização para trás determina a expansão das oportunidades estratégicas das empresas de processamento [...]”. (idem, p. 138). O resultado direto para o produtor no processo de negociação do preço da caixa de laranja é a imposição do preço pela indústria processadora, o que gera uma situação de conflito entre os citricultores para a realização da melhor venda.

A complexidade deste cenário coloca inúmeros desafios para uma reversão sustentada dos fatores que levaram ao enfraquecimento dos citricultores. Por outro lado, o estabelecimento de ações para alcançar objetivos comuns é um processo que exige um grande esforço político para obter a coalizão e o apoio necessários. No caso da citricultura, a multiplicidade de interesses dos produtores, muitos dos quais conflitantes entre si, tem sido um empecilho à busca de soluções que permitam reverter o processo de exclusão. Entretanto, o interesse coletivo pela sanidade dos pomares é um importante elemento aglutinador que pode contribuir para a coordenação de ações comuns no setor.

Neste sentido, Paulillo (2000) propõe o estabelecimento de políticas públicas que teriam como foco principal, a valorização da citricultura brasileira e o fortalecimento das relações institucionais entre os agentes a partir do conceito de "território institucional".

O autor propõe a criação de uma Câmara Territorial, formada por representantes dos principais segmentos da cadeia citrícola, sob a coordenação do poder público, no caso, a Secretaria de Agricultura e

Abastecimento do Estado de São Paulo. Esta câmara seria um fórum para a definição de ações de curto, médio e longo prazos para o setor. O ponto de partida para estas ações, pelo poder de coalizão entre os agentes atores do CAI Citrícola, seria a superação dos problemas fitossanitários, principalmente o cancro cítrico (*Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*) e a clorose variegada do citros – CVC, (*Xylella fastidiosa*) ou amarelinho.

Em continuidade, seriam empreendidas diversas ações para o desenvolvimento do mercado interno e externo de fruta *in natura*, incluindo a melhoria da qualidade das frutas e embalagens e a criação de um selo de origem ou procedência da laranja produzida no cinturão citrícola. A reversão do cenário excludente traria, para os produtores, melhores condições de competitividade e permanência no negócio. Para as indústrias, por outro lado, o controle dos problemas sanitários e o fortalecimento dos citricultores significariam uma maior garantia de suprimento e da qualidade das frutas, bem como uma maior defesa contra barreiras sanitárias impostas por países importadores.

“A orientação localizada de um novo mecanismo de governança é o passo inicial para a reversão do quadro institucional citrícola, uma vez que a proximidade territorial dos atores coletivos e individuais e a articulação dos interesses são os indutores de um espaço interprofissional” (PAULILLO, 2000. p.176).

2.3. Problemas Fitossanitários

Segundo Machado (1999) *apud* Sala (2003), os problemas fitossanitários são um dos principais gargalos para o aumento da produtividade e qualidade da citricultura, dificultando as iniciativas para incrementar as vendas de laranja para consumo *in natura*. Conseqüência direta dos extensos plantios monoclonais e monoespecíficos são alvo de intensas pesquisas científicas para o melhoramento genético das plantas e para o combate aos agentes causadores. Como conseqüência, os gastos com o controle fitossanitário representam o maior fator de custo para a produção de laranja – 52%, segundo o IEA (Revista do FUNDECITRUS, Set/Out. 2001).

De acordo com Pozzan & Ueta (2003) *apud* Sala (2003) os gastos com inseticidas e fungicidas representam 34,7% dos custos operacionais totais, ou

23,0% do custo final, incluindo colheita, frete e impostos. As principais doenças e pragas que afetam a citricultura estão relacionadas na quadro 4.

QUADRO 4 - Principais doenças e pragas da citricultura brasileira

| DOENÇAS | PRAGAS |
|--|---------------------------|
| Cancro cítrico | Acaro Ferrugem |
| CVC - Clorose Variiegada dos Citros (amarelinho) | Bicho Furão |
| Declínio | Cigarrinha |
| Exocorte | Larva Minadora dos Citros |
| Gomose | Mosca-das-Frutas |
| Leprose | |
| Melanose | |
| MSC - Morte Súbita dos Citros | |
| Ortézia | |
| Pinta Preta | |
| Podridão Floral | |
| Rubelose | |
| Verrugose | |

Fonte: Adaptado - FUNDECITRUS - www.fundecitrus.com.br, acessado em 15/08/2003.

As principais variedades e espécies mais resistentes ao cancro cítrico estão relacionadas no quadro 5. As demais afetam a produtividade e longevidade dos pomares, os custos de produção e a qualidade das frutas, porém podem ser controladas por meio de técnicas adequadas de manejo e controle fitossanitário (FUNDECITRUS - 2003).

QUADRO 5 - Variedades e espécies mais resistentes ao cancro cítrico.

| Variedades e espécies mais resistentes (em ordem decrescente) | | |
|---|-------------------|-----------------------|
| 1. Poncan | 6. Laranja Natal | 10. Laranja Baianinha |
| 2. Mexerica do Rio | 7. Tangor Murcote | 11. Limão Siciliano |
| 3. Limão Taiti | 8. Limão Cravo | 12. Limão Galego |
| 4. Laranja Pêra | 9. Laranja Hamlin | 13. Pomelo |
| 5. Laranja Valência | | |

Fonte: Adaptado – FUNDECITRUS – www.fundecitrus.com.br, acessado em 15/08/2003.

O cancro cítrico, o amarelinho, e a Morte Súbita dos Citros - MSC, são as doenças que geram maior preocupação pelos prejuízos que causam ou podem causar a toda a citricultura e ao CAI citrícola, uma vez que não possuem métodos curativos ou de controle. As lesões provocadas pelo cancro cítrico são salientes, o que não ocorre na maioria das outras doenças e pragas.

Os primeiros sintomas aparecem nas folhas, e é nestas que encontram -se em maior quantidade, em comparação com a presença de sintomas em frutos e ramos, o quadro 6 mostra uma comparação de sintomas de cancro cítrico com os de outras doenças dos citros.

QUADRO 6 – Comparação de Sintomas: Cancro Cítrico e Outras Doenças dos Citros

| DOENÇA | FOLHAS | FRUTOS |
|---|---|--|
| CANCRO CÍTRICO (bactéria) | lesões eruptivas, corticosas, salientes em ambas as faces do limbo foliar; halo amarelado circundando as lesões | lesões salientes, corticosas, escuras quando velhas, podendo coalescer; halo amarelo circundando as lesões em frutos verdes. |
| VERRUGOSE DO LIMAO CRAVO, E LARANJA AZEDA E TANGERINAS (fungo) | lesões corticosas, deprimidas, de cor palha, bordos salientes, não correspondentes nas duas faces da folha; folhas deformadas quando ocorre sobre as nervuras | deformações salientes na casca, corticosas, de cor palha, podendo se juntar, ocupando grande área do fruto |
| VERRUGOSE DA LARANJA DOCE (fungo) | folhas e ramos não são atacados | deformações salientes na casca, corticosas, de cor palha, podendo se juntar, ocupando grande área do fruto |
| ANTRACNOSE DO LIMAO GALEGO (fungo) | deformações e manchas necróticas, queda de tecidos, originando pequenos furos | lesões corticosas, salientes, sempre em número reduzido em cada fruto |
| MANCHA DE CERCOSPORA (fungo) | manchas com o centro necrótico e bordos salientes, avermelhados e definidos, com halo claro ao redor | manchas necróticas, bordas salientes |
| LEPROSE (vírus associado a ácaro) | manchas cloróticas de 1 a 3 cm, com centro necrótico ou não | frutos verdes: manchas amareladas, tornando-se mais escuras, marrom ou pretas à medida em que o fruto amadurece |

Fonte: Rodrigues Neto. Baldini Ribeiro, p.9, 2002.

O controle fitossanitário, como foi ressaltado, representa grande parte dos custos operacionais para a manutenção de um pomar, tornando -se motivo de preocupação para os citricultores devido ao grande número de doenças e pragas que assolam a cultura. O reflexo direto do mau trato nos pomares, aparece na colheita, o que acaba gerando uma perda na produção e conseqüentemente, perda nos lucros, pois os valores obtidos com a venda dos citrus podem não ser suficientes para cobrir os custos com a safra anterior, nos casos em que o produtor não dispõe de uma reserva de capital, tem sua próxima safra comprometida.

Quando se trata do cancro cítrico, a prevenção é fundamental, pois é na colheita um dos momentos mais críticos, para a citricultura, pois a mesma envolve uma intensa movimentação de pessoas e veículos no pomar, o que

causa lesões nas plantas e dissemina a bactéria causadora da doença. Abordaremos as questões relacionadas diretamente com o cancro cítrico no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - A CITRICULTURA E O CANCRO CÍTRICO

Neste capítulo é analisada a problemática do "cancro cítrico", fazendo uma retrospectiva das ações tomadas para o combate à doença desde o seu surgimento na região de Presidente Prudente em 1957 até final dos anos de 1990, quando a quantidade de plantas infectadas apresentou números expressivos. Também são analisadas as medidas de prevenção da doença, baseadas nos manuais técnicos e publicações do FUNDECITRUS (Fundo de Defesa da Citricultura), Manual Técnico de Procedimentos do Cancro Cítrico –

Projeto CE – Mercosul ALA 93/143 Agrícola publicado pela Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, e ainda literatura especializada.

3.1. O Cancro Cítrico

O cancro cítrico é uma das doenças que mais afetam a citricultura, sendo alvo de ações das autoridades responsáveis pela defesa vegetal nas diversas esferas governamentais, bem como por parte de institutos de pesquisa e entidades privadas, no Brasil e em diversos países do mundo (FUNDECITRUS, 2003).

Desde 1995, a bactéria causadora do cancro cítrico é considerada uma "praga quarentenária A2 ¹⁷", o que significa, "[...] que tem importância econômica potencial para a área posta em perigo pela mesma, e que ainda não se encontrar amplamente distribuída e sob controle ativo oficial". (RODRIGUES NETO. BALDINI RIBEIRO, p. 18, 2002).

O cancro cítrico é transmitido pela bactéria *Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*. que provoca lesões em todos os órgãos verdes da planta, incluindo frutos, folhas, ramos e mesmo em raízes expostas. As lesões são inicialmente puntiformes e crescem até atingir 1 cm ou mais, formando crateras e fendas (Figura 2 -A-B-C).

As conseqüências são: perda da vitalidade das árvores, queda prematura de frutos e depreciação da qualidade dos frutos devido à má aparência e podridão causada por agentes secundários que penetram pelas lesões graves (FUNDECITRUS – Manual do Cancro Cítrico, 2003).

¹⁷ De acordo com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (2003), praga quarentenária A2, é caracterizada como de "Alerta Máximo" pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – através da Instrução Normativa nº 38, de 14 de outubro de 1999, da Secretaria de Defesa Agropecuária, o cancro cítrico impossibilita a exportação de frutos cítricos para países livres da doença e a comercialização para outros Estados da Federação.

(A) Lesões causadas pelo cancro cítrico em frutos

(B) Detalhe das lesões: manchas marrons salientes

(C) Sintomas do cancro cítrico em ramos

Figura 3: Lesões Causadas pelo Cancro Cítrico, **A - B - C**
Fonte: www.fundecitrus.com.br, acessado em 15/08/2003.

A bactéria se dissemina facilmente, podendo atingir rapidamente árvores vizinhas e pomares adjacentes e também ser levada a distâncias de 90 metros ou mais por meio de vento e gotículas de chuva. Outros meios de transmissão da bactéria são os animais, veículos, ferramentas, materiais de colheita, pessoas e principalmente, o transporte de material vegetal infectado como mudas, frutas, restos de cultura etc. As infecções ocorrem principalmente em brotações novas, quando as folhas e frutos são mais suscetíveis à ação da bactéria e ferimentos.

O desenvolvimento da bactéria é favorecido por temperaturas entre 30 e 35°C e alta umidade, portanto na primavera e verão, período em que ocorrem as brotações. A bactéria pode se desenvolver até a 5° C e sobreviver por meses no solo nu e ervas daninhas, e cerca de um ano em materiais de citros ou restos de cultura. Entre as variedades de citros, algumas são mais

resistentes à doença, porém nenhuma chega a ser imune. (FUNDECITRUS – Manual do Cancro Cítrico, 2003).

De acordo com Sala Rodrigues Neto. Baldini Ribeiro (2002), existem cinco tipos patogênicos da bactéria causadora do cancro: **tipo A** (ou asiático) é o mais importante economicamente, ocorre em todos os continentes, afetando praticamente todas as variedades de citros. **Tipo B** ocorre na Argentina, Paraguai e Uruguai, afetando principalmente limões.

Tipo C afeta mais a variedade de limão galego e está restrita a algumas regiões do Estado de São Paulo. **Tipo D** ocorre no México, afeta mais o limoeiro Galego. **Tipo E** encontrada nos Estado Unidos da América (Flórida), afetando o porta-enxerto “*swingle*” citrumelo (*Citrus paradisi X Poncirus trifoliata*).

O controle do cancro cítrico no Brasil vem sendo realizado através da erradicação da bactéria, a qual envolve métodos, que vão desde a poda drástica das plantas contaminadas e das demais num raio de 30 metros, até a total erradicação das plantas contaminadas e das demais num raio mínimo de 30 metros ou do talhão inteiro, caso a contaminação seja superior a 0,5% das plantas (FUNDECITRUS – Manual do Cancro Cítrico, 2003).

No Estado de São Paulo, o método adotado é o da erradicação total, determinado pela portaria 17/99 da Coordenadoria de Defesa Vegetal do Estado de São Paulo. Estes métodos, apesar de possibilitarem a manutenção da doença em níveis baixos, tendem a aumentar significativamente o custo de produção em razão do maior número de operações de manejo, aplicações de produtos químicos e redução da área útil das propriedades. A constatação da contaminação pelo cancro cítrico é realizada através de inspeção das plantas cítricas, sendo a praga confirmada através de exame laboratorial. Após a

confirmação é determinada a erradicação conforme a legislação ¹⁸.

A erradicação do cancro cítrico é um programa nacional coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no Estado de São Paulo é executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária em parceria com o Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS, com recursos do MAPA, do Tesouro do Estado de São Paulo e da iniciativa privada.

3.2. Histórico do cancro cítrico no Brasil

O cancro cítrico surgiu provavelmente no Sudeste Asiático, onde os primeiros registros da doença datam do início do século XIX. No Ocidente, os primeiros registros são da década de 1910 nos Estados Unidos, no Texas e na Flórida. Hoje o cancro cítrico ocorre em diversos países da América do Sul, Estados Unidos, Ásia, África e Oceania, onde existem condições de clima quente e úmido, mais favorável à bactéria. A presença da doença no Brasil foi registrada pela primeira vez em 1957, num viveiro da região de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo (HASSE, 1987).

De acordo com Santos (1991), o primeiro registro oficial da doença foi em 1º de março de 1957, numa propriedade rural em Presidente Prudente, por meio de solicitação do proprietário, ao notar a presença de sintomas desconhecidos em seu pomar cítrico, o material foi analisado pelo Instituto Biológico de São Paulo (Figura 4).

A frequência do surgimento desses sintomas em vários cultivares e sua análise comparativa com a sintomatologia

¹⁸ **A Base Legal para erradicação do cancro cítrico está presente nos seguintes dispositivos:** Decreto 24.114 de 12.04.34 (Regulamento de defesa sanitária vegetal – RDSV), no Decreto - 45.211 de 19 de setembro de 2000 (Regulamenta a Lei n° 10.478, de 22 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado e dá providências correlatas), na Lei n.º 10.478, de 22 de dezembro de 1999, (Dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado e dá outras providências correlatas), na Portaria – 291 DE 23 DE JULHO DE 1997 (Aprova as normas a serem adotadas pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico - CANECC), além da Resolução CEE CANECC SP 01_02_03 2000 (Normas sobre Exigências e Procedimentos, a serem adotados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico – CANECC).

comum a outras moléstias dos citros – verrugose da laranja doce, leprose, rubelose, - evidenciava ao técnico, tratar-se de algo inusitado. (SANTOS, p.788,1991).

Ainda nas palavras do referido autor, a respeito da origem do cancro cítrico no Brasil o autor supõe:

Admitimos, sem possibilidade de comprovação, que isso se deu com a entrada de material contaminado procedente do Japão, trazido por familiares dos viveiristas de Presidente Prudente vindos há pouco tempo do oriente (SANTOS, 1991. p.793).

Tal suspeita tem grande chance de ser confirmada, pois da mesma maneira a tangerina Poncã chegou ao Brasil de forma não oficial, trazida pelos familiares de orientais, e no ano de 1957 já era bastante difundida no Estado de São Paulo, que abrigara grande número de trabalhadores japoneses, para servirem à mão-de-obra nos cafezais do Oeste Paulista.

| INSTITUTO BIOLÓGICO | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| SÃO PAULO — BRASIL | |
| HERBÁRIO DA SECCÃO DE FITOPATOLOGIA | |
| Data da entrada | 7-3-1957 |
| Espécimen | Galhos, folhas e frutos |
| Hospedeiro | Citrus aurantifolia (Limoeiro galego) |
| Determ. por | |
| Lesões | Cancro citrico |
| Fungo principal | Phytophthora citri |
| Outros fungos | |
| Localidade | Chacara Tsusuki, Presidente Prudente |
| Col. | C.F.Oliveira Santos |
| Det. | A.A.Bitancourt |
| Data da colheita | Março, 1957 |
| Conf. por | |

Figura 4 – Ficha do Herbário da Seção de Fitopatologia do Instituto Biológico.
Fonte: Santos, 1991, p. 789. (digitalizado a partir da reprodução do autor, da ficha do herbário, da seção de fitopatologia do Instituto Biológico relativa ao primeiro material de cancro cítrico enviado para identificação).

A partir da constatação do cancro em São Paulo, é dado o alarme iniciado em imediato às autoridades responsáveis¹⁹, iniciando assim a fase emergencial da campanha de erradicação da doença. Uma campanha para erradicar a doença foi rapidamente deflagrada pelas autoridades sanitárias, a qual incluiu a delimitação da área afetada, a eliminação das plantas doentes, a eliminação dos viveiros, independentemente de contaminação ou não, a proibição do trânsito de material cítrico e a proibição do plantio de novos pomares comerciais.

Foram tomados vários atos oficiais, em relação à ocorrência da doença, como a interdição de áreas e restrições à movimentação de produtos e materiais contaminados ou suspeitos, posteriormente foi determinada a erradicação.

Ainda no mesmo ano, as medidas foram ampliadas para a erradicação total das árvores da região delimitada que abrangia 21 municípios da Alta Sorocabana, tendo sido eliminadas 1,2 milhões de plantas até 1961. Não obstante estes esforços, a doença atingiu, em 1961, grande parte do Estado de São Paulo, norte do Paraná e algumas regiões do Mato Grosso de Sul, num raio de 150 km em torno do Pontal do Paranapanema (Figura 5). Os pomares nesta região encontravam-se, principalmente, em pequenas propriedades e nos quintais das casas; os esforços para erradicação conseguiram evitar, num primeiro momento, que a doença atingisse a margem Norte do Rio Tietê, onde já existiam grandes pomares voltados à exportação, principalmente na região de Bebedouro.

Posteriormente, a doença atingiu cerca de metade do Estado do Paraná, Santa Catarina e algumas regiões do Rio Grande do Sul, na qual a doença veio trazida da Argentina, devido às regiões de fronteiras onde a bactéria do cancro já havia aparecido no país vizinho. Neste Estado, porém, seu alastramento não foi maior graças às condições climáticas, pouco favoráveis à bactéria (SANTOS, 1991).

No Estado de São Paulo, após a campanha de erradicação do cancro na Alta Sorocabana nos anos 1960, foram registrados surtos em pequenas regiões ainda na margem Sul do Tietê, adjacentes à área erradicada, as quais

¹⁹ Ministério da Agricultura, Defesa Sanitária Vegetal e Instituto Biológico de São Paulo.

eram também sujeitas à erradicação, considerando-se um raio de 1 quilômetro do foco da doença; os métodos de erradicação foram sucessivamente modificados.

De acordo com Santos, (1991), em 1974 foi constatado o primeiro caso na margem Norte do Tietê, em Urupês, na periferia da região de exportação, e em 1979 foram constatados focos de contaminação em pés de limão galego em Monte Alto e Cândido Rodrigues, já na região de exportação. Nos anos seguintes foram detectados focos isolados em várias cidades da região, ainda em número reduzido. Esta situação permaneceu razoavelmente estável até a metade dos anos 1990, quando houve um rápido crescimento da doença na região de exportação.

Em 1980 apenas os pomares contaminados passaram a ser erradicados e a interdição de municípios foi abolida. Em 1987, apenas as plantas doentes e as localizadas num raio de 50 metros passaram a ser eliminadas e, em 1995, nova alteração reduziu o raio para 30 metros. Em 1999, foi determinada a erradicação total de talhões quando a contaminação for superior a 0,5% das plantas (RODRIGUES NETO. BALDINI RIBEIRO, 2002).

Figura 5

Raio do cancro

Um dos principais fatores para o aumento do cancro cítrico, foi a introdução da Larva Minadora dos Citros (*Phyllocnistis citrella* Stainton) no país em 1996 (RODRIGUES NETO. BALDINI RIBEIRO, 2002). Outros fatores apontados para o crescimento do cancro cítrico foram a falta de fiscalização do trânsito de frutas provenientes de outros estados e regiões contaminadas e a falta de fiscalização sobre "*Packing Houses*" (barracão de beneficiamento) e comerciantes de frutas *in natura* que não observam recomendações para a sanitização de veículos e material de colheita. Pomares abandonados também se constituíram focos de doenças, entre elas o cancro, aumentando o risco de disseminação (Revista do FUNDECITRUS, Dez -97/Jan-98). Uma campanha

para erradicação do cancro cítrico foi constituída com recursos do governo e do próprio setor, levando à eliminação de mais de 4,5 milhões de árvores e três milhões de mudas nos últimos anos.

No início dos anos 1990 o cancro cítrico voltou a atingir praticamente todo o Estado de São Paulo, contaminando além de pomares comerciais, os domésticos e viveiros. O pico de erradicação ocorreu no final dos anos 1990, mais precisamente de 1999 a 2000, a partir dos anos seguintes aconteceu uma forte redução nos números de pés infectados pelo cancro (FUNDECITRUS, 2003).

O FUNDECITRUS para ter uma real dimensão das áreas contaminadas pelo cancro cítrico realizou um levantamento amostral em todas as regiões do Cinturão Citrícola. Os resultados da pesquisa indicaram um índice médio de infestação de 0,70%. A região Norte do Estado de São Paulo, mais próxima da região de Presidente Prudente, onde historicamente surgiu o Cancro cítrico no Brasil foi a mais afetada, com 4,32 % dos talhões infectados, sendo que, no município de José Bonifácio, na margem Norte do rio Tietê a infestação chegou a 8,25%.

A região Sul próxima ao cinturão citrícola, por outro lado não apresentou talhões infectados no levantamento, apesar de existirem registros de ocorrência de cancro, o que significa que a incidência da doença era baixa, estando fora dos limites de detecção.

Tais resultados orientaram a realização de uma inspeção total nas regiões Noroeste, Norte e Centro a qual resultou na erradicação das plantas doentes. Os resultados da inspeção praticamente confirmaram os dados estatísticos, apresentando uma média de infestação 1,28%. O levantamento amostral foi repetido em 2000, após a inspeção total, excluindo os focos identificados. Os resultados indicaram uma redução da média total para 0,27%, ou 0,13%, não considerando os talhões em erradicação. Nos anos seguintes, em 2001 e 2002, o levantamento amostral também foi realizado pelo FUNDECITRUS, indicando uma redução para 0,08% em 2001 e um aumento para 0,11% em 2002, em termos gerais.

3.3. Ações para a erradicação do cancro cítrico

De acordo com Sala (2003), a principal instituição para conduzir as ações na erradicação do cancro cítrico é a CANECC - Campanha Nacional para Erradicação do Cancro Cítrico, ligada ao Ministério da Agricultura, criada através do Decreto Federal 75061 de 09/12/74 para unificar o comando e as ações para erradicação do cancro e firmar conceitos técnicos e objetivos finais em nível nacional. A CANECC é coordenada pela Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal e é composta por representantes das Secretarias de Agricultura dos Estados afetados ou ameaçados pelo cancro cítrico e um representante dos citricultores. As normas e determinações da CANECC são aplicadas pelos órgãos de Defesa Vegetal dos Estados.

No Estado de São Paulo, o órgão representativo é o FUNDECITRUS - Fundo de Defesa da Citricultura, criado em 1977, congregando produtores e indústrias, para apoiar financeiramente as ações da CANECC e ela é atualmente seu órgão executivo. Ao longo do tempo, o FUNDECITRUS foi ampliando suas funções. Em 1984, passou a conduzir a Campanha Estadual para a Prevenção do Cancro Cítrico (CEPRECC), montando um quadro próprio de agrônomos e técnicos. Em 1992 foi autorizado pelo Ministério da Agricultura a assumir a responsabilidade pela prevenção da doença no Estado de São Paulo. Em 1994 esta responsabilidade passou a abranger o Triângulo Mineiro. Atualmente, além de conduzir as campanhas de prevenção do cancro cítrico e outras doenças, o FUNDECITRUS realiza e participa de pesquisas e experimentos em conjunto com universidades nacionais e estrangeiras e entidades governamentais e privadas (FUNDECITRUS, 2003).

Uma das principais pesquisas realizadas foi a identificação do código genético da bactéria causadora do cancro cítrico dentro do Projeto Genoma financiado pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo com o intuito de possibilitar o desenvolvimento de métodos para combater a bactéria. O seqüenciamento do genoma da *Xanthomonas citri* permitirá abrir novas linhas de pesquisa para combater o cancro cítrico, que ataca os pomares de laranja e provoca grandes prejuízos (Revista do FUNDECITRUS, Nov/Dez 2000).

As ações oficiais para erradicação do cancro cítrico incluem a inspeção

e reinspeção de pomares, a interdição de propriedades e a erradicação de focos da doença. Estas ações são regulamentadas por normas que definem exigências, critérios e procedimentos definidos pela CANECC. O quadro 7 relaciona as principais ações oficiais para erradicação do cancro cítrico e os respectivos critérios.

QUADRO 7 - Principais ações oficiais e critérios para erradicação do cancro cítrico

| AÇÕES | CRITÉRIOS |
|----------------------------------|---|
| Inspeção e reinspeção de pomares | <p>Devem ser inspecionados pomares comerciais e domésticos, bem como viveiros de mudas.</p> <p>Viveiros e pomares domésticos devem ter 100% das plantas inspecionadas detalhadamente.</p> <p>Pomares comerciais podem ter 20% das plantas inspecionadas em detalhe e 80% observadas, salvo apresentarem histórico de cancro.</p> <p>A frequência da reinspeção é definida pelas Comissões Estaduais em função da probabilidade de contaminação.</p> |
| Interdição de pomares | <p>A interdição é feita no caso de confirmação da ocorrência do cancro, impedindo a saída de qualquer material cítrico até a eliminação do foco.</p> <p>A interdição abrange as propriedades circunvizinhas abrangidas pelo raio de erradicação.</p> <p>O Auto de Interdição deverá ser publicado em Diário Oficial.</p> <p>É proibido o plantio de citros nas áreas erradicadas por um período de 24 meses.</p> <p>As áreas interditas deverão ser reinspecionadas periodicamente. Rebrotas devem ser eliminadas.</p> <p>Frutas provenientes de árvores saudáveis podem ser comercializadas após a erradicação do foco, mediante emissão de CFO - Certificado Fitossanitário de Origem emitido pelo órgão executor, e tratamento com bactericida, no caso de consumo in natura.</p> <p>A liberação depende de parecer do órgão executor e Termo de Liberação publicado em Diário Oficial</p> |
| Erradicação | <p>Podem ser empregados quatro métodos, a critério da Comissão Executiva Estadual da CANECC:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Eliminação das plantas contaminadas e das demais contidas num raio de 30 metros, por meios mecânicos ou mecânico-químicos, e incineração dos restos. 2. Eliminação das plantas contaminadas e poda drástica das contidas num raio de 30 metros, seguida de pulverizações com amônia quaternária e calda cúprica e incineração dos restos. 3. Eliminação das plantas contaminadas e desfolha química das contidas num raio de 30 metros. 4. Poda drástica das plantas contaminadas e das demais contidas num raio de 30 metros e incineração dos restos. <p>No caso de contaminação superior a 0,5% todo o talhão deve ser eliminado.</p> |

Fonte: Adaptado de RODRIGUES NETO. BALDINI RIBEIRO, *apud* SALA, 2003, p. 115.

De acordo com Rodrigues Neto. Baldini Ribeiro (2002), a principal referência legal para a erradicação do cancro cítrico é o Regulamento da Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto Federal 24.114, de 12 de abril de 1934, que trata da erradicação e combate às pragas das plantas e do trânsito de vegetais no território nacional. Especificamente ao cancro cítrico existe, em âmbito federal, a seguinte legislação:

- i. O Decreto Federal 75.061, de 1974, instituindo a CANECC - Campanha Nacional para Erradicação do Cancro Cítrico, ligada ao Ministério da Agricultura.
- ii. A Portaria MA 093/83, instituindo as Normas Gerais para Funcionamento da CANECC.
- iii. Portaria MA 291/97, instituindo normas sobre exigências e critérios de interdição, erradicação e liberação adotados pela CANECC.
- iv. Instrução Normativa MA 002/98, estabelecendo regras para a importação de citros via terrestre.

Em âmbito internacional, a Diretiva Européia 440/01, de 29 de Maio de 2001, exige que frutas cítricas sadias, porém provenientes de áreas onde exista o cancro cítrico, estejam isentas de pedúnculos e folhas e sejam submetidas a tratamento pós colheita para desinfecção. Adicionalmente, devem possuir identificação da origem na embalagem e certificado fitossanitário. No Brasil, as áreas afetadas incluem os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (FUNDECITRUS, 2003).

Segundo Sala (2003) várias medidas importantes para impedir a propagação da doença e incentivar a adoção de medidas de prevenção no Estado de São Paulo têm sido tomadas pelo governo e pelo FUNDECITRUS. Estas ações incluem a reativação de barreiras sanitárias para controlar o trânsito de frotas e mudas de citros pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (Revista do FUNDECITRUS nº 93, Junho/julho de 1999); a edição da Portaria CATI 7, de 10/02/98, regulamentando a produção de mudas cítricas e a Portaria 3/199 da Secretaria da Agricultura de São Paulo proibindo a comercialização de mudas produzidas em viveiros abertos a partir de Janeiro de 2003 (Revista do FUNDECITRUS nº 100, Set/Out 2002); e a realização de campanhas para conscientização e orientação dos produtores para a

prevenção do cancro através de divulgação na mídia, internet, publicações técnicas e treinamentos diversos realizados pelo FUNDECITRUS.

Além destas medidas, foi criado um seguro contra o cancro cítrico, pelo Banco Bradesco apoiado pelo FUNDECITRUS. O seguro atende propriedades com mais de 200 plantas, sendo necessário um laudo de inspeção assinado por engenheiro agrônomo.

3.4. Medidas para a prevenção do cancro cítrico

De acordo com Sala (2003), desde a primeira campanha contra o cancro cítrico no Estado de São Paulo a única medida adotada oficialmente tem sido a erradicação das plantas contaminadas e das plantas vizinhas. Este procedimento causa reações contrárias principalmente por parte de pequenos produtores que têm sua sobrevivência ameaçada.

Dessa maneira a prevenção da doença, portanto, é de suma importância para assegurar a sanidade dos pomares e as medidas para isto têm sido constantemente aperfeiçoadas e divulgadas através de amplas campanhas de treinamento e divulgação na mídia e outros meios. As medidas de prevenção se dividem em ações governamentais, como fiscalização e barreiras sanitárias, e ações específicas que devem ser tomadas individualmente pelos diversos agentes da cadeia agroindustrial cítrica, como produtores, comerciantes e industriais.

Várias medidas são recomendadas para a prevenção do cancro cítrico na produção de citros, desde a fase de planejamento e implantação do pomar, como a seleção do local e das variedades a plantar, além do transporte e comercialização.

Segundo o Manual Técnico para o Cancro Cítrico do FUNDECITRUS - 2001, as medidas recomendadas para a contenção do cancro cítrico são:

- i. Obtenção de mudas certificadas, produzidas em viveiros registrados, fechados com telas, à prova de insetos, de acordo com as normas

para a produção de mudas definidas pela Portaria CATI, 7, de 10/02/98.

- ii. Uso de material de colheita próprio, de modo a evitar contaminações trazidas de outros pomares.
- iii. Desinfecção de equipamentos e material de colheita de terceiros antes do início da colheita, como alternativa à medida ii.
- iv. Instalação de cercas e porteiros para controlar a entrada de veículos no pomar, sendo preferível o uso de cercas vivas, como o Sansão do Campo.
- v. Desinfecção de veículos antes da entrada no pomar por meio de arco rodolúvio, ou pulverização com solução de amônia quaternária.
- vi. Os colhedores devem trocar de roupa antes da colheita. É recomendável que o produtor forneça uniformes e instale vestiários fora do pomar.
- vii. Desinfecção de pessoas antes de entrar no pomar. Todas as pessoas devem lavar as mãos e pisar em pedilúvios abastecidos com solução de amônia quaternária.
- viii. Instalação de bins (locais de armazenamento temporário dos frutos e posterior embarque) fora dos pomares e próximos das vias de acesso, de modo a evitar o trânsito de veículos no pomar, prevenindo contaminações e ferimentos nas plantas.
- ix. Pulverizações com bactericidas a base de cobre, principalmente nos períodos de brotação, quando os novos tecidos estão mais suscetíveis ao ataque da bactéria.
- x. Controle da larva minadora, por meio de inspeções que irão indicar a necessidade de controle químico, o qual deverá ser feito se for constatada a existência de 10% de ramos com larvas vivas em pomares novos ou 30% em pomares adultos.
- xi. Instalação de barreiras quebra-vento para proteger o pomar contra os ventos que podem trazer a bactéria e ácaros diversos. As variedades mais indicadas são a Grevílea, Jambolão e Pinus.
- xii. Inspeções rotineiras do pomar por pessoal próprio treinado (pragueiros) para identificar eventuais focos de cancro. As inspeções devem ser feitas entre um mês e uma semana antes da safra e ao

longo da safra, pois aí o risco de contaminação é maior. O produtor deve comunicar a Secretaria de Agricultura ou FUNDECITRUS caso observe sintomas de cancro no pomar.

Além destas medidas também são importantes o treinamento e a conscientização de funcionários e colhedores sobre a importância da prevenção do cancro. As pessoas também devem ser orientadas para que não tragam limões de casa para temperar a comida, pois podem trazer a bactéria para o pomar.

Segundo Sala (2003), uma das preocupações dos produtores é o custo para implantação das medidas para prevenção do cancro cítrico. Todas estas medidas preventivas demandam recursos financeiros, de acordo com o tamanho da propriedade tais medidas só podem ser viabilizadas mediante empréstimos.

De acordo com o que foi exposto no presente capítulo, podemos observar o quanto o cancro cítrico é prejudicial à citricultura; tanto a voltada à exportação, como a de pequenos produtores, sejam estes comerciais ou aqueles que utilizam pequenos pomares, como fonte alternativa de renda.

CAPÍTULO 4 - A CITRICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Neste capítulo apresentamos um histórico da citricultura na região de Presidente Prudente (Figura 6), bem como os impactos diretos gerados pelo aparecimento do cancro cítrico e seus desdobramentos, para isso, utilizamos as poucas fontes bibliográficas disponíveis, pois há poucos trabalhos sobre o assunto.

Os subitens mostram um apanhado dos dados referentes à erradicação dos pomares cítricos na região desde o ano de 1957, quando a doença apareceu, até o ano de 1999, através de documentos, artigos, pesquisas em jornais e entrevistas com antigos produtores. A pesquisa está fundamentada em obras que abordam direta ou indiretamente o processo histórico e geográfico de ocupação do Oeste Paulista, conseqüentemente a região de Presidente Prudente, destacando-se entre elas; Abreu (1972), Leite (1972/98) e Monbeig (1984).

4.1. Breve histórico da ocupação da região de Presidente Prudente

Dentro dos limites deste trabalho, buscar-se-á efetuar um breve resgate histórico do processo de ocupação da região de Presidente Prudente.

Assim se deu a ocupação do Pontal do Paranapanema. [...] Na luta pelo domínio da terra ficou claro que sempre vence o poder econômico e político, pois que, em verdade, se constituem numa só entidade irresistível, insensível e brutal (LEITE, 1998, p.191).

Segundo Abreu (1972), a Região de Presidente Prudente, antigamente chamada de Alta Sorocabana devido à Estrada de Ferro Sorocabana, teve seu processo de ocupação iniciado em meados do século XIX, com a exploração de terras no interior do Estado (Oeste Paulista ou Pontal do Paranapanema) pelos paulistas e mineiros em busca de novas terras para cultivo e ampliação da pecuária. Apesar destas terras serem compostas por arenito Botucatu, uma composição muito frágil, devido ao alto teor de ácido presente, o solo mesmo assim ainda permitiu cultivos de café, algodão, amendoim entre outras culturas.

No entanto nessa região, antes desta data, já habitavam populações indígenas, como os índios das tribos Caingangs, Caiuá e Xavante, como aponta Monbeig (1984):

Eram estes de todo separados do movimento de expansão, economicamente. Todavia, foram eles os primeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, pois que

foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo (MONBEIG, 1984, p.129).

Esses grupos indígenas resistiram à chegada dos primeiros pioneiros, originando várias lutas sangrentas. Mesmo assim, não puderam resistir por muito tempo à intensa onda de pioneiros que chegavam a região.

Em meados do século XIX, populações do sul de Minas Gerais começaram a deixar seu Estado para se aventurar em territórios ainda desconhecidos (pela civilização colonial) da província de São Paulo. Assim os mineiros são considerados os primeiros desbravadores do Oeste de São Paulo.

Dentre eles, o primeiro foi José Teodoro de Souza como afirma Abreu (1972):

O primeiro desbravador dos sertões do Paranapanema foi José Teodoro de Souza. Nos meados do século XIX, saiu de Pouso Alegre, Minas Gerais, e veio para a província de São Paulo. Passando por Mogi Mirim, atingiu Botucatu. [...] continuou sua incursão, portanto pelos campos e com os seus acompanhantes chegou às barrancas do Rio Pari. Aqui, limitou a primeira posse e continuou [...] (ABREU, 1972, p.18).

Devido a Lei de Terras de 1850, ficavam proibidas as apropriações de terra a não ser por compra, como nos mostra Abreu (1972):

Quem já possuísse terras, havidas por posse mansa e pacífica e que se achassem pelo menos com início de cultura, deveria mandar medi-las e registra-las nas respectivas paróquias. Desta forma José Teodoro de Souza estava impossibilitado de legalizar sua propriedade (ABREU, 1972, p.18).

Porém, o fazendeiro José Teodoro de Souza recorreu à falsificação de documentos, obtendo assim, por parte da grilagem, grandes dimensões de terras. A gleba possuía uma grande extensão descrita por Abreu (1972):

[...] estende-se por dez léguas da barranca do Rio Paranapanema até o espigão divisor de águas com o Rio do Peixe, ainda desconhecido, e 25 léguas do Rio Turvo ao Ribeirão Figueira, cujas nascentes ficam a rumo do mencionado espigão. Nas imediações do Rio Paranapanema, as terras eram cobertas por espessa mata que cobria uma terra roxa e fértil [...]. Matas de cultura e campos era o que se podia oferecer de mais atraente para os colonizadores que

José Teodoro de Souza traria de Minas Gerais (ABREU, 1972, p.19).

Tal notícia da posse de José Teodoro na província de São Paulo chegava alguns anos depois a Minas Gerais, atraindo outras pessoas para colonizarem estas terras. A ocupação mineira teve o sentido do desbravamento do sertão paulista, ou seja, eles tiveram a função de explorar, descobrir e abrir os primeiros caminhos, limpar áreas de florestas, expulsar os índios e estabelecer os primeiros povoados “criando condições para o estabelecimento do paulista, que no século seguinte, acompanhava de perto, o avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana” (LEITE, 1972).

Nesse período, a principal atividade comercial brasileira era a cultura do café, que era cultivado em fazendas no Vale do Paraíba e regiões próximas à Campinas. Era uma cultura de exportação que estava passando por um período de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada, devido a fatos como a proibição do tráfico negreiro em 1850.

Assim, foi intensa a imigração de estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis e japoneses, para trabalharem nas lavouras de café no fim do século XIX e início do século XX. Com o passar do tempo, as terras utilizadas para o cultivo de café foram perdendo a fertilidade. Isto ocasionou a marcha do café para o Oeste de São Paulo à procura de terras férteis. A marcha do café rumo ao Oeste foi favorecida pela expansão das estradas de ferro, entre elas, a Mogiana, a Paulista e a Sorocabana, que serviam de escoadouro da produção para o Porto de Santos, destinado à exportação. Desse modo Abreu (1972) ressalta:

Depois da penetração pioneira dos mineiros, o Sertão do Paranapanema foi procurado pelos plantadores de café, sequiosos de terras de cultura para o plantio da árvore milionária. Beneficiada pela situação favorável do após guerra, a região do Paranapanema foi, então, realmente aberta. O povoamento contou com as vantagens oferecidas pelo transporte ferroviário prestado pela Estrada de Ferro Sorocabana (ABREU, 1972, p.38).

No ano de 1916, a Estrada de Ferro Sorocabana atingiu a região próxima ao Pontal do Paranapanema, trazendo consigo os colonizadores que

vinham no intuito de encontrar terras férteis para plantar café. Esta região recebeu, no momento de sua ocupação, diversos imigrantes que para cá vieram com o intuito de se tornarem proprietários de terra. Este fato fez com que predominasse nessa região os sitiantes, tendo pouca relevância os fazendeiros, diferentemente das outras regiões do estado. Dessa forma, Monbeig (1984) destaca que:

Essa originalidade provém do fato de que o avanço da linha ferroviária coincidiu com a chegada de novo tipo de imigrante e houve também coincidência com a subida dos preços do café [...]. Seduzidos pela situação favorável do café, os colonos das velhas zonas, quando souberam fazer economia, vieram juntar-se aos imigrantes, na corrida aos loteamentos da Alta Sorocabana (MONBEIG, 1984, p.202).

Os fazendeiros das velhas zonas manifestaram pouco interesse pela Alta Sorocabana, antes de tudo, pela distância, visto que é a região paulista mais distante do litoral e, também, porque esta região não tinha boa reputação, pois os títulos de propriedade duvidosos, isto devido à grilagem de terras promovida pelo fazendeiro José Teodoro de Souza, quando se apossou das terras desta região, na segunda metade do século XIX (MONBEIG, 1984).

Assim, essa segunda onda pioneira na região da Alta Sorocabana teve o caráter de colonização. Atraída além da Estrada de Ferro, por inúmeras companhias de colonização que tinham o objetivo de lotear glebas e vender lotes pequenos a pequenos agricultores no Estado de São Paulo (LEITE, 1972). Foi assim que inúmeros colonos e seus descendentes vieram para esta região, com o intuito de adquirir pequenas propriedades para produzirem. Como aponta Leite (1972):

De todos os elementos estrangeiros, o que mais se distribuiu pela região foi o colono japonês, que influiu, poderosamente na transformação da agricultura regional. As terras aráveis ganharam nova feição com a introdução de técnicas novas e o estabelecimento da policultura, bem como de produtos hortifrutigranjeiros (LEITE, 1972, p.58).

A Estrada de Ferro Sorocabana desempenhou papel essencial no processo de ocupação da Região de Presidente Prudente, tendo em vista, que foi a principal infra-estrutura para a economia cafeeira na região, e

consequentemente a formação dos núcleos urbanos. “Testemunhavam avanços sucessivos as cidades, que sucedem como contas de um rosário, ao longo das ferrovias” (MONBEIG, 1984, p.125).

4.2. A agricultura para o café

Fazendeiro ou sitiante, trabalhando ou não por sua própria conta, [...] Plantação de café, cultura de algodão ou pastagem de engorda, são esses [...] os três alicerces da produção, em torno dos quais organizam-se as atividades dos grandes e dos pequenos cultivadores (MONBEIG, 1984, p.249).

A cultura da laranja no Estado de São Paulo seguiu a rota do café, quando o mesmo entrou em decadência, no entanto essa substituição de cultura ocorreu nas velhas zonas produtoras de café, quando fazendeiros e comerciantes da região de Limeira empregaram capital e experiências oriundos da cultura do café na produção de laranja, ocorrendo o mesmo nas regiões de Campinas e Sorocaba, (CERON, 1969).

As características de ocupação do Oeste Paulista e conseqüentemente da região de Presidente Prudente tiveram caráter de frente pioneira²⁰, de novas terras a serem ocupadas. Este tipo de ocupação e o momento histórico se mostraram como um dos condicionantes para que a cultura do citros não tenha se desenvolvido no mesmo período, e com as mesmas condições em que na região de Limeira.

De acordo Monbeig (1984), os cafezais da então nova zona de ocupação do estado tinham sua produtividade alta, pois os solos eram novos, de áreas recém desbastadas, com produção superior às das velhas zonas produtoras de café do estado. Além disso, podemos citar fatores como a distância do Oeste Paulista do litoral e, também, porque esta região não tinha boa reputação, frente aos fazendeiros das velhas zonas, devido aos títulos de propriedade duvidosos.

²⁰ Cf. MONBEIG, P. 1984. a respeito da frente pioneira ou marcha pioneira.

A cultura do café na então nova zona de ocupação do estado teve seu auge no início de sua exploração com a fertilidade dos solos virgens, no entanto as sucessivas crises econômicas e problemas climáticos levaram a uma mudança no cenário agrícola da região. Ao longo dos anos o café foi perdendo importância e se deslocando para as áreas, em especial o Estado do Paraná.

Para Monbeig (1984), os problemas agravaram-se mais ainda quando o governo proibiu o plantio de novos cafezais, através do decreto de 22 de novembro de 1932, constituindo um mecanismo de defesa em plena crise.

Mesmo com todos os problemas referentes ao café, no Oeste Paulista, ainda persistiram pequenas propriedades que o cultivavam, mas sem um caráter totalmente monocultor, outras culturas começavam a aparecer, como o algodão e o amendoim além das de subsistência (MONBEIG, 1984).

Outra atividade neste período cada vez mais tomava as terras do Oeste Paulista; as pastagens para a criação de gado como nos mostra Monbeig (1984, p. 302):

Destruir a floresta virgem, para, em seu lugar, instalar campos artificiais, eis o traço mais original e mais recente do movimento pioneiro nos planaltos ocidentais de São Paulo. Entre Barretos e Presidente Prudente [...].

Ainda nas palavras de Monbeig (1984, p. 302):

O declínio da cultura cafeeira depois de 1929 e a eclosão de um conjunto de circunstâncias favoráveis, depois do início da Segunda Guerra Mundial, reavivaram a velha tendência à criação de gado. [...] O entusiasmo pela criação, que reinou nos últimos anos, nada deixou a dever ao que cercou o algodão nos anos 1932-1935.

A criação de gado mostrou-se bastante atrativa, pois naquele momento tornou-se uma alternativa aos custos dispendiosos relativos à mão-de-obra dos cafezais ou mesmo do algodão e o amendoim, outra vantagem associada à criação de gado ficou na obtenção de crédito junto ao Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo, essa facilidade de crédito foi promovida pelo aumento da urbanização no estado que tinha demanda de carne para abastecer as massas operárias urbanas, (MONBEIG, 1984).

É neste cenário agrícola, que a cultura dos citros aparece na região de Presidente Prudente, vêm de forma modesta, junto à pequena propriedade, caracterizada como cultura frutífera ou de subsistência associada aos costumes alimentares e econômicos, e claro à permanência ou não na terra recém desbastada, ou na pequena propriedade dos agricultores imigrantes ou pioneiros na denominação de Monbeig.

No solo ainda quente, o pioneiro começa a semear. Não há necessidade de nenhuma preparação. E nenhum instrumento, além da enxada, pode prestar em um terreno juncado de escombros da floresta (MONBEIG 1984, p. 249).

De acordo com Monbeig (1984), para o agricultor do Oeste Paulista, o pomar de laranja estava inserido numa cultura de subsistência, associada às árvores frutíferas, como as laranjeiras, bananeiras e as mangueiras, e estas eram plantadas somente quando o agricultor pensava em ficar por vários anos naquele local. Também eram plantados pelos agricultores: feijões, abóboras, alho, cebola, cana-de-açúcar. Monbeig (1984) descreve o milho e o arroz como “cereais pioneiros”, estes com a venda do excedente aos núcleos urbanos, mas não tendo um caráter exploratório como cultura.

Estes pequenos agricultores, não possuíam recursos financeiros que os permitissem dedicarem toda área de suas propriedades ao café:

A pequena plantação de café da franja pioneira não conhece, portanto, a monocultura. O sitiante a evita, não só porque conhece os seus inconvenientes, mas porque ela lhe é inacessível, na falta de capitais. Cobrir o terreno inteiramente de cafeeiros, exigiria uma mobilização de recursos e despesas de mão-de-obra que ele é incapaz de assegurar. [...] o sitiante plantador de café não se pode dar ao luxo de deixar uma parcela do solo improdutiva (MONBEIG 1984, P. 271).

Outro fato importante descrito por Monbeig (1984), está relacionado aos hábitos culturais e alimentares dos agricultores da franja pioneira, em relação às frutas, como as laranjas, bananas e mangas:

[...] o brasileiro não consome frutas a não ser raramente, pois a sua venda nos patrimônios dá um bom lucro. É como o

consumo de leite, que é excepcional nos sítios e fazendas de criação. [...] Os colonos vindos da Europa Central e os japoneses são mais fiéis a seus hábitos alimentares. [...] Os frutos para eles não é só um artigo comercial [...] (MONBEIG 1984, P. 333).

De acordo com Abreu (1972), a fruticultura na região de Presidente Prudente, chegou a atingir patamares que a levassem a ser considerada como cultura comercial para o abastecimento da cidade de São Paulo, além dos núcleos urbanos próximos, o quadro 8, mostra a produção de laranja e limão nos anos de 1930 a 1940.

QUADRO 8 – Fruticultura em Presidente Prudente nos anos de 1930 -1940 – laranja/limão

| ANOS | LARANJA | | | LIMÃO | | |
|---------|-----------|----------------|-----------------|-----------|----------------|-----------------|
| | Pés novos | Pés produzindo | Produção caixas | Pés novos | Pés produzindo | Produção caixas |
| 1930-31 | 44.783 | 18.383 | 53.186 | 3.152 | 2.882 | 5.816 |
| 31-32 | 39.616 | 31.358 | 63.716 | 1.433 | 3.220 | 6.860 |
| 32-33 | 39.470 | 32.453 | 69.552 | 2.461 | 3.246 | 5.050 |
| 34-35 | 16.529 | 21.268 | 46.283 | 274 | 1.159 | 1.399 |
| 35-36 | 15.466 | 26.482 | 52.964 | 232 | 1.248 | 2.496 |
| 37-38 | 19.114 | 31.068 | 46.602 | 169 | 1.053 | 1.579 |
| 1940 | 46.995 | 46.730 | 227.949 | — * | — * | — * |

Fonte: Adaptado de Abreu 1972, p. 127; secretária da Agricultura de Comércio – Estatística Agrícola e Zootécnica. Recenseamento Geral do Brasil –IBGE – 1940. * sem dados.

Ao analisarmos o quadro 8 podemos perceber uma queda brusca na produção dos citros entre os anos de 1934 e 1936. De acordo com Abreu (1972), neste período, não havia possíveis explicações para tal acontecimento, pois o mesmo cogitava a influência de aspectos climáticos ou políticos que ocasionaram essa queda brusca, o referido autor questionou até mesmo a possibilidade de uma doença ter afetado os pomares. Diante do referido período descrito pelo autor, podemos dizer que houve sim o ataque de doença, pois os anos referentes ao declínio da produção, correspondem ao aparecimento no Estado de São Paulo da doença denominada tristeza dos citros, esta já citada anteriormente neste trabalho.

No ano de 1957, o cancro cítrico surge no município de Presidente Prudente, este é tido como o principal motivo da citricultura não ter se desenvolvido na margem esquerda do Tiête, no entanto, outros fatores condicionaram essa configuração da cultura de citros na região.

Martinelli Junior (1987), aponta um dos motivos para que a citricultura na região não tenha desenvolvido:

Com a crise econômica promovida pela Segunda Guerra Mundial juntamente com a “tristeza” [...] fez com que a produção se concentrasse ainda mais, pois, com a recuperação da atividade citrícola, os municípios “não tradicionais” na cultura não recuperaram os níveis de produção anteriores. [...] Nas décadas de 50 e 60, dois outros fatores contribuíram para que a produção de laranja se concentrasse com maior intensidade. O primeiro, de caráter institucional, advindo da implantação de barreiras fitossanitárias pelo governo a partir de 1957, devido ao aparecimento da doença “cancro cítrico” neste ano na região oeste de São Paulo, notadamente nas proximidades de Presidente Prudente (MARTINELLI JUNIOR, 1987, p. 129).

De acordo com Martinelli Junior (1987), o governo por meio da Secretaria da Agricultura e do Instituto Biológico de São Paulo promoveu a erradicação dos pomares nas regiões afetadas, além de proibir a plantação de novos pomares cítricos.

Todos esses acontecimentos deram início ao surgimento das “áreas próprias” e “áreas impróprias” para a cultura de citros no estado (MARTINELLI JUNIOR, 1987). A figura 7 nos dá a dimensão do temor em relação ao cancro cítrico, pois há poucos anos havia-se erradicado a doença tristeza, que acarretou enorme prejuízo à citricultura comercial na área nobre da citricultura paulista, o medo de um novo surto destruidor dos laranjais motivou uma campanha de erradicação “feroz” do cancro cítrico.

As frases no interior do mapa deixam bem claro o medo do cancro cítrico e mostra o caráter de exclusão da região afetada, delimitando assim o início de um embargo que duraria quase meio século de proibição do cultivo de citros na região.

É interessante observar, que o símbolo usado para demarcar as áreas contaminadas pelo cancro cítrico, é representado não por um símbolo cartográfico usual, nem por um fruto de laranja, por exemplo mas sim por uma caveira, símbolo de medo, de morte, de perigo. A cerca de arame farpado em

torno da região reforça a idéia do embargo, do proibido, do isolamento, da exclusão.

Figura 7: Mapa representando as áreas “próprias e impróprias no Estado”.
Fonte: www.fundecitrus.com.br (*não datado)

As frases ao lado do mapa estão um pouco apagadas, as mesmas dizem:

“QUEREMOS FICAR LIVRES DA DOENÇA QUE ATACA NOSSOS LARANJAIS”!

“QUEREMOS PERMITIR NOVOS PLANTIOS”!

“QUEREMOS EVITAR QUE A DOENÇA PENETRE NA ZONA CITRÍCOLA DA EXPORTAÇÃO”!

“QUEREMOS ERRADICAR O CANCRO CÍTRICO DO TERRITÓRIO NACIONAL”!

4.3. A constatação do cancro cítrico no município de Presidente Prudente

A nossa região é foco que poderá disseminar a terrível doença vegetal – Destruição pelo foco de toda a planta contaminada constitui a principal resolução apresentada para debelar o mal (Jornal; O IMPARCIAL, 18 de Abril de 1957).

Assim que o cancro cítrico foi constatado oficialmente, em de março de 1957 no município de Presidente Prudente, após a análise do Instituto Biológico de São Paulo, uma série de medidas foram tomadas já naquele ano. As informações coletadas são provenientes principalmente do cruzamento de informações obtidas através de documentos oficiais da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, entrevistas com antigos produtores rurais da região e principalmente de um exaustivo trabalho de pesquisa nos jornais locais da cidade de Presidente Prudente, a partir do ano de 1957 no jornal “O Imparcial” (de 1957 a 1999), e posteriormente no jornal “Oeste Notícias” (1980 a 1999), porém muito esclarecedor, pois nos anos iniciais do aparecimento da doença, pouco se divulgou no estado a respeito do que estava acontecendo na região.

De acordo com o Instituto Biológico de São Paulo, as ações do poder público para erradicar o cancro cítrico, iniciaram-se em 1957 com a detecção da doença; delimitação da área afetada, eliminação de plantas doentes, eliminação de viveiros contaminados ou não, erradicação total das plantas cítricas em 21 municípios. A campanha de erradicação do cancro cítrico começa em Presidente Prudente em 1957 e estende-se até 1961, em 1962 a campanha de erradicação se expande para outras regiões do Estado de São Paulo, em 1963 o Ministério da Agricultura inicia a campanha também nos Estados vizinhos do Paraná e Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul). Nesse período a Base legal para essas ações, é o Decreto 24.114 de 12.04.34, que é o regulamento de defesa sanitária vegetal, que trata da erradicação e do combate às pragas das plantas, além do trânsito de vegetais e partes de vegetais (RODRIGUES NETO. BALDINI RIBEIRO, 2002).

A figura 8 mostra a primeira notícia sobre o cancro cítrico registrada em meio de comunicação escrito, no jornal “O IMPARCIAL” de 18 de abril de 1957, com destaque na primeira página, noticiando a vinda do então secretário de Agricultura do Estado de São Paulo Jaime de Almeida Pinto, a Presidente Prudente, para definir as ações para o controle do cancro cítrico no seu foco

inicial.

Figura 8: Primeira notícia na imprensa escrita a respeito do aparecimento do cancro cítrico .
Fonte: Jornal; O IMPARCIAL, 18 de Abril de 1957. (digitalizado a partir do acervo; Museu e Arquivo Histórico "Prefeito Antônio Sandoval Netto" Presidente Prudente - SP).

A presença do Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo em Presidente Prudente mostrou a gravidade do poder destrutivo do cancro cítrico, pois apenas há um mês²¹ a doença havia sido diagnosticada pelo Instituto Biológico de São Paulo, de acordo com o jornal, a pauta da reunião era a preparação de uma série de medidas drásticas para conter o foco do cancro

²¹ A data oficial do diagnóstico da doença data de março de 1957, e a visita do Secretário de Agricultura foi em abril de 1957. Grande parte do acervo de jornais do Museu, está comprometida pelo péssimo estado de conservação do material, devido a problemas com goteiras, infiltrações e ataque de cupins aos mesmos, o que nos impediu de manusear e digitalizar os jornais da época por um longo período.

cítrico na região, entre elas a que chamou mais atenção foi a utilização de lança-chamas solicitado ao exército brasileiro, para queimar as árvores e viveiros.

A reunião contou com a presença do Dr. Paulo Nóbrega diretor do Instituto Biológico, com o Dr. Jacob Tozelo chefe do setor agrícola do Departamento de Produção Vegetal de Presidente Prudente, o prefeito Antonio Sandoval Netto e um representante dos produtores rurais o Dr. Raul Furquim, este naquela época, o maior produtor de citros no município.

De acordo com o jornal "O IMPARCIAL" (18/04/1957), nesta reunião ficou deliberado o seguinte:

- I. Declarar interdito os municípios de Presidente Prudente e Alvares Machado, em relação ao comércio, trânsito de frutas, mudas, galhos e ramos de plantas cítricas, e a entrada de mudas dessas plantas;

- II. Proibir dentro dos municípios interditos o transporte e comércio de mudas, frutos e ramos de plantas cítricas dos pomares atacados pelo cancro cítrico, e interditos pelos técnicos da Secretária de Agricultura;

- III. Proibir até segunda ordem o plantio de frutas cítricas nos municípios de Presidente Prudente e Alvares Machado;

- IV. Proibir a venda até segunda ordem de frutas cítricas nas estações rodoviárias e aeroportos;

- V. Sujeitar os infratores às sanções e multas estabelecidas pelo Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal.

Nesse período de constatação da doença, os produtores rurais do município de Presidente Prudente e região, mostraram-se bastante empenhados em colaborar com a Secretária de Agricultura, tanto que vários citricultores e associações mostraram-se favoráveis às medidas deliberadas pela Secretária de Agricultura, no entanto essa situação iria perdurar por pouco tempo.

No mesmo mês da visita do Secretário de Agricultura à cidade, em virtude da comunicação do Instituto biológico de São Paulo, o Ministério da Agricultura baixa a seguinte Portaria de nº 493 de 23 de abril de 1957, na qual Resolve:

- Artigo 1.º - Fica declarada zona interdita, em virtude da ocorrência do "cancro cítrico" o território do Estado de São Paulo, no qual serão aplicadas as

medidas de erradicação previstas no Capítulo IV do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal.

- Artigo 2.º - É declarada zona suspeita a área compreendida pelos municípios dos Estados do Paraná e Mato Grosso, limítrofes com a zona da Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo. Esta portaria conta com oito artigos, estes, todos relacionados com os procedimentos a serem adotados a respeito do controle do cancro cítrico, a mesma foi publicada na íntegra no jornal “O IMPARCIAL” de 21 de maio de 1957, p.1 e p. 2.

Em junho de 1957, os citricultores de Presidente Prudente e região, através da ASSOCIAÇÃO RURAL DE PRESIDENTE PRUDENTE enviaram um Memorial²² ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, no documento constava um pedido de amparo aos citricultores e viveiristas da região da Alta Sorocabana, pois os mesmos estavam se sacrificando em prol do interesse coletivo, e tal abnegação estava custando seu sustento, deixando-os em situação de penúria. De fato em 1957 já haviam sido destruídas 120.000 mudas, de acordo com o referido Memorial enviado ao Presidente da República.

Porém em julho de 1957 os ânimos dos citricultores de Presidente Prudente e região começavam a se alterar, vendo que seus pomares, viveiros e frutos estavam sendo arrancados e queimados, os mesmos começaram a questionar o direito a uma indenização por parte do Governo Federal junto ao Ministério da Agricultura, é o que nos mostra a reportagem do jornal “O IMPARCIAL” do dia 2 de julho de 1957. Os citricultores fizeram um apelo ao então Governador de São Paulo Jânio Quadros, que o mesmo, interpelasse por eles junto ao Ministro da Agricultura Mario Meneghetti, no sentido de indenizar os laranjais arrancados e os que posteriormente seriam destruídos, pois seria injusto aos produtores ficarem no total prejuízo, pois os mesmos fizeram a denuncia de tal doença em seus laranjais e de imediato se comprometeram a ajudar na erradicação dos focos da doença, o que facilitou o combate ao cancro cítrico, demonstrando assim por parte dos citricultores um “ato patriótico”, argumentação essa descrita pelo jornal.

Durante todo o ano de 1957, várias foram as “pendengas” relativas ao

²² O referido Memorial data de 16 de junho de 1957, e posteriormente divulgado uma cópia no jornal “O IMPARCIAL” do dia 22 de junho de 1957.

descobrimto do cancro cítrico, houve um período de alarde inicial e de mobilização por parte de todos os envolvidos, porém ao longo dos meses a situação ia se agravando, pois as atividades econômicas dos produtores estavam sendo comprometidas, vários apelos foram feitos ao Governo Estadual e ao Federal, porém as medidas tomadas em relação aos produtores locais, foram meramente paliativas, houve mais promessas, que ações realmente concretas, o tão esperado amparo por parte dos governos, ainda não havia vindo.

De acordo com o jornal “O IMPARCIAL” do dia 14 de novembro de 1957, inicia-se a destruição dos laranjais na região, e isto se deu com toda força, pois a tão esperada “ajuda” dos governos, veio em forma de máquinas, soldados do exército brasileiro e trabalhadores contratados para a derubada e queima dos laranjais, a presença da Força Pública foi marcante, pois quem não colaborasse com a erradicação recebia a visita da Força Pública e até mesmo da polícia, como nos relata o senhor Taquesi Hirakawa “Eu vi no jornal, quem não deixasse cortar, mandava o exército lá”. O senhor Taquesi Hirakawa é um dos mais antigos citricultores de Presidente Prudente que tivemos a oportunidade de entrevistar em nosso trabalho de campo nas pouquíssimas propriedades rurais da região de Presidente Prudente que ainda existe o pomar cítrico com objetivo comercial, este voltado para o comércio da fruta *in natura*.

Inicia-se nesse período o maior embargo fitossanitário conhecido no Brasil, que duraria quase meio século.

4.4. A fase emergencial da campanha de erradicação do cancro cítrico

De acordo com Santos (1991), essa fase emergencial, consistiu na aplicação de vários atos oficiais e ações rápidas²³, esse conjunto de determinações foram focadas no município de Presidente Prudente e propriedades vizinhas, estendendo-se aos outros municípios da região. O critério inicial de inspeção dos citros era a amostragem, diagnosticado a

²³ Várias já descritas no item 4.3 deste capítulo.

doença, todas as plantas cítricas num raio de 12 metros eram erradicadas, ao longo dos meses e perante a gravidade dos focos de contaminação esse critério foi se modificando. Também houve restrições ao comércio de frutas e mudas cítricas, como as mudas cítricas eram um dos maiores veículos de transmissão da doença, os proprietários de viveiros foram obrigados a registrar seus viveiros e a serem vistoriados periodicamente, no entanto após a constatação de altos índices de contaminação, todas as plantas e mudas contaminadas ou não, foram erradicadas.

A proibição do plantio de plantas cítricas estendia-se a 29 municípios da região da Alta Sorocabana, compreendendo uma área de aproximadamente 21.000 Km², após essas ações emergenciais a Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, começou ampla campanha de divulgação do aparecimento do cancro cítrico, atendo-se aos fatos ocorridos, e buscando manter a partir daquele mesmo ano uma intensa fiscalização no entorno dos pomares cítricos das áreas contaminadas, pois a mesma era provida de várias vias de acesso e intercâmbio comercial favorecido pelas rodovias, estradas vicinais e claro as ferrovias, que neste período transportavam além de cargas, pessoas (SANTOS 1991).

A campanha de erradicação do cancro cítrico buscou se integrar a outras Secretárias do Estado, entre elas a de Justiça, Segurança Pública e até mesmo a de Educação, toda essa mobilização tinha um objetivo de conscientizar as pessoas das áreas contaminadas a colaborarem com a Secretaria da Agricultura.

[...] Tais providências viabilizaram a execução das medidas iniciais determinadas pela campanha de erradicação e inclusive, as que vieram depois, nesta primeira etapa [...] Nesta tarefa de conscientização da população dos municípios interditados, deve ser também destacada a participação dos professores primários nas escolas rurais e urbanas (SANTOS 1991, p. 793).

A respeito dessa conscientização promovida pelas outras Secretarias do Estado e em especial a de Educação, não encontramos registros em nossa pesquisa, nas fontes por nós consultadas, as manchetes de jornal, deram mais

destaque para o quadro preocupante da contaminação e da destruição dos pomares.

De acordo com Santos (1991), as vistorias em viveiros de Presidente Prudente e Presidente Wenceslau, foram feitas rapidamente, pois se tratavam apenas de dois em Presidente Prudente e um em Presidente Wenceslau, no entanto, nestes locais foram encontradas grandes quantidades de mudas infectadas pelo cancro cítrico, o que resultou na destruição das mudas infectadas, milhares de “cavalinhos” de limão cravo foram destruídos. Apesar destes três viveiros serem pequenos mas com quantidade razoável de mudas, a eles foram atribuídas grande parte da disseminação da moléstia por toda região, pois os viveiristas também trabalhavam como revendedores ambulantes de mudas cítricas.

Através de informações dos viveiristas, foi possível traçar um roteiro das mudas levadas por particulares e ambulantes, essas informações possibilitaram identificar focos posteriormente nos Estado do Paraná e antigo Mato Grosso. Passados cinco meses desta fase emergencial, a grande quantidade de focos da doença, estava atingindo níveis alarmantes, o que acarretou uma revisão nos critérios de erradicação e isolamento da doença.

Os critérios iniciais foram abandonados e adotados novos e mais drásticos, pois os gastos de dinheiro, tempo, pessoas envolvidas na erradicação e principalmente a velocidade com que os focos apareciam, necessitavam de ações drásticas que pudessem reduzir a duração e os custos financeiros da campanha.

O exame dessa situação por parte dos responsáveis pela campanha, levou-os a considerar como inevitável a necessidade de modificar o critério de erradicação [...] Após amplas discussões entre a área governamental e a área técnica, as autoridades municipais, associações de classe e população em geral, prevaleceu a opinião técnica, referendada pela autoridade governamental (SANTOS 1991, p. 793).

Segundo Santos (1991), essas mudanças de critérios foram o ponto de partida para dar início à erradicação total, independente das condições sanitárias em toda região interdita por conta do cancro cítrico, seja nas propriedades rurais ou no meio urbano. Firmou-se ainda o cordão de isolamento de toda região, mediante as ações de fiscalização do trânsito de veículos nas partes limítrofes da Alta Sorocabana.

Assim que esses novos critérios foram adotados, o Governo Estadual convocou vários secretários do governo para realizarem o plano de erradicação total do cancro cítrico no estado. A Secretária de Agricultura e o Instituto Biológico de São Paulo focaram todos seus esforços no sentido de erradicar os focos da doença no estado. Também foram acionados órgãos regionais do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, Delegacias de polícia, Delegacias de Ensino, Secretária da Justiça, Força Pública, Secretaria da Justiça entre outros órgãos.

Devido ao alto estágio de contaminação do cancro cítrico e a constante tensão causada pela erradicação drástica de todos os materiais cítricos, o Governo Estadual através da Força Pública, juntamente com a Polícia Florestal, tomaram a frente da fiscalização do cordão de isolamento criada na Alta Sorocabana, foi formado um contingente especial de 400 soldados, sendo estes divididos em 10 destacamentos de 40 soldados cada um, estes homens ficaram sob a orientação Instituto Biológico de São Paulo. Todo esse efetivo de homens foi deslocado para a cidade de Presidente Prudente e lá instalado seu comando, este comandado por um Coronel e vários Tenentes, todos sob a orientação dos Engenheiros Agrônomos contratados para a erradicação dos focos da doença (SANTOS 1991).

Segundo Santos (1991), a atuação dos homens da Força Pública, resultou num trabalho árduo, mantido sob a rígida disciplina militar erradicação braçal dos pomares e a presença de autoridade e segurança às ações de erradicação total dos focos da doença. A atuação da força pública teve início no dia 15 de novembro de 1957, e durou cerca de cinco meses, ao final desse período estes homens foram sendo substituídos por trabalhadores braçais. A Procuradoria da Justiça, também colaborou com a campanha de erradicação total, resolvendo e orientando as partes envolvidas a respeito das questões judiciais que permeavam as ações do governo.

De acordo com Santos (1991), a Procuradoria da Justiça atuou dentro do rigor da lei e das medidas técnicas, na solução de problemas e ações judiciais impetradas por produtores ou viveiristas no sentido de obstruir a ação de erradicação total dos citros, seja na forma de mandatos de segurança ou ações de interdição de propriedades para avaliação das plantas cítricas condenadas.

A respeito das questões jurídicas, e em especial aos pedidos de indenizações, o **DECRETO Nº 50.921**, de 6 de julho de 1961, assinado pelo então Presidente do Brasil Jânio Quadros, abriria um crédito especial no valor de Cr\$150.000.000,00 para combate ao cancro cítrico e indenização de plantas cítricas destruídas, usando da atribuição que lhe confere o **artigo 87, item I**, da Constituição Federal e tendo em vista a autorização contida na **Lei nº 3.780-A**, de 12 de julho de 1960, os valores das indenizações seriam atribuídos de acordo com tabela de valores fixada no **Art. 4º** do mesmo decreto. Porém no mesmo ano o **DECRETO Nº 51205** de 17/08/1961, torna sem efeito o decreto 50.921, de 6 de julho de 1961, que abriu o crédito especial de Cr\$150.000.000,00, para combate ao cancro cítrico e indenização de plantas cítricas destruídas, e deu outras providências. No caso do cancro cítrico e dos prejuízos por ele causados, pela perda ou destruição das plantas, não cabe indenização pelo fato de tal doença se enquadrar no Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal²⁴.

A respeito dessa questão o autor pondera o seguinte:

Pessoalmente, admitimos que se fosse concedida indenização aos proprietários, as resistências teriam sido menores e o dispêndio não seria exagerado, consideradas as características da citricultura atingida, pois era o porcentual em exploração comercial tecnicamente conduzido (SANTOS 1991, p. 795).

Segundo Santos (1991), algumas ações do Governo Estadual promoveram medidas de apoio político e econômico aos municípios sacrificados pela campanha de erradicação; foram concedidas linhas de crédito aos proprietários, reposição das plantas cítricas erradicadas por outras plantas frutíferas, as prefeituras receberam doações e concessões de obras. No entanto essas foram medidas paliativas, não foram suficientes para sanar todos os prejuízos causados pela campanha de erradicação, pois houve várias manifestações contrárias da imprensa local, até casos de resistência às ações das equipes de erradicação.

Essa fase emergencial de erradicação dos focos perdurou até meados de 1961, resultando na erradicação total das plantas e mudas cítricas em 21

²⁴**DECRETO Nº 24.114** de 12.04.34 Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal – RDSV, em seu Capítulo II, no **Art. 10º** no **§ 2º** - As despesas decorrentes das exigências estabelecidas neste artigo caberão ao interessado, sem que ao mesmo assista direito a qualquer indenização.

municípios da Alta Sorocabana, na erradicação total de 1.200 mil plantas contaminadas ou não e na inspeção de aproximadamente 11.000 propriedades rurais e urbanas (SANTOS 1991).

4.5. Os desdobramentos da campanha de erradicação do cancro cítrico

[...] Propriedades eram inspecionadas, fiscalizando o trânsito de frutas, exigido o controle rigoroso dos viveiros de citros. Foram também exigidas permissões de trânsito de mudas cítricas, antes livremente praticado (SANTOS 1991, p. 797).

Terminada a fase emergencial, e erradicadas todas as plantas cítricas na região de Presidente Prudente, a Secretaria Estadual de Agricultura e o Instituto Biológico, estenderam a inspeção às outras áreas limítrofes, compreendendo praticamente toda margem esquerda do Rio Tiête. Essas inspeções ocorriam por meio de amostragens dos pomares, em 1962/63 foram registrados os primeiros focos isolados da doença nos municípios paulistas de Assis, Paraguassu Paulista e Rinópolis. Eram pomares encontrados em pequenas propriedades, sem caráter comercial, apenas de exploração doméstica.

Segundo Santos (1991), a localização destes focos nesses municípios, já davam os sinais de uma contaminação preocupante, pois os focos do cancro, estavam se aproximando das áreas de pomares comerciais, ou nas palavras do referido autor, “zona de exportação”, “[...] ali já se iniciava, de maneira promissora, a industrialização de suco concentrado para exportação [...]” (SANTOS 1991, p. 797). Diante de tal situação, os critérios para inspeção e erradicação dos focos foram modificados de acordo com as indicações do Instituto Biológico, pois o levantamento de focos passaria a ser feito em todas propriedades rurais e urbanas, o critério novo de erradicação passou de 12 metros o raio de erradicação, para 1000 metros o raio, o que segundo o Instituto Biológico, iria beneficiar os pomares próximos indenes, e nessas áreas

seriam aplicadas reinspeções²⁵ de até dois anos de intervalo.

Todas as ações, intervenções, apoio e orientações técnicas, estavam a cargo do Instituto Biológico de São Paulo até o ano de 1966, quando neste mesmo ano, é criado um novo órgão público de extensão rural no Estado de São Paulo, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), todas as ações e responsabilidades da campanha de erradicação do cancro cítrico foram transferidas para o novo órgão. Porém no ano de 1974, o Governo Federal criou a “Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico” (CANECC), através do Decreto Federal 75.061, de 1974, esta ligada ao Ministério da Agricultura, na qual foram atribuídos competências e recursos próprios (SANTOS 1991).

Sediada em Brasília, a estrutura básica da CANECC era constituída por coordenadores nomeados pelo Ministro da Agricultura, e integradas por um representante de cada Secretaria da Agricultura dos Estados participantes²⁶ e por um representante dos produtores rurais²⁷. Assim todas as decisões a respeito das ações de combate ao cancro cítrico eram tomadas por este colegiado, além das reformulações pelas quais iriam passar ao longo dos anos os critérios para erradicação da doença. Diante de tantos desafios, no ano 1977, a CANECC decidiu convocar a participação de entidades privadas para colaborarem nas ações de combate ao cancro cítrico, essa participação do setor privado veio diretamente dos produtores rurais, comerciantes e indústrias de suco localizadas no Estado de São Paulo (SANTOS, 1991).

Como já foi citado no capítulo anterior, em 1977 foi criado o FUNDECITRUS (Fundo Paulista de Defesa da Citricultura), essa entidade surgiu da iniciativa dos coordenadores da CANECC em buscar a integração de diferentes organismos para criarem um fundo de apoio financeiro e político que integrassem as ações da CANECC no Estado de São Paulo. Através do

²⁵ Após a erradicação total dos pomares na região de Presidente Prudente, o Instituto Biológico iria concentrar seus esforços na inspeção das rebrotas das árvores, para evitar que os focos do cancro cítrico voltassem nas rebrotas de raízes arrancadas pelo processo físico-mecânico, que foi substituído pelo processo físico-químico através do herbicida TORDON. Mesmo assim as sementes provenientes do consumo humano ou dos restos da erradicação poderiam contaminar novamente as áreas já erradicadas (SANTOS 1991).

²⁶ Nos primeiros anos de criação a CANECC contava apenas com a participação dos Estados de: São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná; posteriormente na medida em que o cancro cítrico ia contaminando outros Estados, os mesmos eram adicionados ao programa.

²⁷ Segundo Santos (1991), apenas o Estado de São Paulo na época tinha um representante dos produtores, pois era o único Estado com citricultura organizada e representativa.

Ministério da Agricultura, um grupo de trabalho buscou articular produtores, indústria e associações para criarem um fundo de apoio para colaborar com as ações da CANECC, os envolvidos diretamente neste processo foram as indústrias de suco paulista representadas pela ABRASUCOS e os citricultores paulistas representados pela ASSOCITRUS (Associação Brasileira de Citricultores) (SANTOS, 1991).

De acordo com Santos (1991), assim que focos da doença foram identificados nos Estados vizinhos do Paraná e Mato Grosso, A CANECC tomou uma série de providências para o combate ao cancro cítrico, especialmente no Estado do Paraná, onde os focos da doença haviam tomado proporções graves, pois os levantamentos oficiais da CANECC apontavam focos desde a divisa com o Estado de São Paulo até regiões próximas a Foz do Iguaçu. No Estado de Mato Grosso, os focos estavam localizados de forma dispersa, o maior número de focos da doença estavam na cidade de Bataguassu. Em 1977 o Estado do Mato Grosso é dividido dando origem aos Estados de Mato Grosso do Sul (antigo Mato Grosso e limítrofe com o Estado de São Paulo) e Mato Grosso. Nesta recente unidade da federação, a CANECC identificou focos da doença principalmente nas regiões de Barra dos Bugres-Tangará da Serra e Arenópolis regiões que haviam recebido a imigração de pessoas do Norte Paranaense e Oeste Paulista.

Como já citamos no capítulo anterior, em 1974 foi constatado o primeiro caso na margem Norte do Tietê, no município de Urupês, localizado na periferia da região de exportação. Em 1979 o cancro cítrico é detectado nos municípios de Monte Alto e Cândido Rodrigues, esses municípios estão localizados na “zona de exportação”, ao receber a confirmação dos focos nestes locais a Secretária de Agricultura de São Paulo e a CANECC, decidiram proceder pela erradicação total dos pés de limoeiro galego nestes municípios, a fim de conter os focos no “cerne” da região produtora de citros do Estado. A CANECC providenciou rapidamente equipes de rastreamento de focos por toda região, partindo dos municípios detectados os focos, às regiões de Campinas, Limeira, Ribeirão Preto e todo o restante do Estado localizado a margem direita do Tietê.

Em 1980, foram encontrados focos em; Taquaritinga e Fernando Prestes, em 1982 no município de Itajobi, 1983 em Araraquara, 1985 em

Guapiaçu (região de São José do Rio Preto), Irapuã, Novo Horizonte e em Borborema (próximo à região de Bauru), 1986 em Itápolis. A partir de 1986 os focos do cancro cítrico foram se espalhando por todas as áreas citrícolas do Estado, o que levou a CANECC/CATI a realizarem um censo anual do controle dos focos nas regiões produtoras, posteriormente as atividades relacionadas ao combate do cancro cítrico seriam encampadas pelo FUNDECITRUS a partir dos anos de 1990.

De acordo com Santos (1991), a partir do ano de 1982, foi liberado o replantio de citros, na região de Presidente Prudente e Estado do Paraná, essa liberação se deu por pressões políticas oriundas do Ministério da Agricultura, vindo ao encontro dos anseios das bases municipais recém empossadas, que reivindicavam a permissão do plantio de citros. Na região de Presidente Prudente foram liberados naquele ano os seguintes municípios: Alfredo Marcondes, Alvares Machado, Anhumas, Estrela do Norte, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Pacaembu, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau D'Alho e Tarabay. A liberação dos demais municípios paulistas foi ocorrendo aos poucos até o ano de 1986.

No ano de 1982, é criada a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, através do **Decreto Nº 18.734**, de 26 de abril de 1982, pelo então Governador do Estado Paulo Salim Maluf, diretamente subordinada à Divisão de Atividades Técnicas Complementares do Instituto Biológico de São Paulo. Participou da inauguração, o então Secretário de Agricultura e Abastecimento Cláudio Braga de Ribeiro Ferreira (Figura 9).

Figura 9: Assinatura da Ata da Criação da Estação Experimental de Presidente Prudente pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento Sr. Cláudio Braga de Ribeiro Ferreira.
Fonte: Arquivo da Estação Experimental de Presidente Prudente, 1982.

De acordo com Namekata et al. (1987), após os trabalhos de erradicação dos focos do cancro cítrico ao longo dos anos, se fazia necessário desenvolver pesquisas para criar um banco de dados e informações técnico-científicas, para subsidiar as ações da CANECC. Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, sob autorização da CANECC, o Instituto Biológico de São Paulo, instalou duas áreas experimentais; uma no Estado de Mato Grosso do Sul no município de Bataguassu e outra na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. Nessas áreas foram desenvolvidos alguns trabalhos de pesquisa em relação ao comportamento do cancro cítrico, no entanto estas áreas não apresentavam infra-estrutura suficiente para abrigar tais pesquisas. A Estação Experimental de Presidente Prudente foi criada para preencher essa lacuna (Figura 10 e 11).

Figura 10: O Secretário de Agricultura e Abastecimento e demais convidados caminham pela área Estação Experimental, verificando o plantio recente das variedades cítricas, que serviriam posteriormente às pesquisas sobre o comportamento do cancro cítrico.
Fonte: Arquivo da Estação Experimental de Presidente Prudente, 1982.

Figura 11: Vista geral da área plantada na Estação Experimental.
Fonte: Arquivo da Estação Experimental de Presidente Prudente, 1982.

Mesmo com a Estação Experimental inaugurada no ano de 1982, somente em 1984, todo material proveniente do Mato Grosso do Sul e do Paraná, foi totalmente transferido, devido aos procedimentos técnicos e de segurança adotados pelo Instituto Biológico. Um dos objetivos principais da Estação Experimental era verificar as condições e fatores ambientais que contribuíam para a disseminação do cancro cítrico, outro eixo importante de pesquisa em desenvolvimento estava relacionado às variedades cítricas mais resistentes ao cancro cítrico (NAMEKATA, et al. 1987).

Em 1987, a Estação Experimental contava com 9960 plantas cítricas, estas distribuídas entre; 4000 cultivares de laranja; 1.170 cultivares de limões; 2.840 cultivares de tangerinas; 540 cultivares de lima ácida; 760 cultivares de trifoliatas e 650 plantas cítricas não identificadas. Em 2000, a Estação Experimental contava com 23.000 plantas cítricas, deste universo haviam 996 variedades de citros entre laranja, limão, tangerina e lima (pesquisa de campo, 2006).

De acordo com o Diretor Técnico de Serviço e engenheiro agrônomo Leonardo Coutinho Cerávolo ²⁸, a Estação Experimental de Presidente Prudente, funcionou até outubro de 2001 com o objetivo de um centro de pesquisa voltado ao combate do cancro cítrico, a partir desta data por ordem da Secretária Estadual de Agricultura, tornou-se uma das unidades da APTA - Agência Paulista de Tecnologia de Agronegócios, todas as plantas cítricas foram totalmente erradicadas (Figura 12).

Figura 12: Vista geral da área onde foram erradicadas todas as plantas cítricas, observe a figura 11, trata-se do mesmo local onde os pomares estavam plantados em 1982.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

²⁸ Pesquisa de campo; Entrevista realizada no dia 8/02//2006, anexo V.

Segundo o engenheiro agrônomo Leonardo C. Cerávolo, não houve qualquer justificativa para a erradicação das plantas cítricas na Estação Experimental, “a ordem era para derrubar as árvores”, nem mesmo um ato oficial foi publicado encerrando as atividades da Estação para que se transformasse numa APTA. No período recente do encerramento das atividades da Estação Experimental houve especulações diversas como, por exemplo, de a Estação Experimental ser um foco permanente de contaminação do cancro cítrico na região ²⁹ e ter sido fechada pela influência do FUNDECITRUS, ou por pressão política encampada pelos produtores rurais da região, enfim uma série de supostas justificativas, boatos, mas oficialmente nada foi publicado.

Desde o início de suas atividades em 1982, a Estação Experimental cumpriu seus objetivos, difundindo resultados das pesquisas relacionadas à bactéria do cancro cítrico, recebendo pesquisadores de todo o Brasil e exterior, produzindo inúmeros artigos científicos publicados em vários países, produzindo material de pesquisa e divulgação (Figura 13) (pesquisa de campo, 2005).

²⁹ De acordo com o engenheiro entrevistado, todo o processo de pesquisa, era controlado rigorosamente, havia o controle de entrada e saída das dependências da Estação Experimental, eram obedecidos todos os quesitos de segurança como; o rodolúvio para os carros, botas de borracha, desinfecção dos funcionários e ferramentas, entre outras medidas.

Figura 13: Saída da Estação Experimental nota-se a presença dos arcos de rodolúvio, e da “piscina” onde o veículo mergulha os pneus ao passar pelos arcos. Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

O Encerramento das atividades de pesquisa da Estação Experimental de Presidente Prudente representou uma perda, tanto para o desenvolvimento de pesquisas, quanto para os produtores rurais da região, pois mesmo não tendo iniciativa de ir buscar informações a respeito da cultura de citros e principalmente do cancro cítrico, a Estação representava um ponto de apoio à disposição do produtor, que a qualquer momento poderia buscar informações. Diferente do que podemos verificar em nossa pesquisa de campo, quando nos deparamos com a falta de informação e medo do produtor da região quanto o assunto é cancro cítrico.

De 1986 a 1999, a situação do cancro cítrico na região de Presidente Prudente mostrava-se praticamente a mesma em relação aos anos anteriores, pois com a liberação parcial em 1982 do plantio de citros na região e posteriormente total em 1986, a região continuou sendo foco de contaminação, com ações voltadas apenas ao combate do cancro na forma da erradicação dos pomares, e de poucas ações educativas e preventivas, frente aos produtores. A partir da década de 1990, o setor citrícola voltado para exportação sofreu enormes mudanças em sua estrutura produtiva, política e até mesmo fundiária, o aumento constante dos focos de cancro cítrico na margem direita do Tiête, alcançou números alarmantes, principalmente no ano de 1999³⁰, o que mobilizou enorme gama de esforços na área chamada de “cinturão citrícola”, o resultado desse quadro não poderia ser outro, a região de Presidente Prudente cada vez mais se colocava à margem de sse processo, configurando um quadro de exclusão. Este tema será abordado no próximo capítulo deste trabalho.

³⁰ Segundo Paulillo (2000), em 1999 o “cinturão citrícola” passa por sua maior crise fitossanitária, o cancro cítrico provoca a erradicação de 19 milhões de pés de laranja, todo o tráfego de produtos citrícolas é fiscalizado, para isso mobilizam -se a Secretária Estadual de Agricultura do Estado de São Paulo e o FUNDECITRUS, “[...] o poder de polícia é da Secretária, que chancela a fiscalização para o FUNDECITRUS [...]” (PAULILLO, 2000, p. 121). Para o combate ao cancro cítrico foram disponibilizados 47 milhões de reais, todos os pés de laranja seriam erradicados, isso provocou protestos por parte dos pequenos produtores, que tiveram grande parte de seus pomares erradicados por conta dos critérios de erradicação e devido ao tamanho das propriedades. Aos produtores que não aceitassem a entrada dos agentes do FUNDECITRUS, os mesmos eram notificados judicialmente, e logo que notificados os agentes retornavam às propriedades acompanhados por policiais militares.

CAPÍTULO 5 - A CITRICULTURA MARGINAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Neste capítulo apresentamos a análise dos dados de fonte primária, obtidos a partir da aplicação de 11(onze) formulários a produtores rurais vinculados a citricultura nos seis municípios delimitados para o levantamento empírico em pesquisa de campo no ano de 2005, (Figura 14). Deste total, foram aplicados 36,36 % em Presidente Prudente, 18,18 % em Álvares Machado, 18,18 % em Anhumas, 9,10 % em Regente Feijó, 9,09% em Alfredo Marcondes e 9,09 % em Indiana.

Além disso, nos subitens discutimos questões relativas à política fitossanitária na região e suas consequências, traçando o que configura desde 1957, um quadro de exclusão dos produtores nesta região localizados.

Este número pequeno de formulários é o reflexo de uma política fitossanitária que perdura há quase meio século, o número de produtores rurais na região de Presidente Prudente que ainda persistem em plantar citros, foi reduzido a quase zero³¹. Estes produtores que permaneceram cultivando citros não o fizeram por motivos de rebeldia às recomendações da Secretaria de Agricultura e demais órgãos oficiais, continuaram a plantar citros por constituir uma atividade subsidiária a outras em suas propriedades, garantindo sua sobrevivência no campo.

A existência de produtores noutros municípios dentro da mesma região foi verificada, porém suas condições de produção encontram-se muito precarizadas, os produtores que se localizam no entorno do município de Presidente Prudente, encontraram mercado consumidor constante, pois a cidade se caracteriza como importante pólo regional, conseqüentemente demanda serviços e produtos diversos entre eles as frutas cítricas.

O critério utilizado para selecionar os produtores, foi estabelecido a partir de exaustiva pesquisa às casas de agricultura dos municípios delimitados previamente conforme as informações obtidas junto ao EDR - Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente, o Centro de Apoio Fitossanitário do FUNDECITROS localizado em Álvares Machado, o entreposto em Presidente Prudente da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), além da feira livre semanal realizada na mesma cidade. De posse da listagem de produtores, os formulários foram sendo aplicados.

Diga-se de passagem, uma etapa muito importante neste trabalho, pois o contato direto com os produtores, nos revelou a real dimensão do agricultor na região que ainda persiste/luta para manter seu pomar cítrico, o que vai além das questões comerciais e fitossanitárias, pois os pomares estão presentes no

³¹ Oficialmente a liberação para o plantio de citros na região deu-se em 1982.

ambiente de suas propriedades de longa data, e fazem parte do cotidiano de suas vidas.

O formulário utilizado foi dividido em vários itens, procurando abordar os seguintes aspectos:

- Dados referentes ao produtor;
- Condições de moradia do produtor;
- Dados referentes à Unidade de Produção Agropecuária (UPA);
- Rendimento anual aproximado;
- Composição da Força de trabalho utilizada;
- Meios de produção disponíveis ao produtor;
- Utilização de insumos;
- Formas de acesso a financiamento de custeio e de investimento;
- Assistência técnica;
- Formas de organização coletiva;
- Percepção sócio-econômica do produtor.

Os dados e informações foram tabulados e sistematizados, de acordo com o pequeno universo de produtores entrevistados, o que nos levou a uma metodologia voltada a qualidade e não a quantidade dos dados obtidos. Assim alguns dos itens acima citados que o compõem foram privilegiados e outros deixados de lado.

5.1. Perfil dos produtores

Procuramos efetuar o levantamento da faixa etária predominante no conjunto dos produtores, visando caracterizar o perfil daqueles que desenvolvem a citricultura, conforme pode ser observado na Figura15:

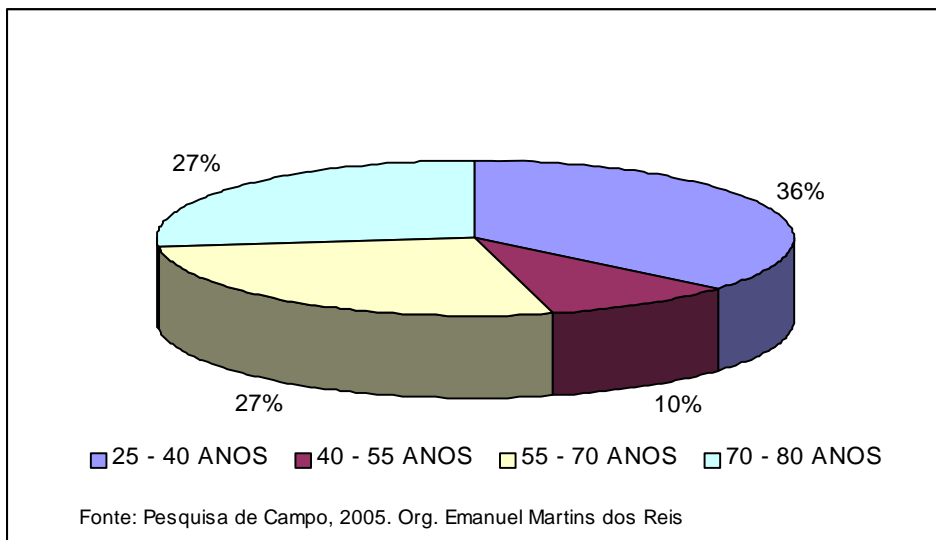


Figura 15: Faixa etária dos produtores entrevistados

Podemos notar pelos dados, que é bastante marcante a idade avançada da maioria dos produtores, pois 27,0% possuem entre 70 e 80 anos, além disso, outros 27% estão entre 40 e 55 anos, esses valores mostram que a resistência em plantar citros é maior nesta faixa etária dos produtores. Este quadro predominou na maioria das pequenas propriedades rurais, as quais foram adquiridas via herança, o que caracteriza um forte vínculo com a terra.

A escolaridade dos produtores consiste num dos pontos investigados na pesquisa de campo, no caso da citricultura é uma condicionante muito importante, por se tratar de um ramo da agricultura que exige constante aperfeiçoamento de técnicas na produção, Figura 16:

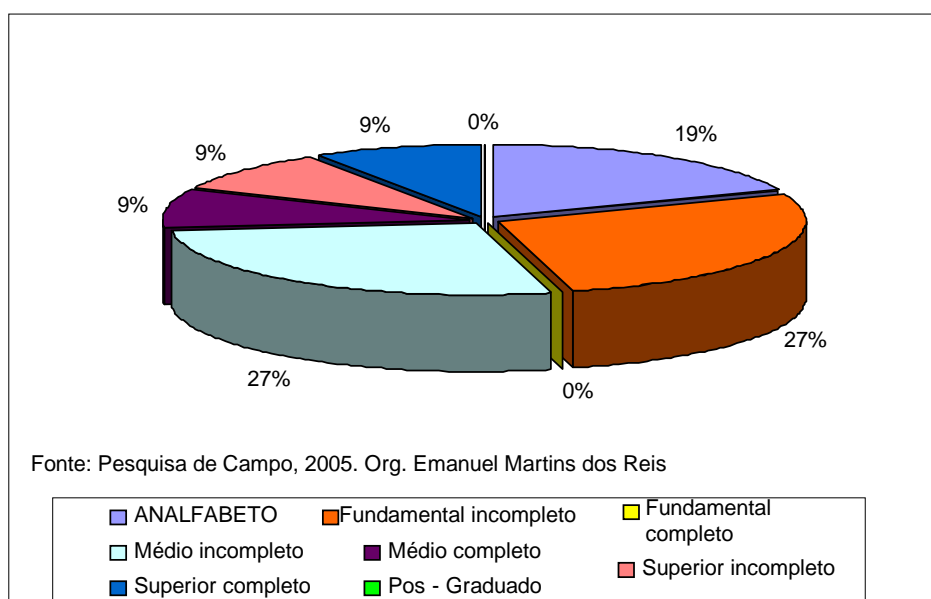


Figura 16: Escolaridade dos produtores entrevistados

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos produtores, verifica-se na figura 16 que 27,0 % possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 27,0% possuem o ensino médio incompleto. Esta condição pode ser relacionada a Figura 15, pois os produtores com idade entre 25 e 40 anos, revelam as melhorias no acesso à escola, como o transporte escolar ou escolas rurais e mesmo a condição de possuir veículo próprio. Já os 19,0% que representam os produtores analfabetos nos remete às dificuldades de acesso à escola, sobretudo para aqueles que residiam na zona rural e se dedicavam às atividades agrícolas. Fatores como a distância dos centros urbanos e a dificuldade de locomoção acabavam complicando o acesso à escola.

Mesmo apresentando um grau de escolaridade razoável tendo condições de ler e escrever, compreender sobre mercado e juros, esse nível escolar do produtor não o favorece, pois o nível tecnológico e a velocidade das informações na sociedade atual demandam a busca de maiores níveis de escolaridade; possibilitando ao homem do campo, a capacidade de assimilar/aprender as inovações tecnológicas, pois a cultura citrícola é uma cultura que envolve o mercado externo e demanda alta tecnologia, mesmo não pertencendo à região exportadora da citricultura no estado, o mesmo deve estar atento às inovações tecnológicas e técnicas visando melhorar sua produção e suas formas de reprodução social e progresso econômico.

Ao analisarmos a procedência dos produtores rurais, observa-se que 82,0% são oriundos do meio rural conforme se verifica na Figura 17, essa supremacia está intimamente ligada a um quadro histórico de ocupação recente baseado no setor agrário.

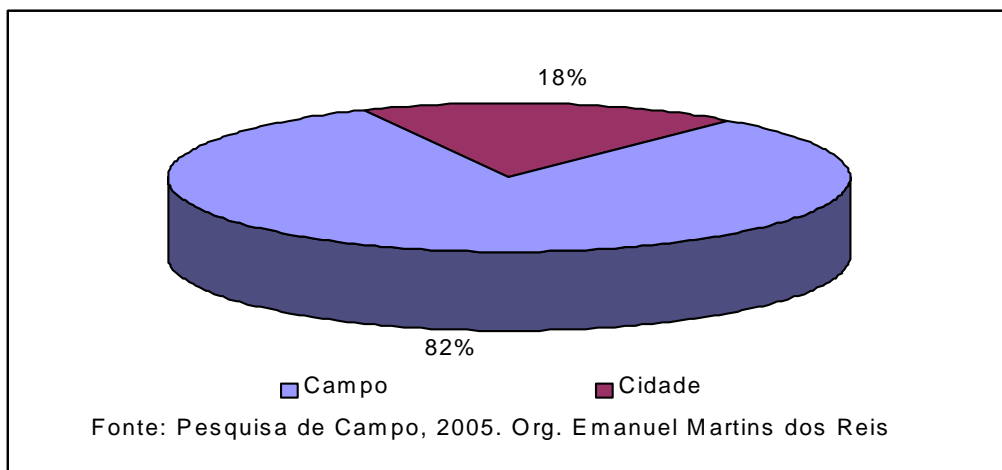


Figura 17: Local de residência anterior dos entrevistados

Quando efetuamos esta mesma análise para o local de residência atual, verifica-se ainda a predominância dos produtores na área rural, com 55,0 % (Figura 18), no entanto a porcentagem de produtores que residem na área urbana atualmente é de (45,0%).

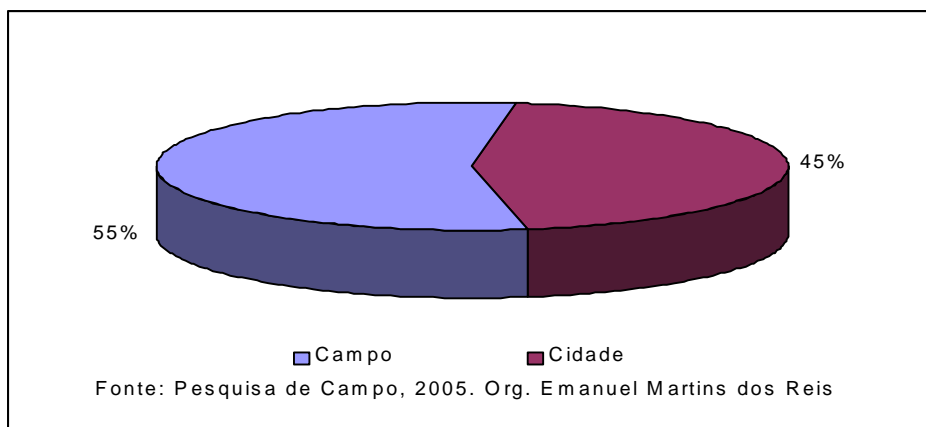


Figura 18: Local de residência atual dos entrevistados

Outro indicador utilizado para a obtenção de dados referentes ao produtor, foi a respeito da quantidade de propriedades que cada produtor

possui e área ocupada pela soma total delas, visando a identificar o nível de capitalização dentre o conjunto de entrevistados, conforme se verifica na Figura 19:

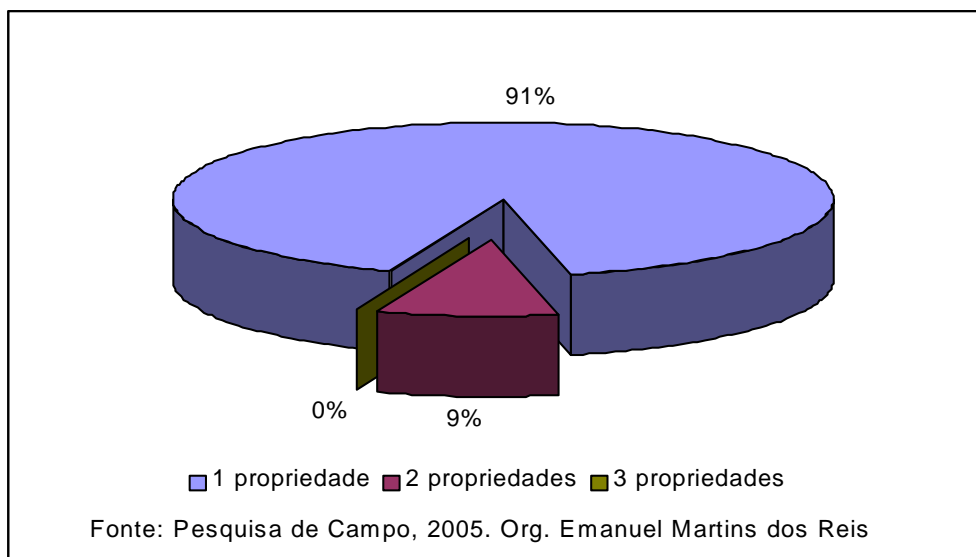


Figura 19: Número de propriedades rurais dos entrevistados

Os dados da Figura 19 referem-se à quantidade de propriedades rurais que os 11 produtores entrevistados possuem. Dentre os entrevistados, 10 possuem apenas 1 (uma) propriedade, perfazendo 91,0 % do total. Verifica-se desta forma que apenas 1 produtor possui mais de uma propriedade, o que representa 9,0 % do total. Nenhum dos produtores entrevistados possui mais de duas propriedades rurais.

No geral as características das condições de vida dos produtores rurais entrevistados são boas, pois todos entrevistados apresentam moradias construídas em alvenaria, acesso a energia elétrica, água potável, bens de consumo duráveis (eletrodomésticos em geral), veículo próprio para transporte, podemos afirmar que estes têm tido acesso a praticamente todas as condições de infra-estrutura que são associadas ao meio urbano (Figura 20).

Figura 20: Propriedade rural localizada no município de Regente Feijó, casa construída em alvenaria, com água potável e energia elétrica.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Autor: Emanuele Martins dos Reis.

5.1.2. Características gerais da produção de citrus na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente

De acordo Santos (1991), a citricultura praticada na região de Presidente Prudente é caracterizada como doméstica, ou de baixa produtividade, ou ainda nas palavras do engenheiro agrônomo Leonardo C. Ceravolo “de fundo de quintal” (pesquisa de campo, 2005).

Guardadas as devidas proporções, e levando em conta todos os problemas causados pelo cancro cítrico ao longo de quase cinco décadas na região, estes produtores de acordo com suas possibilidades conseguem manter essa pequena atividade citrícola e com ela obter rendimentos de caráter

comercial em escala local, abastecendo supermercados, mercadinhos e feiras livres.

A mão-de-obra predominante utilizada nas propriedades é a familiar, porém de acordo com a necessidade, utiliza-se o trabalho assalariado temporário. O tamanho das propriedades pesquisadas foi de 12,1 a 53,24 hectares, sendo que, nessas propriedades a utilização da terra segue aos padrões históricos de ocupação da região (Quadro 9).

QUADRO 9 – Utilização das terras nas propriedades - hectares

| | Menos de 12,1 | De 12,1 a 24,2 | De 24,2 a 48,4 |
|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Nº de propriedades | Nº de propriedades | Nº de propriedades |
| Lavouras permanentes | 4 | - | 1 |
| Lavouras temporárias | 1 | - | - |
| Pastagens | 6 | - | 2 |
| Terras em descanso | 1 | - | - |
| Área de reserva legal | - | - | - |

Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Organização: Emanuel Martins dos Reis.

Como podemos observar no quadro 9, as áreas com pastagens são predominantemente ocupadas por propriedades inferiores a 12,1 hectares, o que demonstra a forte influência nessas áreas da pecuária como fonte de renda nas atividades rurais, mesmo com outras atividades agrícolas concomitantes. As áreas destinadas às lavouras permanentes aparecem logo em seguida, pois os pomares cítricos são uma segunda fonte de renda agrícola. Um fato preocupante observado neste quadro é a falta de área destinada à reserva legal, em nenhuma das propriedades visitadas foi relatado a presença da reserva legal.

O destino final da produção dessas propriedades é basicamente os supermercados locais e principalmente as feiras livres. Alguns produtores entrevistados não quiseram informar a quantidade de caixas de citros vendidas, nem os rendimentos obtidos, isso inviabilizou a tabulação dos dados, pois o universo de formulários foi muito reduzido. A exceção deste quadro se deu em duas propriedades que possuem uma área significativa de pomares e um certo grau de capitalização investido na produção de citros, uma no município de Álvares Machado³², e outra no município de Regente Feijó. A produção destes

³² O produtor Antonio Ernest R. Topan, de acordo com nossa pesquisa de campo e as informações colhidas na casa de agricultura de Presidente Prudente e Álvares Machado, é o

produtores cobrem os custos da produção e manutenção dos pomares, além de gerar lucros satisfatórios, no entanto os mesmos não quiseram responder aos campos do formulário que tratam dos rendimentos obtidos com a produção de citros (Figura 21 e 22).

Figura 21: Pomar de mexerica variedade ponkam, localizada no município de Regente Feijó. Nota-se que o pomar está devidamente cuidado, com as árvores podadas adequadamente e a "rua" entre os pés de mexerica devidamente limpas. Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

maior e mais capitalizado produtor de citros na região de acordo com a realidade citrícola regional.

Figura 22: Uso de irrigação no pomar, isso reflete um certo grau de capitalização do produtor em relação aos tratos culturais do pomar, o que acaba refletindo numa maior produção.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

É importante apresentarmos as condições reais dos pomares encontrados na região de Presidente Prudente, pois as informações que são vinculadas pelos meios de comunicação e alguns trabalhos sem rigor científico, descrevem a referida região como uma área totalmente abandonada no que diz respeito aos tratos culturais relativos à citricultura, o que constatamos em nossa pesquisa de campo, mostra que as condições reais da cultura de citros na região não podem ser generalizadas de maneira negativa ou depreciativa como ocorre, pois quando o produtor consegue produzir e gerar lucros com essa produção, o mesmo investe na cultura e conseqüentemente busca se informar a respeito de tudo que envolve sua atividade.

A tabela 6 apresenta as variedades cítricas produzidas pelos produtores entrevistados.

Tabela 6 - Variedades de citros/número de pés plantados/prod ução

| Variedades | Pés Produzindo | Produção total em caixas** |
|---------------|----------------|----------------------------|
| Pêra ou Coroa | 44 | 62 |
| Ponkam | 1596 | 6640 |
| Murcot | 15 | 38 |
| Limão Taiti | 490 | 1460*** |
| Lima/Piralima | 170 | 152 |
| Mexerica | 10 | 20 |
| Tangerina | 87 | 145 |

** Esse números não são absolutos, pois os produtores não mantêm um controle rígido do que é produzido, trabalham com estimativas. *** No caso do limão a

produção foi declarada em sacas e não por caixas

Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Organização: Emanuel Martins dos Reis.

A respeito das variedades produzidas na região de Presidente Prudente, podemos notar ao observar a tabela 6, a superioridade da variedade cítrica ponkam, isso se dá pelo fato de essa variedade ser mais resistente à bactéria do cancro cítrico e por ser um produto de fácil aceitação e consumo rápido no mercado. De acordo com o engenheiro agrônomo Leonardo C. Ceravolo, a variedade de laranja pêra, é muito suscetível ao cancro cítrico, por isso, este número reduzido³³ de pés de laranja dessa variedade nas propriedades da região. O limão variedade Taiti, mostrou-se, bem rentável tanto na produção pés/caixas/sacos, quanto no retorno financeiro, como podemos conferir na pesquisa de campo (Figura 23).

De acordo com o produtor entrevistado no município de Anhumas, mesmo com todos os problemas do cancro cítrico é possível assegurar rendimentos com a produção de citros, além disso, é possível conjugar outra cultura temporária com a produção de citros, no caso deste produtor, ele planta mamão como atividade complementar (pesquisa de campo, 2005).

³³ Apenas em uma propriedade localizada no município de Presidente Prudente foram arrancados mais de 300 pés de laranja dessa variedade no início do ano de 2005 (pesquisa de campo, 2005).

Figura 23: Colheita de limão variedade Taiti em propriedade rural localizada no município de Anhumas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

5.1.3. Percepção sócio-econômica dos produtores entrevistados

Neste subitem buscamos analisar a percepção sócio-econômica dos produtores mediante seu relacionamento com os órgãos oficiais colocando em evidência seus objetivos e expectativas, em relação a sua situação como produtor que ainda cultiva citros num ambiente totalmente desfavorável. A falta de incentivo do Estado é apontado por 81,0% dos produtores rurais entrevistados como um condicionante das principais dificuldades da atividade, em virtude da política fitossanitária excludente e arbitrária exercida na região.

Numericamente a falta de assistência técnica específica³⁴, engloba 99% das reivindicações dos produtores entrevistados, isto reflete claramente o resultado da omissão do Estado em relação a esta região. A falta de mão-de-obra especializada segundo 45,0% dos produtores, também contribui para o quadro negativo da citricultura na região, segundo os produtores, a maior parte dos fiscais que visitam as propriedades e fazem as inspeções, não tem capacidade para identificar os focos da doença “qualquer manchinha ferruginha na laranja eles dizem que é cancro e que vai arrancar” (entrevista produtor rural, pesquisa de campo, 2005).

Quanto à assistência técnica geral³⁵, 72,0% afirmaram não atender suas expectativas, 18% disseram não saber da existência³⁶ desse serviço e apenas

³⁴ Voltada à citricultura: plantio, produção, manejo, técnica, etc.

³⁵ Referente à assistência técnica de órgãos públicos.

³⁶ Esta situação, de ignorância em relação à assistência técnica, está diretamente ligada ao tipo de informação vinculada pelos órgãos oficiais no estado, para explicar essa condição basta lembrar que toda campanha educativa de combate ao cancro cítrico tem duas frentes básicas; uma é direcionada para a área do “cinturão citrícola”, com vasto material impresso, propagandas no rádio e TV, convocando o produtor a interagir com a campanha de combate ao

9,0% declararam ter as suas expectativas atendidas.

Além destas questões presentes no formulário, elaboramos outras cinco questões pessoais a parte, de resposta não obrigatória, em relação a citricultura na região, procuramos proporcionar o máximo possível de espontaneidade em relação às respostas. Segue abaixo as questões:

- 1- O que o senhor pensa sobre o cancro cítrico?
- 2- Por que não são adotadas todas as medidas de prevenção recomendadas?
- 3- O que o senhor acha das inspeções feitas pelo FUNDECITRUS?
- 4- O senhor realmente acredita que arrancar os pés contaminados pelo cancro cítrico é a única maneira de controlar a doença ou existem outras formas para fazer isso?
- 5- O senhor acharia justo receber algum tipo de indenização ou compensação pela erradicação de seus pomares, principalmente aqui na região de Presidente Prudente, onde as frutas cítricas não têm grande importância comercial?

De acordo com os produtores entrevistados, em relação à pergunta de número um (o que o senhor pensa sobre o cancro cítrico?), a maior parte dos produtores reconhecem a existência da doença e o seu alto grau de contágio, apenas um produtor relatou que a mesma foi “inventada”, para privilegiar os produtores do Norte do Estado.

Em relação à pergunta de número dois (por que não são adotadas todas as medidas de prevenção recomendadas?), os produtores disseram que tomam as medidas de prevenção, mas encontram certas dificuldades em realizar essas ações, pois elas demandam um custo que dependendo da safra não é coberto, mas o fator primordial apontado pelos produtores, é a falta de

cancro, a outra frente dessa campanha ocorre na região de Presidente Prudente e (que é o foco inicial da doença e não tem nenhuma estrutura produtiva cítrica voltada para a indústria), com mais ações punitivas do que informativas, o material distribuído é escasso e desatualizado. Existe uma falha de comunicação entre os produtores rurais da região e os órgãos públicos. Mesmo assim, em pesquisa de campo feita na antiga Estação Experimental de Presidente Prudente, obtivemos toda atenção por parte dos funcionários daquela casa, o mesmo aconteceu nas casas de agricultura. Uma saída para essa situação, seria a divulgação destes serviços aos produtores rurais em geral, para que os mesmos desmistifiquem o uso destes serviços, ou mesmo saibam onde ficam e para que servem estes órgãos públicos.

informação em relação às medidas de prevenção.

A respeito da questão de número três (o que o senhor acha das inspeções feitas pelo FUNDECITRUS?), um fato que nos chamou a atenção, foi a falta de preparo por parte dos inspecionadores que trabalham para o FUNDECITRUS, relatada pelos produtores, pois de acordo com os mesmos, os inspecionadores “olham os pomares de qualquer jeito e já vão dizendo que tem de arrancar os pés contaminados” (pesquisa de campo, 2005).

Em relação esta questão, acreditamos que os produtores criaram uma rejeição aos inspecionadores do FUNDECITRUS, pois os produtores vivenciam esse conflito a vários anos, e sempre é sacrificado. Não podemos excluir é claro a possibilidade de erros por parte dos inspecionadores, no entanto, atribuir a estes, tamanha falta de preparo é generalizar de maneira errônea todo um aparato técnico/científico constituído ao longo de vários anos pela instituição mesmo que interesses políticos e comerciais estejam em jogo.

As respostas em relação à questão de número quatro (O senhor realmente acredita que arrancar os pés contaminados pelo cancro cítrico é a única maneira de controlar a doença ou existem outras formas para fazer isso?), mostram uma unanimidade entre os produtores, eles concordam que somente os pés contaminados devem ser arrancados, criticam muito os critérios do FUNDECITRUS, a respeito do número de pés contaminados e da quantidade que deve ser arrancada em suas propriedades, eles reivindicam uma revisão nos critérios de erradicação, para que os pequenos produtores não sejam tão sacrificados.

E finalmente a questão de número cinco (O senhor acharia justo receber algum tipo de indenização ou compensação pela erradicação de seus pomares, principalmente aqui na região de Presidente Prudente, onde as frutas cítricas não têm grande importância comercial?), nessa questão todos os produtores entrevistados concordaram com o pagamento de indenizações ou compensações pela erradicação de seus pomares, pois todos tiveram um custo para mantê-los, os produtores também consideram que se deve compensar ou indenizar apenas os produtores que demonstrem na citricultura, realmente sobreviver ou constituir fonte de renda adicional de relevância nas propriedades, pois a concessão de indenizações e compensações de forma indiscriminada poderia desencadear uma grande procura dessas concessões

por parte de pseudos produtores citrícolas, o que acabaria inviabilizando o pagamento de quem realmente dela necessita.

Como foi ressaltado no capítulo quatro deste trabalho, essa possibilidade de indenização é cogitada desde 1957, quando o cancro foi descoberto na região, mas o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal de 1934 não concede indenização ao patógeno em que se enquadra o cancro cítrico. No entanto seria justo que o Estado concedesse a esses pequenos produtores compensações, seja no fornecimento de novas mudas cítricas certificadas ou no fornecimento de mudas e sementes de outras culturas adequadas à região ou mesmo por meio de treinamento e cursos para seu aperfeiçoamento como produtor em sua nova atividade ou em sua atividade tradicional.

A respeito do relacionamento do FUNDECITRUS com os produtores da região, podemos dizer que o mesmo é conflituoso e cheio de desconfianças, entendemos que o cumprimento das normas técnicas e da legislação é de fundamental importância para o desencadear das ações em relação ao combate do cancro cítrico, e sem dúvida um bom relacionamento produtor/instituição.

Procuramos o engenheiro agrônomo do FUNDECITRUS responsável pela região várias vezes para entrevista-lo³⁷, no entanto não obtivemos êxito, pois o mesmo nos atendeu apenas uma vez no Centro de Apoio Fitossanitário de Álvares Machado, e na ocasião nos foi dito, que não haveria tempo para a entrevista naquele dia. Por várias vezes tentamos falar com o engenheiro, inclusive nos deslocando de Presidente Prudente para Álvares Machado, dessa cidade para Martinópolis, aguardando ser atendido, o que não ocorreu. Acreditamos que por motivos de falta de pessoal, o mesmo não nos tenha atendido, foi o que nos disseram nas vezes que fomos a sua procura. Por várias vezes fomos recebidos em outras unidades do FUNDECITRUS, os funcionários dos Centros de Apoio Fitossanitários das cidades de; Frutal – MG, Icó – SP sempre nos atenderam prontamente; convidando para palestras, fornecendo inúmeros materiais técnicos e orientações a respeito do combate do cancro cítrico e da estrutura de funcionamento do FUNDECITRUS bem

³⁷ O roteiro de entrevista encontra-se no anexo II deste trabalho.

como seus objetivos, etc. Acreditamos que o primeiro passo para o sucesso de qualquer campanha de combate ao cancro cítrico na região, deve passar primeiro pela conscientização e posteriormente pela comunicação e criação de um vínculo mínimo entre instituição e produtor com o intuito de se superar a relação conflituosa atualmente existente.

5.2. A política fitossanitária na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente

Entendemos por política fitossanitária³⁸ as ações concebidas pelos diversos órgãos públicos e/ou privados envolvidos direta ou indiretamente no combate ao cancro cítrico. Diante disso, faremos um apanhado de questões envolvendo principalmente a ação dos órgãos responsáveis pelo controle do cancro cítrico, optamos por utilizar neste capítulo o termo controle do cancro cítrico, pelo fato de terem se passado mais de 40 anos desde a sua constatação e o mesmo não ter sido erradicado, objetivo esse, perseguido por longos anos e com alto custo, tanto para os cofres públicos, quanto para os privados, além de todas as perdas materiais e morais, causadas a todos os produtores citrícolas, sejam estes do “cinturão citrícola” ou da região de Presidente Prudente.

Segundo Paulillo (2000), a tônica do debate que se trava a partir dos anos de 1999, é justamente os altos índices de contaminação e erradicação de pomares cítricos no Estado de São Paulo, esse debate acabou tomando rumos nunca imaginados até então, pois por um longo período as atenções do setor citrícola, estiveram voltadas para as crises no setor, principalmente as econômicas, no entanto, outro tipo de crise recaiu sobre todo o setor, a crise fitossanitária, ou seja, os prejuízos causados pelo cancro cítrico na área do “cinturão citrícola”.

³⁸ O termo fitossanitário, segundo o Dicionário AURÉLIO (2000), está relacionado à sanidade das plantas, sendo sanidade definida como “qualidade ou estado de são”. Nesse sentido a expressão “política fitossanitária” estaria relacionada a os atributos de sanidade das ações estabelecidas, no objetivo de legislar a respeito da sanidade das plantas, ou em nosso caso, das ações políticas.

O tema central das discussões envolvendo a problemática do cancro cítrico na região de Presidente Prudente são os critérios técnicos adotados para o controle da doença e a atuação do FUNDECITRUS nesta região. De acordo com nossa pesquisa de campo (2005), é alto o grau de insatisfação dos produtores em relação aos métodos utilizados, 90% dos entrevistados não confiam no FUNDECITRUS. Este quadro se repete em relação a opinião da imprensa e dos representantes políticos da região.

Os critérios³⁹ para o controle do cancro cítrico foram definidos previamente pela CANECC desde sua criação no ano de 1974, a reivindicação principal de produtores e representantes políticos, é a adequação desses critérios à realidade da citricultura na região.

O jornal “O IMPARCIAL” do dia 1 de junho de 2004 - 1º caderno, trazia estampado a seguinte frase, “Até quando nossa região estará interditada ao plantio de frutas cítricas ? Ninguém sabe”, nota-se claramente pelo título da reportagem a indignação por conta da política fitossanitária adotada na região, no entanto neste artigo havia poucas informações e argumentações suficientes para elevar o teor do debate.

O jornal “OESTE NOTÍCIAS” do dia 15 de maio de 2005, mostrou em seu caderno “Suplemento Agroeste”, artigo que questiona as ações do FUNDECITRUS em relação ao corte de árvores cítricas na região e a venda de mudas pela CATI, pois logo que essas mudas se tornam árvores, são cortadas a argumentação usada para essas críticas está fundamentada no “poderoso lobby” que as indústrias de sucos exercem sobre a Secretaria Estadual de Agricultura do Estado de São Paulo, para manterem a supremacia da produção citrícola no Estado (Figura 24).

³⁹ Os mesmos foram discutidos nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, bem como suas constantes modificações ao longo dos anos.

Figura 24: Charge intitulada: “Cancro da jericada” , a charge faz menção a erradicação indiscriminada dos pomares cítricos na região de Presidente Prudente.
Fonte: jornal “OESTE NOTÍCIAS” do dia 15/05/2005.

As discussões em relação à revisão dos critérios de combate ao cancro cítrico para a região de Presidente Prudente ganharam força através de representações políticas, tanto na escala local, por meio de projetos na Câmara Municipal de Presidente Prudente, bem como na escala Estadual, junto a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de atuação parlamentar. Essa mobilização política, é benéfica do ponto de vista de se fazer ouvir os apelos dos produtores da região, sem dúvida quando os setores da sociedade se unem, conseguem melhores resultados.

A exemplo dessa mobilização em escala local podemos citar, o projeto nº 9 - 25/08/2005, da Câmara Municipal de Presidente Prudente que pediu implantação de uma ação do governo estadual para o incentivo à implantação da citricultura na região, alegando condições climáticas e de solo perfeitas para a cultura de citros, tendo como impedimento somente a atuação negativa do FUNDECITRUS e das Casas de Agricultura locais para o desenvolvimento da cultura (www.camarapresidente.sp.gov.br/noticias, acessado em 10/10/06).

Outros projetos foram apresentados pela Câmara Municipal de Presidente Prudente, entre eles, no dia 20/11/2006 - a questão do controle do

cancro cítrico, encampado pelo vereador Ed Thomas e outros vereadores da Câmara de Presidente Prudente, “fizeram reivindicações no sentido de que houvesse critérios menos rigorosos, para os cortes indiscriminados de lavouras cítricas na região e prevenção contra o cancro cítrico” (www.camaraprudente.sp.gov.br/noticias, acessado em 25/11/06).

Em 4/2005 – o vereador Nico Rena, teve aprovado “requerimento pedindo a criação de uma equipe de trabalho para prevenir a proliferação da doença nos sítios da cidade” (www.camaraprudente.sp.gov.br/noticias, acessado em 10/10/06).

Em 5/2005 – o vereador José Caetano Silva, fez apelo através de ofícios enviados, pela Câmara, ao secretário da Agricultura de São Paulo e ao Ministro, da pasta, em Brasília, “cobrando maior disciplina para o corte de lavouras cítricas” (www.camaraprudente.sp.gov.br/noticias, acessado em 10/10/06).

Em 5/1995, o vereador Sérgio Jorge Alves, denunciou que “o Governo do Estado havia abandonado o setor, na cidade”, e solicitava um convênio entre a DIRA- Divisão Regional Agrícola e a Prefeitura, no sentido de dar uma efetiva assistência ao produtor rural (www.camaraprudente.sp.gov.br/noticias, acessado em 10/10/06).

Em 8/1995, a vereadora Ondina Barbosa Gerbasi, requereu ao Secretário Estadual da Agricultura, Antonio Cabreira que “tomasse medidas para dotar nossa região de melhores condições para o cultivo da citricultura” (www.camaraprudente.sp.gov.br/noticias, acessado em 10/10/06).

Na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tramitou por várias sessões, os pedidos de revisão dos critérios de controle do cancro cítrico no Estado,

“Deputado sai em defesa dos pequenos e médios produtores de cítricos” – 05/01/2007, na referida sessão o deputado Mauro Bragato, fez pronunciamento na Assembléia Legislativa repudiando os métodos utilizados pelo FUNDECITRUS para o controle do cancro cítrico na região, bem como nas metodologias utilizadas pela resolução CEE -Canecc/SP – 3/2000, baixada em outubro de 2000 pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, que alterou a Portaria Federal 291, estabelecendo que, em caso de contaminação acima de 0,5% em relação ao

número de plantas dos pomares domésticos da zona rural, todas as plantas cítricas destes devem ser eliminadas (www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/ , acessado em 16/05/07).

Essas reivindicações começaram a surtir efeito, no sentido de serem ouvidas e discutidas pelas autoridades fitossanitárias, “Secretário da Agricultura admite rever forma de combate ao cancro cítrico no Estado” – 16/05/2007, “em audiência realizada no dia 14/05/2007, na Secretaria de Estado da Agricultura, solicitada pelo líder do PSDB na Assembléia Legislativa deputado Mauro Bragato, o Secretário João de Almeida Sampaio Filho, admitiu, perante uma comitiva de cerca de 40 pessoas, rever a Resolução CEE-CANECC/SP - 3/2000, que regulamenta o combate ao cancro cítrico no Estado de São Paulo”, “[...] Entendemos que no caso do Oeste do estado de São Paulo, a inspeção dos pomares deve ser feita exclusivamente pela Defesa Agropecuária e não pelo FUNDECITRUS . A proporção de 0,5% dos pés infectados não deve servir de parâmetro para o extermínio de pomares domésticos ou de pomares situados em pequenas propriedades familiares. Diante do exposto reivindicamos o seguinte:

- A) A revogação imediata da Resolução CEE-CANECC/SP – 3 de 31/10/2000 para a região Oeste do estado de São Paulo;
- B) O monitoramento e o combate ao cancro cítrico no Oeste Paulista devem ser realizados apenas pela Defesa Agropecuária e com base em outros parâmetros técnicos adequados e não pelo Fundecitrus;
- C) O controle efetivo da produção e da comercialização de mudas de plantas cítricas pela Secretaria da Agricultura para se evitar a disseminação do cancro;
- D) A compensação financeira dos produtores rurais que tiveram pomares erradicados nos últimos cinco anos considerando a estimativa de produção média referente ao ano de erradicação e posteriores, bem como a vida útil dos pomares” (www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/ , acessado em 15/06/07) .

O ponto principal a ser discutido/resolvido, é sem dúvida os critérios de erradicação na região, no entanto esse tipo de ação esbarra na esfera política e legislativa. É um trabalho árduo, pois, nem mesmo na área do “cinturão citrícola⁴⁰”, estes critérios foram alterados em virtude dos pequenos e médios

⁴⁰ Constantemente uma das argumentações utilizadas pelos setores que reivindicam melhorias para a citricultura na região de Presidente Prudente, é a do poder econômico exercido pelas

produtores inseridos naquela realidade de produção citrícola voltada para a indústria. O fato do Secretário da Agricultura admitir rever a forma de combate ao cancro cítrico no Estado já é um avanço significativo, pois isso implica numa mobilização política de enormes proporções.

A questão do relacionamento dos produtores da região com o FUNDECITRUS, pode ser resolvida, pois a partir do momento que os critérios de combate ao cancro forem modificados, o órgão automaticamente tem que acatar as novas normas e diretrizes modificadas. A argumentação de que o FUNDECITRUS serve aos interesses econômicos dos produtores das zonas de exportação, tem que ser analisada com muito cuidado, pois ao mesmo tempo que é forte, ela também é frágil se observarmos os dois pontos de vista, teremos a seguinte situação: de um lado temos o FUNDECITRUS, que é conveniado à Secretária de Agricultura, e tem que cumprir a legislação, do outro lado temos o produtor rural, que não quer ver o fruto de seu trabalho destruído e sua renda comprometida ao FUNDECITRUS cabe cumprir a legislação sendo o agente executor dessas ações, que no caso do cancro cítrico é a erradicação total das plantas contaminadas outro aspecto a ser considerado é o desgaste natural da relação entre produtores da região frente ao órgão na região citrícola exportadora, também existem questionamentos frente às ações do FUNDECITRUS .

A questão da modificação dos critérios de combate ao cancro cítrico sem dúvida é um desafio a ser enfrentado, o problema não é tão simples como parece, modificar os critérios para uma região específica seja ela produtiva ou não, pode acarretar vários precedentes legais, o que facilmente poderia causar um efeito contrário do esperado, é preciso ponderar todas as variáveis que irão surgir desse processo, estudar todas as possibilidades e repercussões tudo tem que ser feito com muito cuidado por equipes técnicas sérias e competentes, além de um corpo jurídico especializado.

indústrias processadoras de suco, no entanto esse argumento não tem muito efeito no sentido desse poder econômico mudar a legislação em questão, é um processo político muito mais amplo e complexo.

5.3. O quadro excludente da citricultura na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente

“Não quero mais saber de plantar laranja, porque só dá prejuízo, a gente planta, arranca, planta, arranca...” (pesquisa de campo, 2005. produtor rural)

A situação dos produtores rurais que dedicam seus esforços a produção de citros, é resultado de anos de política fitossanitária opressiva e omissão dos órgãos públicos ligados diretamente à agricultura. Ao longo dos capítulos deste trabalho, fomos apresentando os aspectos que construíram o quadro de exclusão da citricultura na região, umas das questões importantes que configuram esse quadro sem dúvida, é o fator histórico, este ligado ao tipo de ocupação da região em questão.

As grandes áreas citrícolas ao Norte do Estado, são reflexo do pioneirismo dos primeiros citricultores da região de Limeira, que investiram capital na cultura, além da participação de setores influentes da política e economia (CERON, 1969). Anterior a essa expansão da citricultura na região, o maior produtor de laranja no Brasil era o Estado do Rio de Janeiro no Estado de São Paulo, da década de 1930 ao final da década de 1940, a produção de citros era apenas voltada aos mercados regionais, ao abastecimento de centros urbanos próximos, com a geração de renda proveniente da venda do fruto *in natura*.

Nesse período os pomares cítricos estavam espalhados por todo o estado, e a produção de citros já se destacava nos municípios de Limeira e posteriormente Sorocaba.

Segundo Martinelli Junior, (1987), em 1937, é constatada no Estado de São Paulo a doença “tristeza” (causada por vírus), que acabou provocando a dizimação de praticamente todos os pomares no estado, a doença atacou os pomares, de 1937 a 1950, o controle da “tristeza” foi feito através da mudança do porta-enxerto nas mudas e posteriormente a troca por variedades cítricas mais resistentes.

O ponto de partida para a configuração do quadro excludente da citricultura na região, se dá com aparecimento do cancro cítrico, um fator que consideramos essencial para explicar esse processo, mas não o único consideramos também as conseqüências oriundas do ataque da “tristeza”, pois há apenas sete anos a produção de citros no estado havia se recuperado ⁴¹. Isso provocou um estado de alerta em relação ao cancro cítrico os órgãos públicos foram implacáveis em suas ações, pois o cancro cítrico é causado por bactéria e, é de fácil disseminação, a doença já era conhecida da literatura científica⁴², órgãos como o Instituto Biológico, Secretária de Agricultura e o IAC de Campinas trataram de agir rapidamente baseados no Regulamento da Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto Federal 24.114, de 12 de abril de 1934.

Esse conjunto de fatos foram decisivos, e ao longo dos anos, a região acabou penalizada, pois não se pôde desvincular o cancro cítrico do seu local de aparecimento, mesmo com todas as medidas tomadas ao longo de mais 40 anos (trabalhos de erradicação, decisões técnicas entre outras) o que restou à região foi um estigma, de área impura, contaminada, imprópria, proibida, culminando atualmente o cenário de exclusão na região.

Nesse sentido, nossa pesquisa de campo nos proporcionou contato direto com os produtores, e esse contato num primeiro momento foi complicado, pois assim que a palavra cancro cítrico era ouvida, o produtor já não nos queria receber em sua propriedade, isso ocorreu principalmente nos municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado. Após uma breve “conversa na porteira”, nossos objetivos eram elucidados e o produtor nos recebia prontamente, talvez isso tenha refletido a necessidade do mesmo ser ouvido.

Em pesquisa de campo no município de Alfredo Marcondes, constatamos o alto grau da falta de informação ⁴³ dos produtores na região, fato esse que nos deixou perplexos, mesmo tendo recebido a visita de técnicos do FUNDECITRUS que inspecionaram seu pomar, o produtor ao ver em nossas

⁴¹ De acordo com Ceron (1969), o papel do IAC de Campinas foi decisivo nas pesquisas sobre a “tristeza”.

⁴² O cancro cítrico já havia sido diagnosticado em vários países como, Índia, Japão e Estados Unidos, por isso material científico disponível para pesquisa (RODRIGUES NETO. BALDINI RIBEIRO, 2002).

⁴³ Este aspecto é mais detalhado no subitem 5.1.3. deste capítulo.

mãos alguns folhetos informativos sobre o cancro cítrico (do próprio FUNDECITRUS!), disse que nunca tinha visto tal material, e nos pediu. Segundo o produtor, todas as vezes que os inspecionadores do FUNDECITRUS foram a sua propriedade, nunca “esterilizaram as coisas e os carros, não fazem nada disso, nada direito”, quando o produtor se refere a “esterilizar as coisas”, quer dizer que os mesmos não fizeram a desinfestação dos veículos e da roupa ao entrarem em seu pomar⁴⁴, o cancro é altamente contagioso, sendo o homem um dos seus principais vetores.

Essa situação é preocupante, pois caso não se tome as devidas medidas de prevenção, os próprios agentes do FUNDECITRUS ou de qualquer outro órgão que por ventura venha a fazer esse trabalho, estarão fazendo o papel de disseminadores da doença, aliás, é uma das prerrogativas da CANECC, em virtude dos procedimentos fitossanitários, evitar a todo custo a disseminação da doença.

De acordo com o produtor, parte da sua produção é destinada ao comércio local e o restante é comercializado nas feiras livres da cidade de Presidente Prudente, o produtor nos revelou suas intenções de manter seu pomar e de aumentar a área plantada no entanto, não vê boas perspectivas por conta da problemática do cancro.

Os produtores mais antigos entrevistados respectivamente tinham 70 e 80 anos⁴⁵, suas propriedades localizam-se no município de Presidente Prudente, através das entrevistas destes produtores, acrescentamos valiosas informações a respeito da situação de exclusão dos produtores ao longo dos anos, pois a produção de citros sempre esteve presente em suas propriedades, e os mesmos ao longo dos anos acompanham todos os acontecimentos relacionados à citricultura na região.

De acordo com estes produtores, durante os anos em que ficou proibido plantar citros na região, muitos produtores acabaram descatando essa ordem da Secretaria de Agricultura, no entanto eles nos revelam que a própria CATI fornecia as mudas cítricas no período de proibição. Este fato é

⁴⁴ [...] desinfestação das mãos, calçados, vestuário, [...] evitando a entrada de pessoas estranhas ao pomar ou somente permiti-los após desinfestados; [...] desinfestação de veículos de transporte [...] (RODRIGUES NETO.BALDINI RIBEIRO, p.20, 2002).

⁴⁵ Entrevistas realizadas na pesquisa de campo em julho de 2005.

novo para nossa pesquisa, pois os registros oficiais apontam que durante o período de embargo aos citros na região todos os viveiros deveriam ser fechados, os registros de vendas de mudas que até então tínhamos, estavam localizados nos períodos anteriores e posteriores ao embargo. O relato de produtores em função da venda de mudas cítricas pela CATI, foi encontrado durante nossas pesquisas em jornais, porém em períodos posteriores.

A política fitossanitária ao longo dos anos mostrou-se extremamente rígida, no entanto, em nossas pesquisas encontramos informações a respeito da venda de mudas contaminadas pelo cancro na região um dos produtores entrevistados, afirmou que, a Casa da Lavoura, por volta dos anos de 1970 também vendeu mudas cítricas contaminadas. Essas informações contribuem para compreendermos o quadro de exclusão dos produtores na região, de um lado temos o pequeno produtor que por lei é obrigado a acatar as deliberações fitossanitárias e do outro temos relatos de despreparo e incoerência do funcionamento dos órgãos públicos responsáveis pelo combate ao cancro cítrico. Esses fatos desgastam as relações entre produtores e instituições, a cooperação e honestidade em seus atos, deve ser um dos alicerces para o sucesso de consecução de qualquer objetivo.

Um dos produtores entrevistados destina suas vendas para atravessadores nos municípios vizinhos, e o outro destina toda produção à venda em banca na feira semanal de Presidente Prudente a mais de 40 anos (pesquisa de campo, 2005).

Nas duas propriedades visitadas, tivemos a oportunidade de constatar as recentes erradicações de pés de laranja (Figura 25, 26 e 27). De acordo com um dos produtores somente num mês do ano de 2005, o FUNDECITRUS arrancou mais de 300 pés de laranja, com idade entre quatro e seis anos, plenamente produzindo.

Figura 25: Propriedade localizada no município de Presidente Prudente; no detalhe da foto, terra recém removida onde estavam pés de laranja produzindo e segundo o produtor, “sadios sem cancro”, mais ao fundo na área coberta por gramíneas, estava toda ocupada por pés de laranja.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

Figura 26: A mesma propriedade, agora vista próxima a um talhão do pomar de laranja, em destaque na foto bem ao centro o solo removido mostra a recente erradicação.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

Figura 27: Outra propriedade no município de Presidente Prudente, onde a erradicação foi feita a mais tempo, de acordo com o produtor cerca de cinco meses. Este produtor disse não ter muitas perspectivas em relação à citricultura, ou em replantar os pés de mexerica arrancados. O mesmo ocupou a área erradicada para o plantio de mandioca por tempo indeterminado.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005. Autor: Emanuel Martins dos Reis.

Outro aspecto a ser considerado no quadro de exclusão na região, é a quantidade de plantas cítricas erradicadas ao longo dos anos, durante o período desta pesquisa, buscamos por estes dados junto ao Instituto Biológico de São Paulo e no IAC, no entanto, não obtivemos estes dados, foram enviados a essas instituições ofício, e-mail, tentamos agendar visita por telefone mas não obtivemos respostas concretas. De acordo com um engenheiro⁴⁶ da Casa da Agricultura em Presidente Prudente, os dados da erradicação do cancro cítrico encontram-se no IAC de Campinas, os números absolutos foram arquivados até o ano de 2000, a partir de 2001, foi implantado um banco de dados que é alimentando toda semana através de planilhas chamadas “RELATÓRIO SEMANAL – ZONA RURAL – REINSPEÇÃO”.

⁴⁶ Fomos muito bem recebidos na Casa da Agricultura por este engenheiro agrônomo, no entanto nos foi pedido mediante um acordo que seu nome seria preservado. Não cabe a nós, determinar os motivos para esse tipo de situação, entendemos que o assunto cancro cítrico na região é conturbado.

Essa planilha é composta por campos que contemplam as seguintes informações: município; inspeções que é subdivida em número de plantas, ao campo inspeção é acrescentado: reinspeções 1, 2, 3 e 4; número de focos que é subdividido em quintal e comercial; erradicação que é subdividido em planta contaminada e planta para erradicar; erradicadas que é subdividido em número de propriedades e número de plantas; falta erradicar subdividido em número de plantas e número de propriedades e por fim, total.

De acordo com Santos (1991), de 1957 a 1961, foram erradicadas 1.200 mil plantas cítricas entre árvores e mudas, na região. Dados referentes à erradicação do cancro cítrico na região do “cinturão citricola” são amplamente divulgados, pelos órgãos do setor através de impressos, manuais técnicos e website. Diante disso, recorreremos aos dados dos Censos Agropecuários do IBGE anos de 1950 a 1995/06, na tentativa de elaborar uma estimativa da diminuição dos pomares cítricos na região. No entanto, é preciso considerar, que o recorte geográfico atual, não contemplou o recorte temporal, isso porque nas décadas de 1950 e 1960 não existiam alguns municípios que atualmente compõem a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (Quadro 10).

QUADRO 10 – Produção de Laranja - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, 1950 – 1995/06

| ANOS | LARANJA | | |
|---------|---|-----------|--------------|
| | Quantidade* mil frutos* - toneladas*** | Área (ha) | Pés colhidos |
| 1950 | 184705* | 139 | 39926 |
| 1960 | 4495* | 7 | 2669 |
| 1970 | 1937*** | 47 | 14797 |
| 1975 | 279*** | 26 | 11335 |
| 1980 | 1213*** | 16 | 6965 |
| 1985 | 1782*** | 17 | 56437 |
| 1995/06 | 15231* | 466,495 | 74754 |

Fonte: F.I.B.G.E. Censos: Agrícolas, 1950 e 1960. Censos Agropecuários, 1970/75/80/85 e 1995/96. *Ao longo dos anos o IBGE mudou as unidades utilizadas para a quantidade da produção,

Ao longo da década de 1950, a produção de laranja apresentava números modestos, pois nesse período todo o Estado de São Paulo estava se recuperando das perdas oriundas da erradicação da doença “tristeza”, a queda brusca nessa modesta produção deu-se nos primeiros cinco anos do combate ao cancro cítrico na década de 1960, a área plantada que na década de 1950 que era de 139 ha, neste período chegou a inexpressivos sete hectares. Só nesse período de acordo com o Censo agrícola, 37.257 pés de laranja são reduzidos.

No Censo de 1995/96, a área plantada, aumentou de forma significativa, refletindo o resultado de mais de uma década da liberação do plantio de citros na região, que ocorreu oficialmente em 1982. No entanto, para compor um quadro que retrate o alto nível de exclusão destes produtores através do número de plantas erradicadas, é necessário ter acesso aos dados da erradicação dos órgãos envolvidos neste processo, pois os dados do Censo Agropecuário registram somente a produção na zona rural, a campanha de erradicação do cancro, estendeu-se a, pomares comerciais e não comerciais além de pomares urbanos e viveiros de mudas.

O quadro de exclusão dos produtores é composto por todas estas adversidades, mesmo assim, os que mantiveram suas atividades agrícolas destinadas totalmente ou parcialmente na citricultura encontraram nela fonte de renda e condições de reprodução social. Diante disso, é interessante buscar alternativas para a região, qualquer que sejam as soluções encontradas, estas num longo prazo, provavelmente não ameaçariam a produção do “cinturão citrícola” no estado, haja vista que o mesmo tem seu parque industrial consolidado desde o final da década de 1960 e tem como objetivo central as exportações de suco concentrado, deixando uma lacuna considerável no estado para o mercado da fruta *in natura*. A “ameaça” da região frente à citricultura voltada para a exportação, é muito mais no sentido de ser um “um hospedeiro” do cancro cítrico no estado, do que um possível concorrente no futuro⁴⁷.

⁴⁷ Para analisarmos melhor essa situação, basta citar o caso da implantação da citricultura no Triângulo Mineiro, que iniciou-se a partir dos anos de 1996 e posteriormente os altos níveis de produção fizeram com que a região fosse “anexada” ao “cinturão citrícola”, no entanto nessa região do Estado de Minas Gerais não se implantou até o presente momento nenhuma

5.4. Elementos para a discussão de possíveis soluções para o quadro excludente da citricultura na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente

Seguramente, quaisquer que sejam as soluções apresentadas para a melhora do quadro de exclusão em que se encontra a citricultura na região, o ponto inicial dessa discussão deve passar primeiro pelo aspecto fitossanitário, como afirmamos anteriormente neste capítulo, esse aspecto está ligado à esfera política. Mudar ou adequar os procedimentos fitossanitários, compete aos órgãos públicos que estão à frente desse trabalho, principalmente a CANECC e a Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, bem como aos órgãos legislativos, ou seja, o Estado tem que intervir nessa questão.

Superada essa fase de adequação ou mudança dos critérios fitossanitários, é importante buscar metas de curto e longo prazo para reverter esse quadro de exclusão. De acordo com as características apresentadas ao longo deste trabalho, podemos inferir que a produção citrícola da região é de baixo rendimento, ou como os autores por nós citados classificaram como doméstica, ou de baixa produtividade mediante esta caracterização, caberia aos produtores regionais, concentrarem seus esforços no abastecimento da fruta *in natura*, que é um mercado com constante demanda, e que no Estado de São Paulo ainda não foi englobado pelas indústrias processadoras de suco. Para se ter idéia da possibilidade e do potencial do abastecimento do mercado de fruta *in natura* na região, podemos citar o volume de vendas na CEASA ⁴⁸ de Presidente Prudente no ano de 2005 num período correspondente aos meses de março a junho, nesse período o volume total de citros comercializado foi de 478.284,180kg, totalizando recursos da ordem de R\$ 553.667,20 (pesquisa de

indústria processadora de sucos, toda a produção é escoada para as indústrias no Estado de São Paulo.

⁴⁸ Dados fornecidos pela diretoria da CEAGESP entreposto de Presidente Prudente, planilha 1 – base 03/04/05/06-2005. Os citros correspondem a: laranja, lima pérsia, Limão e tangerina.

campo, 2005).

De acordo com nossa pesquisa de campo à CEASA, constatamos que a maior parte dos citros que chegam, são oriundos das regiões de São José do Rio Preto e Bebedouro, ou seja, áreas que pertencem ao “cinturão citrícola” que acabam abastecendo a região de Presidente Prudente com os frutos que não são aproveitados pelas indústrias esmagadoras, absorvendo o mercado local, que prontamente poderia abastecer a demanda regional.

Essa questão do abastecimento de frutas *in natura* é bem conhecida e discutida na região exportadora de citros no estado a crise do setor citrícola nos anos de 1990, levou muitos produtores pequenos e médios a se sacrificarem perante o poder econômico das indústrias esmagadoras, que verticalizaram sua produção, aumentando assim seu poder de decisão nos preços das safras (PAULILLO, 2000).

Caberia ao Estado, criar uma política agrícola regional, direcionada aos pequenos produtores de citros do estado, pois certamente a região de Presidente Prudente perderia o mercado de frutas *in natura*, para o excedente da região exportadora de citros. Nesse sentido, seria necessário, orientar os produtores da região a produzirem frutos com maior qualidade tanto em sabor quanto em aspecto visual, pois os frutos que são destinados ao mercado *in natura*, não apresentam certificados de qualidade ou recebem fiscalização específica a não ser as fitossanitárias.

De acordo com Paulillo (2000), os pequenos e médios produtores localizados no “cinturão citrícola”, podem diminuir o grau de exclusão pelo qual vêm passando ao longo da década de 1990, buscando junto ao estado através de uma política setorial, garantir que sua produção tenha mercado consumidor, por exemplo; abastecendo hospitais e escolas públicas, além de presídios estaduais, esse fornecimento de fruta *in natura*, ficaria regulamentado pelos órgãos públicos, a fim de impedir, por exemplo, a tomada de mercado por parte das grandes indústrias processadoras.

Segundo Paulillo, (2000), o consumo de Laranja *in natura* no Estado de São Paulo cresceu ao longo da década de 1990, isso se reflete no crescimento da venda da fruta nos mercados regionais, o que representa uma possibilidade de ganho com a produção não destinada à indústria esmagadora.

Mesmo tendo aumentado o poder aquisitivo do brasileiro a partir do final

dos anos de 1990, os sucos pasteurizados, reconstituídos e concentrados ainda não superaram o consumo tradicional da fruta, ou seja, consumida como fruta *in natura* ou transformada em suco nas residências e no comércio (Tabela 7).

Tabela 7 – Estimativa do consumo interno de suco de laranja industrializado/não industrializado. 1993 – 1996 (mil litros)

| INDUSTRIALIZADO | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Pasteurizado | 2.200 | 12.800 | 23.100 | 32.100 |
| Reconstituído | 11.446 | 13.736 | 19.383 | 28.987 |
| Concentrado | 25.800 | 33.800 | 49.400 | 53.200 |
| NÃO INDUSTRIALIZADO | | | | |
| Fresco | 10.556 | 22.500 | 52.458 | 56.423 |
| Feito em casa | 1.966.544 | 1.997.500 | 2.203.442 | 2.459.577 |
| Total | 2.016.549 | 2.080.336 | 2.347.783 | 2.626.287 |

Fonte: adaptado de Paulillo, 2000. p. 158.

Os produtores na região já destinam sua produção para o abastecimento local para diminuir o atual quadro de exclusão na região, é necessário buscar a ação do poder público no sentido de oferecer maiores condições de produção articulando os órgãos que dão assistência técnica e agrícola, no sentido de promover o desenvolvimento da produção citrícola e não de impedi-lo outro desafio seria regulamentar a venda de fruta *in natura* na região, considerando aspectos como sabor e qualidade do fruto, isso seria uma das maneiras de controlar a concorrência oriunda dos excedentes das indústrias processadoras ao Norte do Estado. Outro passo importante para o fortalecimento posterior de todas essas ações, seria a criação de uma associação agrícola voltada para o setor citrícola baseada na realidade regional através da associação os produtores poderiam definir preços e qualidade do produto, buscar assistência técnica e criar condições de competitividade mínimas frente ao excedente de citrus oriundo da região exportadora de citrus.

Todas essas ações são de difícil consecução, porém um dos primeiros passos foram dados, a mobilização política no intuito de rever a Resolução

CEE-CANECC/SP - 3/2000, que regulamenta o combate ao cancro cítrico no Estado de São Paulo, sem dúvida é um passo importante para reduzir o quadro de exclusão do produtor citrícola na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho, caracterizou-se pela investigação a respeito de uma lacuna nos estudos referentes à citricultura paulista, o aparecimento do cancro cítrico em 1957 no município de Presidente Prudente, os

desdobramentos desse acontecimento foram decisivos para a consolidação da citricultura ao Norte do Estado, mesmo com o processo de formação da indústria de sucos a partir dos anos de 1960, o embargo fitossanitário feito a todos municípios localizados à margem esquerda do Rio Tiête, proporcionou ainda mais a concentração geográfica da citricultura no “cinturão citrícola”.

As condições de desenvolvimento da citricultura nas outras áreas do Estado foram reduzidas praticamente a zero, no entanto a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, foi, e é, a mais penalizada em todo esse processo de formação da citricultura no Estado. A Campanha Nacional para Erradicação do Cancro Cítrico criada em 1974, responsável pelo combate a doença, fomentou uma série de ações ao longo dos anos estas ações foram desencadeadas no sentido de erradicar totalmente o cancro cítrico no Estado de São Paulo e no Brasil, porém passados mais de 30 anos após sua criação, o cancro cítrico não foi erradicado ainda, portanto a citricultura paulista convive com essa doença.

As ações para o combate ao cancro cítrico configuram um fator primordial da questão que envolve a política fitossanitária empregada no Estado, pois ainda não se descobriu a cura para o cancro cítrico que é causado por uma bactéria, daí um quadro de convívio e controle para com a doença, mas não é o que acontece na região de Presidente Prudente, como alegam os produtores e demais setores envolvidos nas discussões a respeito da política fitossanitária para a região. Durante anos a região vem sendo alvo de intensa fiscalização fitossanitária por um longo período ficou proibido o plantio de árvores cítricas ou o cultivo de mudas, isso colaborou para o intenso quadro de exclusão dos poucos produtores rurais que permaneceram plantando citros.

Nesse sentido, o caminho percorrido no trabalho, procurou compor um quadro dos acontecimentos ocorridos a partir do aparecimento da doença na região, essa etapa do trabalho foi essencial para alocar os fatos e informações a respeito do que viria a constituir as ações do Estado em relação a citricultura na referida região. O Estado, portanto é o principal agente de exclusão no que se refere a política fitossanitária implantada, pois ao longo dos anos não procurou saídas para redimensionar as ações de combate ao cancro na região.

As conseqüências dessas ações estão estampadas na relação produtor/órgãos oficiais que tornou-se conflituosa, principalmente em relação

ao FUNDECITRUS, que coordena diretamente as inspeções dos pomares em todo o Estado de São Paulo, o clima entre estes é de hostilidade, não são poucos os relatos a respeito de problemas e discussões envolvendo produtores e este órgão. A concretização das ações oficiais em relação ao combate do cancro estão diretamente ligadas aos critérios de erradicação adotados, no caso dos produtores da região de Presidente Prudente, os resultados foram drásticos, pois a pouca produção faz com que grande parte de seus pomares sejam erradicados.

Essa é a questão primordial para explicar os acontecimentos ao longo dos anos na região e o estado de abandono no qual se encontram os produtores, os órgãos oficiais de combate ao cancro que deveriam ser parceiros dos produtores, são vistos como inimigos, não existe incentivo nem parcerias para que os produtores possam aumentar sua produção e com isso investir nos tratos do pomar buscando informações técnicas para evitar a contaminação.

Rever os critérios fitossanitários é uma decisão política, representa a intervenção do Estado no sentido de adequar os critérios à realidade dos citricultores da região, esta revisão dos critérios beneficiaria também uma considerável parcela de pequenos produtores localizados no “cinturão citrícola”, que enfrentam séria crise desde os anos de 1990, portanto não seria uma ação isolada para uma região “tão inexpressiva para a citricultura paulista”.

A Microrregião Geográfica de Presidente Prudente oferece todas as condições para o desenvolvimento de uma citricultura voltada para o mercado de abastecimento da fruta *in natura*, mesmo com todos os problemas que cercam a citricultura na região, em nossa pesquisa de campo encontramos produtores que mostraram-se capazes de produzir e gerar renda/lucro com a cultura cítrica. O mercado de frutas *in natura*, ou laranja de mesa, na região é abastecido pelo excedente das indústrias esmagadoras ao Norte do Estado, esse mercado pode ser ocupado pelos produtores da região em questão, pois os mesmos podem oferecer competitividade através da redução dos custos do frete e principalmente na qualidade e sabor dos frutos, com variedades adequadas ao gosto do consumidor, e não com o que “sobra” da indústria esmagadora de sucos.

Diante disso, esperamos que nossa pesquisa tenha contribuído para as

discussões a respeito da política fitossanitária em funcionamento e seus critérios face a realidade dos pequenos produtores de citros, não só da região pesquisada mas também de outras áreas do Estado, bem como expor o quadro excludente da citricultura na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, que perdura por meio século.

REFERÊNCIAS

ABECITRUS. Disponível em: <<http://www.abecitrus.com.br>> Acesso em: 15/ago/ 2003.

_____. Disponível em: < <http://www.abecitrus.com.br>> Acesso em: 19/mar/ 2004.

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FFCL, 1972.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://www.www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/> >. Acesso em: 10/10/06.

_____. Disponível em: < <http://www.www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/> >. Acesso em: 25/11/06.

_____. Disponível em: < <http://www.www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/> >. Acesso em: 16/05/07.

_____. Disponível em: < <http://www.www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/> >. Acesso em: 15/06/07.

AMARO, A.A. – **Competitividade – Busca Incessante**, in Agroanalysis. Instituto Brasileiro de Economia, v 19 n. 5, p 18- 20, Maio de 1999.

AMARO, A.A. e MAIA, M. L – **Produção e comércio de laranja e de suco no Brasil - LARANJA.** Cordeirópolis, v 18 n. 1, p 1 - 26, 1997.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1970.** São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985 (Série teses: 15).

CERON, A. O. **Aspectos geográficos da cultura da laranja no município de Limeira**. Rio Claro, 1969. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista.

COSTA, Vera Mariza H. de Miranda & MAZZALI, L. **A perda de dinamicidade do modelo de desenvolvimento via CAI e a necessidade de um novo aparato conceitual**. In: Boletim de Geografia Teorética. Vol. 25, nº 49-50, Rio Claro: AGETEO, 1995. (Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Vol. 1). p. 139-151.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos agropecuários do Estado de São Paulo de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6**. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

FUNDECITRUS. Disponível em: < <http://www.fundecitrus.com.br/manuais.html> >. Acesso em: 15 fev. 2003.

_____. Disponível em: < http://www.fundecitrus.com.br/c_apoio_br.html >. Acesso em: 15 fev. 2003.

_____. Disponível em: < <http://www.fundecitrus.com.br/doencas/minador.html> >. Acesso em: 15 fev. 2003.

_____. Disponível em: < <http://www.fundecitrus.com.br/doencas/minador.html> >. Acesso em: 23 jan. 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J.; e STOLKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE – Unicamp, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 362 p. 1979.

HASSE.G. **A Laranja no Brasil**. São Paulo: Edição de Duprat & Iobe Propaganda, 1987.

JORNAL O IMPARCIAL. **Reportagem de capa** – Presidente Prudente, 18 de abril de 1957.

_____. **Página 1 e Página 2** - Presidente Prudente, 21 de maio de 1957.

_____. **Página 1** - Presidente Prudente, 22 de junho de 1957.

_____. **Página 2** - Presidente Prudente, 14 de novembro de 1957.

_____. **1º Caderno** - Presidente Prudente, 1 de junho de 2004.

JORNAL OESTE NOTÍCIAS. Reportagem do Caderno: **Suplemento agrícola** – Presidente Prudente, 15 de maio de 2005.

KAGEYAMA, Angela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, G. da Costa (Org.) Agricultura e Políticas Públicas Brasileiras. Campinas: IPEA, 1990. p. 113-221. (Série IPEA, 127).

LEITE, J. F. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

_____. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAIA, M. L. **Citricultura paulista: evolução, estrutura e acordos de preços**. São Paulo: IEA, 1996. Coleção Estudos Agrícolas, 4.

MARTINELLI JUNIOR, O. **A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas**. Marília: UNESP-Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. **O complexo agroindustrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria citrícola no estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA/USP, 1987.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MOREIRA, S. **História da citricultura no Brasil**. In: FUNDAÇÃO CARGILL. Citricultura Brasileira. Campinas, 1980. p 1 - 28.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Ed. Hucitec/Polis, 1984. (1º ed.: 1952).

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.

NAMEKATA, T. **O Cancro cítrico**, in RODRIGUEZ. O. et al. Citricultura Brasileira, 2º ed, Campinas, Fundação Ca rgill, p. 775 – 786, 1991.

_____. et al. **Situação Atual do Cancro Cítrico no Brasil. Sistema de Controle e Alguns Projetos de Pesquisa em Desenvolvimento no Estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Fruticultura. Sociedade Brasileira de Fruticultura, São Paulo Vol. 9 nº EXTRA, p. 17 – 21, 1987.

_____. et al. **Contribuição à bibliografia sobre cancro cítrico – resumo dos trabalhos publicados por pesquisadores do instituto biológico e em colaboração com pesquisadores de outras instituições (1957 – 1999)**. Inst. Biol. São Paulo, v.69, n.4, p.123-141, out./dez., 2002

NEVES, M.F., - **sistema agroindustrial citrícola: um exemplo de quase-integração no agribusiness brasileiro** - Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 119 páginas. 1995.

_____. et al. , **A laranja no Estado de São Paulo: produção regional, destino e mercados**. LARANJA, Cordeirópolis, V. 16, Nº 2 p. 37 – 61, 1995.

PAULILLO, L.F. **Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000. 200p.

REVISTA DO FUNDECITRUS. **Não deixe o cancro cítrico abrir espaço no seu pomar**. Araraquara, SP, FUNDECITRUS, Dez – 97/ Jan- 98. 14 p.

_____. **Setor Potencial**, Araraquara, SP, n. 98, p 7, FUNDECITRUS, junho/julho de 1999.

_____. **Cerco nas estradas**, Araraquara, SP, n. 93, p 4, FUNDECITRUS, Maio/junho de 2000.

_____. **Manual do Cancro Cítrico**, Araraquara, SP, FUNDECITRUS, 1999, 12p.

_____. **Manual do Cancro Cítrico**, Araraquara, SP, FUNDECITRUS, 2000, 8p.

_____. **Manual do Cancro Cítrico**, Araraquara, SP, FUNDECITRUS, 2001, 10p.

_____. **Manual do Cancro Cítrico**, Araraquara, SP, FUNDECITRUS, 2003, 10p.

RODRIGUES NETO, J. e BALDINI RIBEIRO, J.G. **Manual técnico de procedimentos do cancro cítrico**. Brasília, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, Projeto CE – MERCOSUL ALA 93/143 Agrícola, Agosto de 2002.

SALA. S.P. **Qualidade fitossanitária: proposição de um modelo para gestão do cancro cítrico na produção de laranjas no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. UFSCar, 2003. 188p.

SANTOS. C. F. O. **O Cancro Cítrico: Ocorrência no Brasil e seu Combate**, in RODRIGUES . O. et al. Citricultura Brasileira. 2º ed, Campinas, Fundação Cargill, 2v, p. 787 – 823, 1991.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira** . Guanabara, Rio de Janeiro 2ª ed., 1986.

SZMERECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. Contexto, 1990.

VIEIRA, A. C. **Desafios para os pequenos produtores de laranja do estado de São Paulo diante de novos fatores na relação agricultura/indústria nos anos 90**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção: Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 191 p. 1998.

DEMAIS BIBLIOGRAFIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1992.

AGRICULTURA, BRASIL. Ministério da; **Legislação da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico - CANECC**. Brasília: SECRETARIA DE DEFESA SANITARIA VEGETAL, s.d.p.

ALENTEJANO, P. R. R. **O que há de novo no rural brasileiro**. In: *Terra Livre*. São Paulo: AGB, 1999, p.188-209.

ALVES, F. C; PUALILLO, L. F. O.; SILVA. E. **A flexibilização dos direitos trabalhistas chega ao campo: o caso do setor citrícola – o ouro que virou suco**. Doutrina, São Paulo, v. 60, nº 2, fev., 1996.

AMARO, ANTONIO A. **Aspectos econômicos da citricultura paulista**. In: Fundação Cargill. Citricultura Brasileira. Campinas, p. 31 – 51, 1980.

_____. **O Futuro da citricultura**. Revista Técnico Científica de Citricultura, Cordeirópolis, nº 6, p. 21 – 49, 1985.

BAPTISTELLA, C. S. L. **Perfil do colhedor de citros no estado de São Paulo**. Informações Econômicas. São Paulo, v. 26 nº 5, p. 11 – 17, maio, 1996.

BELIK, W. Agroindústria processadora e política econômica. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado em economia, 1992.

BITANCOURT, A.A. O Cancro cítrico. **Biológico**. São Paulo nº 23: p.101 – 111, 1957.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Hucitec, 1997.

FARIA, A. **Terceirização: um desafio para o movimento sindical**. In: Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hicitec, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. f. ; **Complexos agroindústrias e outros complexos**. Revista Reforma Agrária. ABRA, Campinas, v. 21, nº p. 5 – 34, set/dez; 1991.

_____. et al. **A crise do complexo citrícola paulista: uma proposta não excludente**. São Paulo: Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, p. 71, 1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia no Brasil: crítica da moderna agricultura**. Brasiliense 2ªed.- São Paulo, 1985 - 154p.

HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – sp.** Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE – UNESP, 1996.

_____. **A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro - Oeste brasileiro à economia nacional.** In: Caderno Prudentino de Geografia. n. 22, p. 07-26: Associação de Geógrafos Brasileiros: Seção Local de Presidente Prudente, 2000.

_____. **A atuação do estado no processo de desenvolvimento brasileiro.** In: MENEGUETE JUNIOR, Messias; ALVES, Néri (Orgs.). FCT 40 anos, perfil científico-educacional. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p. 21-41.

KALATZIS, A.E.G. **Os novos rumos do complexo agroindustrial citrícol a: a exploração de novos segmentos de mercado.** Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção: Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 152 p. 1998.

MAIA, Maria Lucia; **Citricultura paulista - evolução e acordos de preços.** Piracicaba: USP/ESALQ, 1992.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

MÜLLER, Geraldo. **Competitividade e integração econômica e social: para uma questão regional das questões agrárias e agroindustriais.** In: Rascunhos. Rio Claro: UNESP-IGCE, nº 32, 1994.

NEVES, Evaristo M. **Economia da produção citrícola nos Estados Unidos e Brasil: análise de custo e manutenção de pomares.** Revista Técnico científica de citricultura, Cordeirópolis, v.2, nº 11, p. 409 – 426, 1990.

PAULILLO, L. F. **O processo de constituição do complexo agroindustrial citrícola na região de Ribeirão Preto do estado de São Paulo** . São Carlos: UFSCar, Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, 1994.

PRADO J. C. **A questão agrária no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ROCHA, Marina B. **Agricultura, política de garantia de preços mínimos e planos de estabilização na década de 90** . In: Revista Agricultura em São Paulo. Vol. 44. Tomo 1. São Paulo: IEA, 1997. p. 27 -50.

RODRIGUEZ, Ody; VIEGAS, Flavio; AMARO, Antonio Ambrosio; **Citricultura brasileira** . Campinas: FUNDACAO CARGILL, 1991.

ROMEIRO, V. M. B. **Gestão da pequena unidade de produção familiar de citros: uma análise dos fatores influentes no sucesso do empreendimento do ponto do produtor de Bebedouro (SP)**. Dissertação de Mestrado – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 241 p. 2002.

SALLUM JÚNIOR. Brasília. **Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930**. São Paulo: Duas cidades, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 4. ed. 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico -científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 3, ed. 1997.

SUED, R. **Desenvolvimento da agroindústria da laranja no Brasil, o impacto da geadas na Flórida e da política econômica governamental**. Rio de Janeiro: FGV, 340 p. Tese de Doutorado, 1990.

VEGETAL, BRASILIA. Secretaria de Defesa Sanitária; **Programa Nacional de defesa Sanitária da Citricultura - anexo 9**. Brasília: SECRETARIA DE DEFESA SANITARIA VEGETAL, s.d.p.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1981. (Estudos Rurais 11).